

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

MENSAGEM

APRESENTADA AO

PODER LEGISLATIVO

EM 3 DE MAIO DE 1936

PELO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Getúlio Dornelles Vargas



RIO DE JANEIRO
IMPRESA NACIONAL
1936

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Brazil, Presidente.

MENSAGEM

APRESENTADA AO

PODER LEGISLATIVO

EM 3 DE MAIO DE 1936

PELO

PRESIDENTE DA REPUBLICA

Getulio Dornelles Vargas



RIO DE JANEIRO
IMPRESA NACIONAL
1936

INTRODUÇÃO

SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO

Em obediencia ao preceito constitucional, cumpre-nos submeter ao vosso conhecimento os atos e realizações do Poder Executivo, no decorrer do exercicio de 1935.

Encerrado o segundo periodo de trabalhos paralelos do Executivo e do Legislativo, sincera é a nossa satisfação ao verificarmos que, tanto quanto se pode desejar, a ação dos poderes institucionais se desenvolveu de forma altamente significativa, evidenciando não só exemplificante compreensão dos interesses superiores da coletividade, como ainda a existencia de um ambiente de elevada cultura politica, em condições de permitir que ao natural conflito das opiniões se sobreponha sempre, serena e construtora, a ascendencia do verdadeiro espirito publico.

A critica facil poderá apontar defeitos nesta ou naquela peça do mecanismo institucional. Si eles

existem, porque de imperfeições nunca estão isentas as obras humanas, não chegam, entretanto, a influir no equilíbrio e harmonia das relações existentes entre os diversos ramos do poder publico.

O aparelho do Estado, criado pela Constituição de 1934, vem demonstrando flexibilidade bastante para atender a todas as exigencias da ordem social.

O Poder Legislativo, lidima expressão da vontade popular e das classes representativas da vida nacional, desdobrou a sua atuação de modo sabio e patriótico, tomando iniciativas de grande relevo, como o foram, entre outras, as consubstanciadas nas recentes emendas constitucionais, tão necessarias á salvaguarda dos interesses supremos do país e á defesa da nacionalidade.

Quando na mensagem anterior salientavamos a importancia das experiencias que iam ser feitas, com o inicio dos trabalhos legislativos dentro da nova ordem legal, queriamos precisamente significar que do bom entendimento e colaboração dos dois poderes dependeria a propria sorte do regime recém-instituido.

E' confortador, portanto, registrar que, mesmo nos instantes em que mais delicada se apresentou essa tarefa, a conciencia das responsabilidades publicas inspirou os atos e deliberações tomadas pelos órgãos que encarnam o poder do Estado.

Queremos exprimir nessas considerações os nossos sentimentos de jubilo civico, na certeza que deles tambem havereis de compartilhar.

Passamos, agora, a referir os trabalhos do Poder Executivo dentro de cada setor da administração.

E' essa, tambem, a oportunidade apropriada para indicar, em resumo, e confiar ao vosso patriotismo e inteligencia as soluções de momentosos e urgentes problemas da vida nacional.

MINISTERIO DA JUSTIÇA E NEGOCIOS
INTERIORES

Num periodo de adaptação das novas instituições e de intenso movimento em todos os setores da atividade politica, tal o que sobreveiu após o retorno do país ao regime constitucional, não podia deixar de ser absorvente a tarefa exigida ao Governo para acompanhar, com toda a atenção, as diversas fases do processo de instalação dos poderes locais. Ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores coube desempenhar-se desse trabalho, fazendo-o de forma inteiramente satisfatoria, como o comprovam a regularidade das eleições, em geral, e a normal organização dos governos estaduais e de grande numero de municipalidades.

1 — ORGANIZAÇÃO POLITICA

Sempre foi acusado o processo eleitoral, seguido até 1930, de tolher, como de fato acontecia, as atividades partidarias, no país. A experiencia seguida, a partir da Constituição de Julho, veiu

demonstrar que, realmente, á antiga indiferença sucedeu vivo interesse pela vida politica, em todos os seus aspectos, como é proprio dos regimes democraticos.

O respeito á verdade das urnas e ás decisões de judicatura eleitoral, o apêlo aos recursos estabelecidos no processo proprio, tudo indica um revigoroamento da confiança popular no sistema representativo e na sua execução dentro do quadro legal.

Ha quem aponte senões na organização vigente, acusando-a de morosa e pouco flexivel. Realmente, existiam falhas que foram, desde logo, corrigidas. Não se deve, contudo, exigir de um sistema que necessita mover-se acima das paixões e excitações do momento uma celeridade que possa, de alguma forma, comprometer-lhe a idoneidade dos resultados. Constitue, ás vezes, premissa do bom julgamento a demora que, indiretamente, concorre para arrefecer as paixões e criar ambiente mais sereno ás decisões definitivas.

A experimentação do sistema eleitoral em vigor, já feita em todos os circulos em que se divide o país, tem, incontestavelmente, provado bem, oferecendo uma serie de dispositivos de segurança que compensam, pela isenção e imparcialidade, os efeitos quasi sempre negativos dos processos que se recomendam apenas pela rapidez dos resultados.

CONSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ESTADOS

As eleições para as assembleias constituintes, nos Estados, decorreram em ambiente de maior segurança, apesar das naturais agitações sempre provocadas pela lutas partidarias.

Mais uma vez o sistema vigente demonstrou sua eficiencia, assegurando, com o maximo respeito ao pronunciamento das urnas, decorrente do voto secreto, a participação das minorias nas assembleias, como consequencia da representação proporcional.

As decisões e requisições da Justiça Eleitoral foram cumpridas escrupulosamente pelo Poder Executivo. Podemos afirmar á Nação que todos os casos politicos estaduais, motivo, ás vezes, para as mais apaixonadas campanhas, tiveram solução honesta e legal, respeitando-se rigorosamente a vontade das urnas.

Todos os Estados se acham atualmente organizados segundo os moldes politicos impostos pela Constituição da Republica e promulgaram seus estatutos proprios, na seguinte ordem:

Paraíba.....	12- 5-1935
Paraná.....	16- 5-1935
Amazonas.....	2- 6-1935
Rio Grande do Sul.....	29- 6-1935
São Paulo.....	9- 7-1935
Pernambuco.....	10- 7-1935
Sergipe.....	16- 7-1935
Piauí.....	18- 7-1935
Minas Gerais.....	30- 7-1935

Pará.....	2- 8-1935
Goiás.....	4- 8-1935
Espirito Santo.....	11- 8-1935
Baía.....	20- 8-1935
Santa Catarina.....	25- 8-1935
Alagoas.....	19- 9-1935
Ceará.....	24- 9-1935
Maranhão.....	16-10-1935
Mato Grosso.....	25-12-1935
Rio de Janeiro.....	22- 1-1936
Rio Grande do Norte.....	22- 2-1936

Está, assim, findo o ciclo de constitucionalização do país, hoje definitivamente reintegrado no regime da lei, com absoluta uniformidade de processo e sem conflitos jurídicos de monta, na passagem da situação anterior á situação atual.

2 — SEGURANÇA DO REGIME E ORDEM PÚBLICA

Já no início da sessão legislativa de 1935, o Poder Executivo apelava para o Legislativo, no sentido de obter uma lei especial capaz de garantir a eficacia dos meios repressivos contra os atentados á ordem constituída.

Essa lei, chamada de Segurança Nacional, e aprovada depois de amplo debate, representava premente necessidade, conforme o demonstraram os posteriores acontecimentos.

A situação que exigia essa medida agravou-se, porém, evidenciando a insuficiencia dos meios de aplicação das sanções ali consignados. Assim o

demonstrou o Poder Executivo, na mensagem dirigida ao Legislativo em novembro ultimo. encarecendo a urgencia de autorização mais ampla, que lhe permitisse reprimir, com toda energia e rapidez, os surtos subversivos irrompidos em diversas regiões do país e na propria capital.

Dentro das suas atribuições, e com a prestesa que se fazia indispensavel, foram votadas as emendas á Constituição e aprovadas as medidas de suspensão das garantias constitucionais. Essas emendas deram ao Poder Executivo os meios de ação que o momento reclamava, providenciando igualmente para colocar na dependencia do Poder Judiciario a apuração definitiva da culpabilidade e julgamento dos responsaveis por crimes contra o Estado.

Pela permanente vigilancia exercida, verificou-se ainda, logo no começo do corrente ano, que os remanescentes do levante de novembro procuravam articular-se para um novo golpe subversivo. A prisão do chefe do movimento extremista e de outros elementos graduados trouxe ao conhecimento do Governo informações inequivocas sobre os planos e ligações dos conspiradores, entre os quais figuravam membros do Poder Legislativo que, a coberto das imunidades, vinham participando das atividades extremistas.

Para ultimar a repressão e alcançar todos os inculcados, não hesitou o Poder Executivo em lançar mão da medida extrema que tão previdente-

mente lhe outorgou o Legislativo, equiparando ao estado de guerra a comoção interna com finalidades subversivas das instituições políticas e sociais em vigor.

Ao conhecimento da Sessão Permanente do Senado Federal levou imediatamente essa providencia e as provas em que se baseou para decretá-la, evidenciando, assim, a preocupação de agir sempre em colaboração estreita com o Poder Legislativo, e em forma perfeitamente juridica.

Pelos fatos expostos, e conhecidas amplamente, como são, as circunstancias em que se produziram, desnecessario se torna encarecer a urgencia de uma legislação mais completa e eficaz para garantir a segurança do regime e a propria ordem publica.

APARELHAMENTO REPRESSIVO E PREVENTIVO

Até aqui, as circunstancias de ordem politica não tinham exigido, no Brasil, a manutenção de organizações permanentes de facil e rapida mobilização, em condições de exercer vigilancia constante em todo o territorio nacional.

Os ultimos surtos extremistas, porém, colocam o poder publico na obrigação de sugerir ao Poder Legislativo a conveniencia de ser criado um aparelho mais amplo e completo para a prevenção e segurança da ordem publica, e das proprias instituições do país.

Dentro das normas atuais, o que existe é bem precario, por falta de articulação e excessiva descentralização. Dispondo a União e cada Estado de uma policia civil e quadros militarizados com função semelhante, mas na maioria dos casos sem equipamento tecnico apropriado, os elementos subversivos, cuja esfera, modos e meios de ação diferem totalmente dos adotados pelos criminosos comuns, podem de varia forma burlar essas organizações não especializadas e desenvolver as suas atividades sem encontrar repressão imediata.

Na defesa do regime e da tranquilidade social, torna-se indispensavel empregar, a cada passo, medidas de ação pronta e direta. Não será possivel fazê-lo, entretanto, com o aparelhamento existente, mau grado a reconhecida dedicação e diligencia com que as autoridades policiais vêm se desempenhando das suas obrigações.

Refundindo a atual legislação ou elaborando novas leis que satisfaçam esse objetivo de indifarável relevancia, o Poder Legislativo terá prestado á Nação alto e patriótico serviço.

POLICIA CIVIL

Têm sido relevantes os serviços prestados pela Policia Civil do Distrito Federal em defesa da ordem.

Pelo trabalho preventivo de investigação e intensa atividade repressora, quando foi da recente rebelião extremista, as autoridades policiais con-

tribuíram decisivamente para a segurança das instituições, tornando-se, por isso, merecedoras dos mais legítimos elogios.

Não é demais repetir que a função policial é, hoje, acima de tudo, eminentemente técnica, a reclamar organização e aparelhamento especializados, que vão desde a escola de polícia até os mais variados gabinetes e laboratórios científicos. Os processos da criminalidade evoluem, utilizando os seus agentes todos os expedientes que melhor possam garantir os resultados anti-sociais que têm em vista obter. Daí a conveniência de uma equivalente organização policial, sem o que a sociedade jamais terá defesa eficiente.

Sob o ponto de vista administrativo, cabe registrar o recolhimento, ao Tesouro, das rendas policiais referentes aos anos de 1934 e 1935, num total de 3.423:285\$200 e de saldos orçamentários no valor de 2.601:590\$800.

Merecem, ainda, destaque, dentro dos serviços gerais desse departamento, a remodelação geral dos trabalhos de estatística, o incremento dos serviços de identificação e medico-legal, a remodelação da Colonia Correccional de Dois Rios, a organização, embora incipiente, e funcionamento de uma escola de polícia, com a frequência média de 150 alunos, e, por fim, a realização de um curso de polícia científica, a cargo de uma das maiores sumidades da matéria, o ilustre professor Bischof.

A instalação da Policia Central exige nova séde, mais ampla e em proporção ao desenvolvimento de seus serviços. As proprias delegacias distritais, funcionando quasi todas em acanhados predios de aluguel, poderiam ser instaladas em predios proprios, a cuja construção se proveria com o montante atual dos alugueis. O Ministerio da Justiça está procedendo a estudos nesse sentido.

POLICIA MILITAR

Corporação totalmente votada ao cumprimento do dever, a Policia Militar do Distrito Federal, fiel ás suas tradições da mais estrita disciplina, colaborou com grande eficiencia na manutenção e defesa da ordem legal.

Os seus trabalhos internos tenderam a aperfeiçoar e desenvolver, ao mesmo tempo, a instrução individual e a de conjunto, visando o preparo eficiente dos quadros e da tropa. Organizou o seu comando, para esse fim, um plano de exercicios capaz de familiarizar a corporação com a vida da tropa em campanha e um plano de ensino tecnico e profissional, para oficiais e praças, em escolas adrede criadas.

REGIME PENITENCIARIO

A necessidade de estabelecer diretrizes gerais e uniformes para o regime penitenciario, em todo o país, segundo orientação ditada por um órgão

central, foi objeto do decreto n. 24.797, de 14 de julho de 1934. Esse ato criou a Inspetoria Geral Penitenciaria e instituiu um sêlo especial destinado a fornecer recursos para a remodelação dos estabelecimentos penais brasileiros. O respectivo regulamento acha-se em vias de ser promulgado, tendo o art. 24 da lei n. 183, de 13 de janeiro de 1936, autorizado o Poder Executivo a aplicar, este ano, na construção de uma Penitenciaria no Distrito Federal, o saldo que se apurar na arrecadação daquele sêlo.

O ante-projeto desse estabelecimento, organizado e reproduzido em "maquette", foi submetido ao exame de comissões de professores da Escola Politecnica, do Instituto da Ordem dos Advogados e do Conselho Penitenciario e deverá, logo, ser aberta a concorrência publica para a construção.

A reforma das leis processuais e o novo regime penitenciario exigem, porém, um complemento, qual seja a elaboração de um novo código penal, cuja necessidade inutil seria encarecer.

INSTITUIÇÕES CORRECIONAIS

Não existindo um estabelecimento central penitenciario, problema de cuja solução acima tratamos mais detalhadamente, os criminosos em processo ou já condenados são recolhidos á Casa de Detenção e á Casa de Correção.

Sobre a situação dos serviços desses estabelecimentos, reconhecidamente deficientes, passamos a dar noticia circunstanciada.

CASA DE DETENÇÃO

Os trabalhos de sua secretaria têm aumentado na proporção do acrescimento de serviços antes não executados. Possui, no entanto, um numero minimo de funcionarios, isto é, apenas nove servidores, auxiliados, porém, pelos presos de melhor comportamento.

Suas dependencias continuam superlotadas, agasalhando para mais de mil detentos e correcionais, estes aguardando sua transferencia, á medida das vagas, para a Casa de Correção.

Com o recurso das proprias verbas e o auxilio dos presos, a direção conseguiu realizar diversas obras e reformas.

CASA DE CORREÇÃO

Os respectivos serviços continuam a ser feitos com regularidade, não obstante o aspecto improprio de suas instalações e a redução sofrida pela verba de materiais que, sendo de 797:893\$600, em 1930, apenas alcança, no ano corrente, 359:736\$100.

Aos sentenciados vêm sendo distribuidas, com resultados satisfatorios, educação fisica e instrução primaria, esta, em duas escolas, uma das quais é mantida pela Cruzada Nacional de Educação.

As oficinas vêm completando a reeducação dos condenados.

INSTITUTOS DISCIPLINARES

O problema dos menores delinquentes ou abandonados reclama cada dia mais atento exame de parte do poder publico.

Faz-se preciso, inicialmente, remodelar a atual legislação, sob muitos aspectos incompleta e deficiente. E dizemos inicialmente, porque, para uma solução radical do problema, torna-se indispensavel instituir um reformatorio central, onde sejam reunidos e articulados todos os serviços indispensaveis á assistencia e reeducação dos menores delinquentes ou abandonados.

Semelhante solução está, no momento, fora de nossas possibilidades financeiras, dela só se podendo cuidar mais tarde, mediante o aproveitamento dos excedentes do sêlo penitenciario.

Sobre os estabelecimentos dessa natureza, mantidos pelo Governo Federal, passamos a dar uma rapida noticia.

ESCOLA JOÃO LUIZ ALVES

Sua adaptação ás finalidades do decreto n. 17.508, de 4 de novembro de 1926, exige uma remodelação completa de todas as atuais dependencias da escola, bem assim a melhoria das oficinas existentes e a criação de outras.

E' conveniente, ainda, proceder-se á revisão do regulamento em vigor, trabalho de que vem cogitando o Ministerio da Justiça.

ESCOLA 15 DE NOVEMBRO

Mau grado a compressão orçamentaria, a direção desse instituto conseguiu realizar varios melhoramentos e manter, com regularidade, cerca de 500 alunos internos.

INSTITUTO 7 DE SETEMBRO

Foi inteiramente remodelado o seu serviço medico, com a criação de novas enfermarias, laboratorio e sala de cirurgia. Os recursos orçamentarios permitiram realizar outras obras que melhoraram bastante as atuais instalações.

3 — CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS

Para cumprimento de diversas disposições constitucionais, apressou-se o Governo em tomar as providencias necessarias, dando-lhes immediata execução, conforme se verifica a seguir.

COMISSÃO REVISORA

Pelo decreto n. 254, de 1º de agosto de 1935, foi instituida a comissão a que se refere o paragrafo unico, art. 18, das Disposições Transitorias de nossa Constituição. Para ela foram nomeados o ministro da Côrte Suprema, dr. Antonio Bento de Faria, o Procurador Geral do Distrito Federal, dr. José Philadelpho de Barros Azevedo, o 2º Procurador da Republica, deste Distrito, dr. Luiz Gallotti e os

Consultores Jurídicos dos Ministerios da Viação e Justiça, respectivamente, drs. Eugenio de Lucena e Fernando Antunes.

Sem despesa especial, o Ministerio instalou e organizou a Comissão e sua secretaria, que continuam em plena atividade, tendo processado, até agora, para mais de mil pedidos, muitos dos quais já foram julgados.

O Governo vem procurando atender, na medida do possível, aos pareceres finais que lhe são encaminhados e já aproveitou diversos funcionarios anteriormente afastados de seus cargos ou funções.

Na exposição de motivos com que o Ministro da Justiça fez preceder a publicação do decreto n. 254, acima referido, vem justificado por que se limitou a competencia da comissão ao exame das reclamações que lhe fossem encaminhadas pelos funcionarios federais, tão sómente, deixando-se aos Estados a organização de comissões proprias para a revisão dos atos que, por ventura, durante a vigencia do Governo Provisorio, hajam atingido os funcionarios dos respectivos quadros.

CODIGOS E ORGANIZAÇÃO JUDICIARIA

A reforma da legislação processual foi iniciada com a elaboração dos projetos necessarios, alguns já remetidos ao Poder Legislativo e outros em estudo.

Com o fim de promover amplo debate sobre tão importante materia, o Instituto da Ordem dos

Advogados vai realizar, em breve, nesta Capital, um congresso judiciario. Diante dos beneficios que podem resultar dessa oportuna iniciativa, o Governo não hesitou em emprestar-lhe inteiro e decisivo apoio.

CODIGO DE PROCESSO PENAL

O respectivo projeto, já redigido e relatado pelo Ministro da Justiça, foi remetido, em fins de 1935, á Camara dos Deputados.

Compete, agora, ao Poder Legislativo o exame do trabalho assim elaborado, afim de que, aprovado o novo codigo, possam ser supridas, quanto antes, as falhas e lacunas de nossas leis processuais, em materia penal.

A unidade do processo não acarretará, apenas, as vantagens de ordem material que lhe são inerentes e dela imediatamente decorrem, mas, ainda, os beneficios oriundos de seu profundo sentido politico, pois um dos elos mais fortes de nacionalidade é, sem duvida, a maneira uniforme de applicação das leis em todo o territorio do país.

No que se refere, particularmente, ao processo penal, não ha como desconhecer a necessidade premente de sua adaptação ás novas condições do nosso ambiente.

Instrução criminal puramente judiciaria, simplificação e economia do processo, eis os problemas fundamentais a resolver, permitindo-se, ao mesmo

passo, a reorganização da policia em moldes tecnicos, modernos e capazes de lhe assegurarem inteira eficiencia em sua função investigadora, livre das peias e tropeços resultantes da elaboração dos inqueritos, por toda parte condenados.

Não bastará, porém, a aprovação do novo código, nem a reorganização da policia, para integrar-se o quadro de nosso aparelhamento defensivo. A outras medidas faz-se preciso recorrer, tal a elaboração de uma lei de segurança publica, que defina e puna, entre outros, os pequenos delitos, criando, para julgá-los, processos rapidos e economicos, perante juizes ou tribunais correccionais.

Quanto ao código já elaborado, o trabalho da comissão, ora sujeito ao conhecimento do Poder Legislativo, representa, desde logo, preciosa contribuição para a projetada reforma.

CCDIGO DE PROCESSO CIVIL

Está terminada a elaboração de seu projeto, que espera, apenas, redação final. Será, em breve, remetido ao Poder Legislativo, devidamente relatado pelo titular da pasta da Justiça.

CCDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIARIA DO DISTRITO FEDERAL E DO TERRITORIO DO ACRE

Já elaborado, redigido e relatado, seu projeto vai ser remetido sem mais demora ao conhecimento e exame do Poder Legislativo.

4 — DIVERSOS SERVIÇOS

PROPAGANDA E DIFUSÃO CULTURAL

A organização dos serviços de propaganda e difusão cultural, compreendidos num departamento especial, teve em vista estender a ação do poder publico sobre atividades que se exerciam, até então, de forma dispersiva e inteiramente alheia aos superiores interesses da coletividade.

E' conhecida a poderosa ascendencia da publicidade sobre o espirito publico, sobretudo nos dias que correm, quando os processos de divulgação passaram a utilizar o radio e o cinema, nas suas modalidades mais variadas.

Não se compreenderia a abstenção do poder publico diante das multiplas possibilidades que se lhe apresentam para orientar, pela imprensa, a radiodifusão e a cinematografia, os assuntos de immediato interesse social, como são todos os que se referem á educação, á assistencia e á cultura popular.

Em toda parte, onde esses meios de publicidade adquiriram grande amplitude, as iniciativas governamentais procuram aproveitá-los em beneficio da sociedade.

Assim tambem procedeu o Governo, criando o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, que vem estendendo a sua atividade com fins civicos e educativos a todo o país, num trabalho já

notavel de fortalecimento das ideias e sentimentos conformadores da unidade nacional.

Completando esse trabalho de intercambio intensivo, orientado no melhor sentido, dentro das fronteiras do país, procura, ao mesmo tempo, levar ao exterior os indices reveladores do nosso progresso material e cultural, fazendo ainda por atrair, para os aspectos tipicos da nossa natureza, a curiosidade e o interesse das correntes de turismo.

A serviço assim, de tão evidente utilidade, não se deverá negar os recursos que são indispensaveis para um aparelhamento mais completo, que permita realizar o programa traçado e até agora reduzido a um minimo de desenvolvimento.

As indicações a seguir podem dar ideia da proveitosa atividade que vem empenhando esse departamento:

— pelo serviço de imprensa, distribue aos jornais do país, inclusive o das mais longinquas localidades, um largo noticiario economico e cultural;

— seu serviço de radio é retransmitido por uma rêde nacional de radio-transmissores, composta de 43 estações, podendo este numero ser elevado a 52, com a instalação de distribuidores, amplificadores e repetidores, em São Paulo e em Pernambuco;

— o serviço de radio em onda curta transmite para o Exterior em inglês, francês, espanhol,

alemão e outras linguas, cumprindo lembrar, como prova da eficiencia dessas irradiações, que só em um mês foram respondidas 1.457 cartas vindas do estrangeiro, sendo enviados aos seus signatarios folhetos, mapas e material de propaganda do Brasil;

— está iniciado um serviço de intercambio radiofonico com a Alemanha e a Italia, achando-se em estudos propostas de permuta de programas com a Argentina, Holanda e Inglaterra;

— através da estação do Arpoador fornece, diariamente, aos navios em trafego, um serviço de informações sobre o Brasil;

— a secção de cinematografia promove e estimula a produção de filmes nacionais e tem facilitado a vinda de operadores estrangeiros, afim de dar divulgação mundial aos aspectos, belezas e atrativos do país e ás suas possibilidades economicas de expansão no campo industrial e agricola;

— mantém e constantemente desenvolve sua secção de turismo.

IMPrensa NACIONAL

A Imprensa Nacional tem correspondido, da melhor forma, ás necessidades dos serviços publicos, fornecendo, dentro de prazos razoaveis, as encomendas officiais de todo o país.

Sem referir os trabalhos, sempre crescentes, do serviço eleitoral, destacam-se, entre suas publicações, as duas diferentes tabelas do reajustamento

dos funcionarios civis, de difficil confecção e da maior responsabilidade. Além desse, outros foram executados em curto prazo, tais os relativos ás tabelas do orçamento geral, a concurrencia de eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil, etc.

Medida de excepcional importancia para a Imprensa Nacional é a que tomou o Governo, ordenando a padronização do material de expediente nas repartições publicas federais. Essa padronização virá facilitar extraordinariamente a sua tarefa, permitindo, até, organizar depositos de material para entrega imediata, com economia de custo e de tempo.

Foram apurados, em 31 de dezembro de 1934, nas respectivas verbas, os seguintes saldos:

Pessoal.....	409 :432\$100
Material.....	55 :067\$100

No exercicio de 1935, os saldos são os que se seguem:

Pessoal.....	855 :744\$700
Material.....	41 :359\$300

E' do dominio publico que o Ministerio da Justiça entrou em entendimento com o da Fazenda e a Caixa Economica, para que esta permutasse o seu predio com o da Imprensa, pagando em dinheiro o excesso de valor do ultimo. Com o numerario assim apurado deverá ser construido, em terreno da União, já escolhido, o novo edificio da Imprensa

Nacional, visto faltarem ao atual as indispensaveis condições de espaço e higiene para o trabalho das oficinas. A construção, porém, só poderá estar concluída dentro de dois anos. Por esse motivo, foi autorizada a abertura de concorrência para a execução de obras consideradas de urgência, no atual edificio.

ARQUIVO NACIONAL

Utilizando as oficinas graficas, ultimamente ampliadas, concluiu esse departamento a importante publicação anotada "Processo dos Farrapos", em tres volumes.

O movimento da secretaria e das secções continua a aumentar consideravelmente, bem como o intercambio de publicações. A sala de consultas vem sendo cada vez mais procurada pelos estudiosos da historia patria.

Entre as maiores necessidades do estabelecimento, figura a instituição do curso tecnico para a formação de bons archivistas. Essa iniciativa vai ser, em breve, executada, dentro dos moldes mais aconselháveis e sem grande acrescimo de despesas.

DEPOSITO PUBLICO

O Deposito Publico continua regulamentado pelo decreto n. 2.818, de 23 de fevereiro de 1898, que, de ha 38 anos para cá, foi alterado, apenas, nos arts. 2º, § 3º, letra a, e 6º, isto é, somente quanto á

forma de se proceder á venda de bens com o prazo de deposito já vencido.

A pratica de longos anos vem demonstrando a necessidade de uma reforma neste estabelecimento, de maneira a que sejam ampliados os seus serviços, tornando obrigatorios os depositos dos bens de qualquer especie suscetiveis de apreensão e posse, por ordem das autoridades judiciais ou administrativas e admitindo, tambem, os depositos particulares. Aumentaria, dessa forma, a renda do serviço, podendo-se cogitar da aquisição de proprio para o seu funcionamento.

TRABALHOS DE ESTATISTICA

A Diretoria de Estatistica Geral vem desenvolvendo, de modo satisfatorio, os seus trabalhos.

Para melhor executá-los deverá, porém, passar por uma radical reorganização, logo que o Ministerio da Justiça fique autorizado a proceder da mesma forma quanto a varias repartições que necessitam ser remodeladas.

CORPO DE BOMBEIROS

O estado de conservação em que se achavam os quartéis do Corpo de Bombeiros, em 1930, era de verdadeiro abandono, tal o vulto de reparos e reformas necessarios.

Grandes foram, por isso, os esforços dispendidos pelo comando da corporação para colocá-la

na excelente e louvável situação em que hoje se apresenta, esforços que crescem de vulto quando se pondera, de um lado, o crescente desenvolvimento da cidade e, de outro, a constante redução das dotações orçamentarias.

Basta ponderar que, naquela época, os recursos para a conservação e manutenção do material ascendia a 829:900\$, ao passo que, atualmente, essa verba se apresenta reduzida a 380:400\$000. Mas, apesar de semelhante redução, foi possível manter e remodelar todas as dependências e viaturas e realizar uma série de construções, reconstruções, remodelações e reparos, todos dignos de particular registo.

MELHORAMENTOS MATERIAIS

Dentro da mais severa economia, e sem aumento de despesas, o Ministerio da Justiça realizou, nas instalações de muitos dos seus serviços, obras de construção e reparos que se faziam urgentes, conforme se verá a seguir:

— no Corpo de Bombeiros foram criados dois novos postos em bairros diferentes da cidade; e, no quartel central, reformadas as instalações internas, com recursos, exclusivamente, da Caixa de Economias;

— na Policia Militar, sem onus direto para o Tesouro, concluiu-se a reforma geral do quartel dos Barbonos, obra, esta, de valor superior á

1.300:000\$, que veio trazer consideraveis beneficios á Corporação. O quartel do 5º batalhão, por sua vez, foi inteiramente reformado e acrescido de instalações modernas, ampliando-se de 1.548 metros quadrados a área coberta;

— na Casa de Correção reformaram-se os velhos predios de residencia do diretor e sub-diretor e da Administração, e outras obras de vulto foram executadas;

— o Arquivo Nacional sofreu reparos gerais e sensivel melhoria no material de guarda dos documentos e papeis arquivados, tendo sido instaladas, junto a esse departamento, a Comissão Revisora e sua Secretaria;

— na Côrte de Apelação tambem se realizaram reparos gerais;

— na Escola 15 de Novembro completou-se a construção do grande pavilhão de oficinas, dando-se nova e mais eficiente instalação á enfermaria e farmacia;

— na Escola João Luiz Alves, além de outras obras, construiu-se novo pavilhão destinado, exclusivamente, ás instalações de higiene;

— o velho edificio da rua de São Cristovão, ocupado pela Secção Feminina do Instituto 7 de Setembro, foi totalmente reformado, instalando-se ali o Laboratorio de Higiene Infantil, dotado da mais moderna aparelhagem. Trata-se de um estabelecimento modelar, no genero.

O Tribunal Superior de Justiça Eleitoral ficou definitivamente instalado no antigo edificio do Almirantado. Além das obras de adaptação, o Ministerio forneceu, dentro de seus proprios recursos, o mobiliario;

— acha-se concluido o ante-projeto de construção do novo predio destinado á Imprensa Nacional;

— na Policia Civil, assinalam-se a reforma completa da Colonia Correccional de Dois Rios, a melhoria dos meios de transporte da Policia Central e da Assistencia e outras obras;

— cumpre, finalmente, salientar a mudança da Secretaria de Estado para sua nova sede, especialmente construida para este fim. Restituido ao Senado o Palacio Monroe, o Ministerio da Justiça ficou provisoriamente instalado no antigo edificio da Marinha Mercante, até a construção do novo predio. Durante esse periodo, com instalação, moveis e mudança, não se gastou um real. A construção do novo predio foi terminada diretamente pelo escritorio de obras do Ministerio, por haver sido decretada a rescisão do contrato com a firma vencedora da concorrência. O total geral das despesas atingiu a 2.227:393\$600, compreendendo, além da construção da nova residencia do Comandante da Policia Militar, a construção da Secretaria de Estado e seu mobiliario para o Gabinete, as tres diretorias, a Consultoria Geral da Republica e mais dependencias.

EXECUÇÃO DE LEIS E DECRETOS

Durante o ano o Ministerio da Justiça teve oportunidade de promover a execução de 44 leis e decretos, de importancia varia, conforme se verifica pela relação abaixo:

Lei n. 48, de 7 de maio de 1935 — Modifica o Código Eleitoral.

Decreto Legislativo n. 1, de 16 de maio — Autoriza o Presidente da Republica a se ausentar do país durante o prazo de dois meses.

Lei n. 55, de 23 de maio — Autoriza o Governo a confiar a uma associação civil a direção e administração da Secção Feminina do Instituto 7 de Setembro, e dá outras providencias.

Lei n. 61, de 4 de junho — Estabelece normas para o provimento dos officios de tabeliães de notas.

Lei n. 63, de 10 de junho — Fixa a data para a terminação do mandato do Prefeito do Distrito Federal.

Lei n. 65, de 13 de junho — Estabelece a competencia do juiz de menores do Distrito Federal, para processar e julgar as infrações de leis e regulamentos de assistencia e proteção a menores, e dispõe sobre os exames a que devem ser submetidos os menores processados.

Lei n. 64, de 13 de junho — Declara feriado nacional o dia 14 de junho de 1935.

Decreto n. 229, de 11 de julho — Ordena o fechamento, em todo o territorio nacional, dos nucleos da "Aliança Nacional Libertadora".

Decreto n. 246, de 19 de julho — Ordena o fechamento, em todo o territorio nacional, dos nucleos da "União Feminina do Brasil".

Decreto n. 254, de 1 de agosto — Institue uma Comissão Revisora dos atos de afastamento de funcionarios, de seus cargos ou funções publicas.

Decreto n. 309, de 26 de agosto — Ordena o fechamento, em todo o territorio nacional, dos nucleos da "União e Luz Operaria Russo-Branca-Ukraniana".

Lei n. 91, de 28 de agosto — Determina regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade publica.

Lei n. 93, de 5 de setembro — Declara feriado nacional, somente para efeitos escolares, o dia 6 de setembro de 1935.

Lei n. 101, de 9 de outubro — Revigora, por dois anos, a validade do ultimo concurso para medico da Policia Militar do Distrito Federal.

Decreto Legislativo n. 3, de 21 de outubro — Prorroga, até 31 de dezembro de 1935, a secção legislativa.

Decreto n. 394, de 28 de outubro — Declara de utilidade publica o Liceu de Artes e Oficios de São Paulo.

Lei n. 108, de 29 de outubro — Estabelece os diversos feriados nacionais.

Decreto Legislativo n. 5, de 25 de novembro — Autoriza o Presidente da Republica a declarar em estado de sitio, durante 30 dias, o territorio nacional.

Decreto n. 457, de 26 de novembro — Declara em estado de sitio todo o territorio nacional, por 30 dias.

Decreto n. 462, de 28 de novembro — Suspende o estado de sitio nos Estados do Pará e de Goiaz, nos dias 30 de novembro e 1 de dezembro, respectivamente.

Decreto n. 464, de 30 de novembro — Suspende o estado de sitio nos municipios de Misericordia e Pombal, no Estado da Paraíba, respectivamente, nos dias 1 e 6 de dezembro.

Decreto n. 474, de 6 de dezembro — Suspende o estado de sitio no Estado de Alagoas, durante o dia 15 de dezembro.

Decreto n. 487, de 10 de dezembro — Suspende o estado de sitio no Estado do Espirito Santo, durante o dia 15 de dezembro.

Decreto n. 498, de 13 de dezembro — Confia ao patronato de menores a direção e administração da Divisão Feminina do Instituto 7 de Setembro, a partir de 1º de janeiro de 1936, e dá outras providencias.

Lei n. 136, de 14 de dezembro — Modifica varios dispositivos da lei n. 38, de 4 de abril de 1935, e define novos crimes contra a ordem politica e social.

Decreto n. 501, de 16 de dezembro — Suspende o estado de sitio, em todo o territorio nacional, nos dias 17 e 18 de dezembro.

Decreto Legislativo n. 6, de 18 de dezembro — Promulga e manda publicar emendas á Constituição da Republica.

Decreto n. 524, de 23 de dezembro — Suspende o estado de sitio no Estado de Mato Grosso, durante o dia 25 de dezembro.

Decreto n. 532, de 24 de dezembro — Prorroga o estado de sitio, em todo o territorio nacional, pelo prazo de 90 dias, e dá outras providencias.

Decreto n. 533, de 24 de dezembro — Suspende o estado de sitio nos municipios de Corrente, Parnaguá, Gilbués, Santa Filomena, Floriano, São Pedro e Porto Alegre, no Estado do Piauí, durante o dia 26 de dezembro.

Decreto n. 534, de 24 de dezembro — Suspende o estado de sitio no municipio de Rio Azul, comarca de Iratí, no Estado do Paraná, durante o dia 29 de dezembro.

Decreto Legislativo n. 8, de 21 de dezembro — Autoriza o Presidente da Republica a prorrogar o estado de sitio, em todo o territorio nacional, pelo prazo de 90 dias, e a equiparar ao estado de guerra a comoção intestina grave.

Decreto n. 571, de 31 de dezembro — Suspende o estado de sitio no dia 5 de janeiro de 1936, no municipio de Parintins, e no dia 1º de fevereiro,

nos municípios de Borba, Manacapuru, Codajás, Coarí, Urucuá e Labreia, no Estado do Amazonas.

Lei n. 161, de 31 de dezembro — Regula a expedição de cartas de provisionados e solicitadores e o exercício dessas profissões.

Decreto n. 574, de 8 de janeiro de 1936 — Suspende o estado de sitio no município de Aracajú, capital do Estado de Sergipe, durante o dia 10 de janeiro.

Decreto n. 575, de 8 de janeiro — Suspende o estado de sitio no Estado da Baía durante o dia 15 de janeiro.

Decreto n. 576, de 8 de janeiro — Suspende o estado de sitio nos municípios de Jeromenhas, Floriano, Picos, Porto Alegre e São Pedro, no Estado do Piauí, durante o dia 20 de janeiro.

Decreto n. 581-A, de 10 de janeiro — Suspende o estado de sitio, durante o dia 12 de janeiro no Estado da Paraíba.

Decreto n. 590, de 15 de janeiro — Suspende o estado de sitio no município de São João de Camaquan, Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 19 de janeiro.

Lei n. 191, de 16 de janeiro — Regula o processo do mandato de segurança.

Lei n. 192, de 17 de janeiro — Reorganiza, pelos Estados e pela União, as Policias Militares, sendo consideradas reservas do Exercito.

Lei n. 196, de 18 de janeiro — Institue a Lei Organica para o Distrito Federal.

Decreto n. 595, de 18 de janeiro — Suspende o estado de sitio no municipio de Urucariaca, Estado do Amazonas, durante o dia 1º de fevereiro.

Decreto n. 596, de 20 de janeiro — Suspende o estado de sitio no Estado do Rio de Janeiro, durante o dia 22 de janeiro.

Decreto n. 604, de 24 de janeiro — Suspende o estado de sitio no municipio de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 26 de janeiro.

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

O ano de 1935 ficou assinalado por acontecimentos de grande repercussão no campo das relações internacionais. Em face desses acontecimentos, temos permanecido inflexivelmente fieis às diretrizes estabelecidas desde os primeiros tempos da nossa vida de nação independente. Examinando-se a conduta coerente da nossa convivência com os outros povos, impõe-se, desde logo, a conclusão de que a política externa do Brasil, tanto nos seus objetivos como nos seus processos, adquiriu um cunho de firmeza capaz de inspirar confiança nas iniciativas em que tenhamos de empenhar-nos, pela manutenção da paz e dos princípios da bôa vizinhança.

Salta á evidencia que as nossas atividades internacionais têm de exercer-se, com maior amplitude, dentro do Continente, por motivos de ordem histórica e social que nos colocaram entre os membros de uma comunidade política, com interesses comuns e idênticas aspirações. Os atos circunstanciados no decorrer desta exposição provam, de forma inequi-

voca, a extensão e o alto grau de cordialidade a que atingiu a politica exterior do Brasil, no trato das questões relativas á vida dos países americanos.

POLITICA CONTINENTAL

Os esforços desenvolvidos em 1934, no sentido de harmonizar as republicas irmãs do Perú e Colombia, mais uma vez lograram exito, restabelecendo a paz no seio das nações americanas.

Foi com sincera satisfação que, ao lado dos representantes de países amigos, nos empenhamos pelo termo das hostilidades entre o Paraguai e a Bolivia, que desde anos anteriores lutavam pela posse do Chaco Boreal. Multiplas circunstancias favoreciam, felizmente, a nossa intervenção diplomatica. Não era, entre elas, das menos importantes a presença do Chefe do Governo Brasileiro na capital argentina, onde, com a colaboração leal e decisiva do Primeiro Magistrado da nação irmã, propugnou, através de palavras e atos publicos, pela paz e pela maior coesão de todas as nações do Continente, em torno de seus problemas vitais. Depois de negociações que se prolongaram, sempre num ambiente de grande expectativa e simpatia, assinou-se o protocolo que pôs fim ao grande conflito, o maior que neste seculo fez correr o sangue de povos fraternos em plagas americanas. E' oportuno salientar a atuação serena e eficiente da Chan-

celaria Brasileira, já dirigida pelo atual titular, que pessoalmente participou das gestões diplomáticas.

A atuação confiante do Governo Brasileiro nessas generosas iniciativas de conciliação não se limita a concorrer para extinguir desconfianças e desentendimentos; propicia, também, tentativas mais vastas de aproximação, de entrelaçamento maior de relações, tanto políticas como econômicas, entre as nações sul-americanas, cujos problemas e condições de vida apresentam inegável similitude. Esses nobres propositos encontraram eco imediato em todos os setores da opinião continental e espontâneo apoio de numerosos e eminentes homens de Estado, podendo ser considerados triunfantes, com a feliz iniciativa do presidente da República dos Estados Unidos da América do Norte, Sr. Franklin D. Roosevelt, convocando as nações americanas para, conjuntamente, estudarem os meios que melhor possam assegurar a paz e o progresso das suas atividades. Em oportunidade tão significativa, pôde o Chefe do Governo Brasileiro reiterar mais precisamente os pontos de vista já expendidos sobre o assunto, sugerindo rumos práticos á política econômica dos países americanos, como contribuição ao programa que venha a ser fixado para oportuno exame e discussão.

E' ainda de ontem o exemplo da grande guerra de 1914, que assolou o velho continente, ocasionando á economia mundial profundas perturbações. Por

imposição das circunstâncias, os países do nosso hemisfério tiveram de prover as próprias necessidades, quanto ao consumo de produtos manufaturados. Data daí o crescimento global do parque industrial americano, não sómente no Norte, onde o aparelhamento se tornou mais completo e capaz de satisfazer todas as exigências técnicas, como no Sul, onde o Brasil pode servir de exemplo, pela expansão das chamadas indústrias de consumo, que lhe garantem hoje relativo equilíbrio, entre os valores da produção, no setor agrário e no industrial. De modo semelhante, em vários outros países americanos, desenvolveram-se as indústrias, estimulando simultaneamente o progresso das atividades agrícolas e o aparelhamento mais eficiente das explorações extrativas de matérias primas e combustíveis.

Não se verificou, entretanto, após esse período anormal, o restabelecimento das antigas correntes de intercâmbio. Muito ao contrário, as tendências que se impuseram e vêm sendo seguidas pelos países de velha civilização tomam rumos completamente opostos. Por meios artificiais, através de medidas de coerção do aparelho do Estado, as nações industriais do velho continente procuram limitar o mais possível o movimento natural das trocas mercantis. Dessas medidas, drásticas na sua maioria, a repercussão chega a ser desastrosa para a economia mundial, apresentando, quanto

á forma, uma variedade de causar assombro e compreendendo numerosas gradações, que vão do estabelecimento de quotas e contingentamentos ao bloqueio direto das moedas e aos convenios de compensação.

As nações novas, fornecedoras de produtos basicos, são as mais expostas aos efeitos dessa politica de confinamento e compressão economica, que lhes acarreta dificuldades de toda sorte, em consequencia do abaixamento do nivel das exportações e da queda forçada da balança geral dos valores.

Tudo indica, portanto, a necessidade de um movimento de cooperação capaz de neutralizar tão perturbadores efeitos. Mais como defesa, legitima e urgente, do que como reação, esse movimento se impõe, principalmente com o fim de ajustar esforços dispersos e desenvolver os mercados internos em condições estaveis e compensadoras. Os países americanos não são apenas produtores de materias primas, formam, tambem, solido bloco economico, dispondo de 250.000.000 de consumidores, com uma capacidade crescente de absorção de produtos manufacturados. Existindo, com efeito, no Continente, uma grande nação com aparelhamento completo de grande industria e outras parcialmente industrializadas, facil se torna entrelaçar os interesses comerciais e constituir uma verdadeira comunidade economica, á margem dos

processos estranguladores utilizados pelos países que se isolam comercialmente.

As circunstancias justificam, pois, os esforços e a bôa vontade dos homens responsaveis pela direção dos negocios publicos, para a consecução de objetivo de tamanho alcance. A formação de um bloco das nações americanas constitue um imperativo de ordem social e equilibrio politico. Integrados, num orgão de defesa comum, os interesses e aspirações continentais, será possível marchar com segurança para o futuro, transmitindo, ao mesmo tempo, á posteridade, um alto exemplo de cooperação internacional, baseado no trabalho construtivo, e de repudio sincero ás conquistas cruentas, aos choques armados, a tudo o que ameaça destruir a obra multi-secular da civilização cristã.

DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS

Os trabalhos de demarcação de fronteiras, si bem que arduos e dificeis, continuam a ser feitos sem esmorecimento, apesar dos obstaculos de toda ordem, principalmente os naturais, que se antepõem ás respectivas comissões. E' de esperar que, mantida a mesma atividade, seja possível, em breve, delimitar e caracterizar completamente as nossas fronteiras terrestres.

Em relação á Republica do Uruguai, acha-se essa delicada missão quasi encerrada, faltando apenas ligeiros trabalhos complementares, de menor im-

portancia, tais como o embelezamento da praça internacional de Livramento-Rivera e a fixação dos limites de soberania sobre a ponte Mauá, para o que é intuito do Governo Brasileiro propôr ao do Uruguai o exame em conjunto desses aspectos da vida fronteiriça dos dois países.

Nas nossas fronteiras com a Republica do Paraguai foram iniciados os trabalhos de levantamento topografico, numa extensão aproximada de 200 quilometros, a partir do *divortium aquarum*, na serra do Amambaí, atingindo a vila de Santa Catarina, o que faz esperar a possibilidade de se convidar brevemente o Governo daquela Republica amiga para entendimento definitivo sobre pequenas dificuldades ainda não resolvidas.

Desde o ano findo, ininterruptamente, a Comissão Mixta Brasileiro-Colombiana permanece em atividade, apesar dos obstaculos encontrados. As ultimas divergencias surgidas, de pouca monta e simplesmente derivadas das dificuldades de aplicação das linhas rigidas dos tratados e convenções á realidade do terreno, foram liquidadas por forma altamente cordial, fato que a todos proporcionou viva satisfação.

Na Guiana Britanica, o trabalho da comissão mixta vai sendo atacado com vigor. Infelizmente, a morte de um chefe da Comissão Britanica acarretou a sua interrupção, nos ultimos dias de 1934, reiniciando-se em junho de 1935 os trabalhos de

campo, já a esse tempo em conjunto com a comissão holandesa, de modo a ser determinada a trijunção das divisorias. Dessas fronteiras estão já demarcados e caracterizados 1.200 quilômetros, faltando ainda cerca de 300, que, com os elementos atualmente em trabalho, poderão ser concluídos durante o ano próximo de 1937, tomando-se em conta que esta região é tecnicamente a mais difícil.

Depois que a comissão britânica suspendeu os trabalhos, a brasileira permaneceu na fronteira, dedicando-se á abertura de um trilho paralelo á linha, no divisor de águas do Amazonas e do Essequibo, entre os marcos 34 e 39, procedendo ainda ao levantamento topográfico dos rios Mapuera, Tauiní, Tutumó e Cumunó, numa extensão total de 360 quilômetros.

No que respeita á fronteira com a Guiana Holandesa, apesar das protelações havidas, aliás sem qualquer discordancia, foi finalmente assentada a adaptação do Protocolo de Instruções, de 22 de setembro de 1931, ás contingencias do atraso verificado, combinando o nosso Governo e os da Holanda e Grã-Bretanha empreender os trabalhos na trijunção, de modo a ser levantado pelos tres o marco comum. Dividiu-se, então, a comissão brasileira, indo uma parte colaborar com as comissões neerlandesa e britânica, enquanto outra atacava, apenas, com a comissão holandesa, alguns setores mais a leste. Nesta parte, cumpre notar que os trabalhos são difíceis em extremo, bastando lembrar

que, para atingir a fronteira, é necessario percorrer 2.500 quilometros de rios encachoeirados, através de um territorio inhospito e insalubre, o que não somente dificulta o transporte de cargas, mas põe em risco a propria capacidade da comissão, visto a frequencia com que o pessoal é atingido pela malária e outras enfermidades.

Continua pendente de aprovação do Poder Legislativo da Republica Argentina a Convenção Complementar de Limites, assinada em Buenos Aires, em 1927, e relativa á Ilha Brasileira.

Com as Republicas da Bolivia e do Perú é intenção do Governo Brasileiro, no primeiro caso, promover o encerramento dos dois trechos ainda pendentes de caracterização, sendo um entre a nascente do Rapirran e a cabeceira do igarapé Baía, e o outro entre o ponto extremo da demarcação de 1877 e a nascente principal do Rio Verde; no segundo, e logo que esteja terminada a demarcação com a Republica da Colombia, sugerir a nomeação de uma comissão mixta, para fazer uma vistoria geral, reparando marcos e praticando as caracterizações complementares que se façam necessarias.

INTERCAMBIO COMERCIAL

As atividades do Governo Brasileiro em materia de comercio exterior foram, durante o ano ultimo, acentuadas pela premencia de medidas,

acauteladoras nuns casos, propulsoras noutros, imprescindíveis todas á bôa marcha dos assuntos mercantis. Por intermedio do Departamento de Serviços Economicos e Comerciais, atendeu-se a numerosos trabalhos nesse sentido, incluindo-se entre eles a assistencia prestada a duas missões comerciais que nos visitaram e a representação enviada á Quinta Conferencia Comercial Pan-Americana, reunida em Buenos Aires.

Foram, ainda, estudados e encaminhados quatro acordos internacionais para liquidação de credits mercantis estrangeiros, retidos no Brasil em consequencia do desequilibrio cambial, um convenio com o Uruguai, para desenvolver as trocas de produtos da fruticultura, e dois tratados comerciais.

No fim do ano ultimo, tomou-se a resolução de denunciar os acordos concluidos antes de 1934, expedindo-se, para isso, o decreto 552, de 30 de dezembro de 1935, que imprimiu novos rumos á politica comercial do Brasil. Essa medida se impunha diante da orientação adotada por muitos países, com os quais mantinhamos acordos na base chamada "de nação mais favorecida", condição que se tornou inoperante, em face dos obices criados pela maioria das nações, que ora decretavam tarifas proibitivas para os nossos produtos, ora recorriam ao contingentamento, ou faziam convenios com clausula de compensação, e, por fim,

bloqueavam a saída de divisas internacionais para o pagamento de suas compras.

O acôrdo para a liquidação dos creditos comerciais italianos foi concluido em janeiro do ano findo, e, pelos seus dispositivos, o Brasil se comprometeu a transferir para a Italia somas correspondentes áqueles creditos, desde que não ultrapassem 30.000.000 de liras; no caso de haver excedentes, as liquidações respectivas serão feitas com as importancias provenientes de mercadorias exportadas do Brasil para a Italia.

Com a Suecia concluimos tambem um acôrdo de finalidade identica ao que fizemos com a Italia. Por ocasião da visita da nossa missão financeira, enviada aos Estados Unidos da America do Norte e aos países europeus, teve o Ministro da Fazenda do Brasil, que presidia a nossa representação, oportunidade para assinar um convenio com os credores comerciais suecos, em virtude do qual o Governo Brasileiro assumiu o encargo de remeter a soma de £ 10.000 em mensalidades de £ 1.000 a partir de maio de 1935.

Em 27 de setembro de 1935 tratou-se de resolver a situação dos creditos comerciais noruegueses. Pelos termos desse entendimento, obrigou-se o Governo da Noruega a adquirir café brasileiro na importancia de 2.200.000 corôas, não sendo, entretanto, a mercadoria equivalente computada na importação normal do produto brasileiro naquele

país escandinavo. O importe da venda do café será depositado no Banco da Noruega, a credito do Banco do Brasil, que o aplicará na liquidação dos creditos comerciais atrasados.

Com o Governo da Dinamarca foi concluido um acôrdo, fixando as normas para a liquidação das dividas comerciais retidas no Brasil, obtendo o nosso governo uma quota suplementar em favor do café brasileiro, para a quantidade equivalente a 1.200.000 corôas dinamarquesas, ou sejam £ 55.000. Dada essa preferencia, o Governo Brasileiro tomou o compromisso de remeter mensalmente £ 5.000 até liquidação final dos atrasados comerciais.

O convenio com a Republica do Uruguai foi estabelecido á base da isenção de direitos para as frutas frescas brasileiras, exceção feita de laranjas, tangerinas e bananas, que gozarão apenas 50% de redução, sendo concedida inteira liberdade de entrada no Brasil ás frutas uruguaias. Ainda foi incluido um dispositivo, pelo qual o pinho brasileiro terá livre entrada no país vizinho.

Entre os novos convenios considerados vantajosos está o que fizemos com a Republica da Finlandia. Com a presença do Sr. Hjalmar Johan Procopé, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, personalidade de relevo e antigo Ministro das Relações Exteriores daquela Republica do Baltico, estudaram-se os meios e modos de afastar os obstaculos ao aumento de inter-

cambio comercial dos dois países, resultando um entendimento, já ratificado por ambos os Governos, e consequentes medidas capazes de facilitar a introdução de produtos nos respectivos mercados, com a mais ampla liberdade. Obteve-se, ainda, do Parlamento Finlandês, uma redução de 25 % na tarifa que incidia sobre o café brasileiro, entrando em vigor a 1º de janeiro do ano corrente. Em reciprocidade, o Governo Brasileiro prometeu acompanhar com simpatia o projeto de lei apresentado no Congresso Nacional, concedendo isenção de direitos ao papel de imprensa de fabricação finlandesa.

TRATADOS DE COMERCIO

Merece especial referencia o trabalho feito para a conclusão de dois tratados comerciais, revestindo-se ambos de alta importancia, tanto pelo volume de interesses em questão, como pela significação das partes contratantes, com as quais a Nação Brasileira manteve sempre as melhores relações de cordialidade.

O primeiro dos referidos tratados, firmado com o Governo dos Estados Unidos da America do Norte, em fevereiro de 1935, recebeu ratificação no fim do mesmo ano. É um substitutivo ao convenio de 1923, julgado inadiavel em face das numerosas e ponderaveis mudanças verificadas nesse intervalo, na vida economica e comercial das duas nações.

Depois de acurado estudo e negociações prolongadas entre a nossa Embaixada, na capital norte-americana, e o seu Departamento de Estado, além da colaboração de técnicos comerciais e especialistas em tarifas de uma e outra partes, foi, afinal, redigido o texto definitivo, ficando favorecidas 19 utilidades da nossa produção e exportação, das quais 12 obtiveram isenção completa de direitos, tres foram beneficiadas com taxas de 5% *ad valorem* e quatro outras com apreciaveis reduções sobre as antigas tarifas. Note-se que os produtos isentos de taxas de importação, na America do Norte, são precisamente os que entram com maior contingente para o volume das nossas exportações, a saber: café, borracha, cacau, madeiras, oleos e ceras vegetais, cera de carnauba, pedras preciosas brasileiras, ferro, cobre, cobalto e peles. As reduções foram concedidas aos seguintes produtos: manganês, mate, castanhas do Pará, castanhas de cajú, coco babassú.

As concessões feitas aos Estados Unidos da America favorecem, apenas, os produtos industriais que recebemos habitualmente daquele país.

O outro Tratado, que é de Comercio e Navegação, foi assinado em Buenos Aires, por ocasião da visita de cordialidade do Chefe do Governo Brasileiro ao Prata. Constituindo mais um passo para o estreitamento dos laços de amizade entre o nosso país e os vizinhos do sul, virá forçosamente estimular as nossas relações comerciais e incentivar as comu-

nicações e troca de produtos. Esse ato pende ainda do exame e aprovação do Legislativo Brasileiro.

Quanto á nova politica comercial, ficou asentada a designação, aliás já feita, de funcionarios e especialistas em materia comercial para, em conjunto, apreciar e encaminhar, com os representantes dos diversos países interessados, novos convenios, dentro da orientação referida anteriormente.

CONFERENCIA SUL-AMERICANA DE METEOROLOGIA

Em cumprimento á XXXVIIIª resolução da Conferencia Pan-Americana de Comercio, reunida em Buenos Aires, foi convocada e esteve reunida no Rio de Janeiro, entre 26 de outubro e 4 de novembro do ano findo, a primeira Conferencia de Meteorologia e Serviços Radioeletricos, á qual compareceram delegados e tecnicos de todos os Estados americanos. Foram aprovadas 46 resoluções de relevante importancia, em que colaboraram os delegados estrangeiros e a Comissão Especial Brasileira, composta de representantes dos Ministerios da Viação, Guerra, Marinha, Justiça, Educação e Relações Exteriores.

Ficaram, ainda, fixados os rumos para a proxima reunião, que se efetuará na capital da Republica do Perú, em 1936, visando sistematizar os serviços aéreos pan-americanos, unificando metodos e processos.

VISITA DO CHEFE DO GOVERNO ÀS REPUBLICAS PLATINAS

Com o alto proposito de estudar em conjunto problemas sul-americanos, estreitar laços de amizade e retribuir as visitas feitas ao Brasil, pelos Presidentes General Agustin P. Justo e Doutor Gabriel Terra, empreendeu o Chefe do Governo Brasileiro, em maio do ano findo, uma viagem ás capitais da Argentina e do Uruguai.

Durante os dias em que ali permaneceu, teve o Presidente da Republica a grande satisfação de manter trato direto e amistoso com as altas autoridades e estadistas das nações do sul, verificando, assim, pessoalmente, através de excepcionais manifestações populares de simpatia e cordialidade, partidas de todas as classes, como é acatado e apreciado o nome do Brasil, que ele representava.

Esse acontecimento repercutiu de forma invulgar em todo o Continente, produzindo, além de resultados imediatos, tais como o Tratado de Comercio e Navegação com a Argentina, e as negociações de paz entre a Bolivia e o Paraguai, o avivamento de sentimentos de solidariedade que se vêm impondo, de longa data, aos povos americanos.

Participaram dessa visita o Embaixador J. C. de Macedo Soares, Ministro do Exterior, o Almirante Protogenes Pereira Guimarães, represen-

tante da Armada e titular da Pasta da Marinha, e o General Pantaleão Pessôa, representante do Exercito, sendo todos alvo de homenagens especiais, muito significativas. Tambem, como os precedentes, fez parte, oficialmente, da comitiva, a divisão da esquadra brasileira, sob o comando do seu chefe, Almirante Raul Tavares, que foi acolhida, cordialmente, pela Marinha e povo, nas republicas platinas.

Foram assinados, nessa ocasião, além do tratado já mencionado, varios outros atos de apreciavel importancia, a saber: o Protocolo Adicional ao Tratado de Extradicação entre o Brasil e a Argentina; o convenio para o intercambio de professores e estudantes brasileiros e argentinos; o convenio sobre lutas civis no Brasil e na Argentina; o convenio para facilitar a visita reciproca de tecnicos fito-sanitarios brasileiros e argentinos.

VISITAS ILUSTRES

Foram numerosas e procedentes de varios países as visitas que recebemos, quer para o trato de negocios comerciais, quer no desempenho de missões culturais ou simplesmente de cordialidade.

Entre elas contam-se duas missões comerciais e economicas: uma Missão Japonesa, composta de vultos preeminentes do comercio e das finanças do seu país, a qual percorreu grande parte do Brasil, verificando as possibilidades efetivas do intercambio

nipo-brasileiro e os meios de promovê-lo com exito; uma Missão Economica Francesa, sob a chefia de Mr. Julien Durand, antigo Ministro do Comercio da França, que visitou varios dos principais institutos e corporações comerciais e industriais da Capital Federal, examinando os meios de fomentar os negocios franco-brasileiros.

Em setembro de 1935, visitou-nos oficialmente a Delegação Cultural Paraguaia, chefiada pelo Ministro da Educação e Saude da republica vizinha, Dr. Justo Prieto, tendo ainda como membros o Professor Gustavo Gonzalez, docente da Faculdade de Medicina de Assunção e o Coronel Abdon Palacios. Com esta oportunidade organizou-se um programa de visitas a instituições culturais na nossa Capital e em São Paulo, seguindo depois a referida missão para assistir às comemorações do Centenario Farroupilha.

A convite do Governo Brasileiro, estiveram nesta capital os seguintes peritos europeus, que servem junto ás organizações subsidiarias da Liga das Nações e vieram participar dos trabalhos da comissão encarregada de redigir um projeto de Convenção Universal para proteção ás obras literarias e artisticas: senhor Ostertag, diretor do Bureau Internacional para a proteção da propriedade literaria; senhor Weiss, Consultor Juridico do Instituto Internacional de Cooperação Intellectual; senhor Stephen Valot, delegado da

Federação Internacional de Jornalistas; senhor A. Asquini, representante do Instituto de Direito Internacional Privado de Roma.

O Embaixador Salvador de Madariaga, antigo delegado da Espanha junto á Liga das Nações, foi hospede oficial do Governo Brasileiro.

Tambem visitaram o Brasil o senador italiano e eminente sabio Guillermo Marconi, acompanhado do Senhor Arturo Marpicati, Secretario Geral da Academia Real da Italia, e o diretor do Bureau Internacional do Trabalho, senhor Harold Buttler.

Cumpre, ainda, registrar a estadia entre nós, com carater de visita especial, de diversas unidades de esquadras estrangeiras, contando-se entre elas o submarino holandês *K XVII*, o navio-escola argentino *Presidente Sarmiento*, os cruzadores ingleses *Dundee* e *Dragon*, o guarda-costas americano *Cauyuga*, o navio-escola hespanhol *Juan Sebastian Elcano*, o navio-escola venezuelano *Bolivar* e uma esquadilha mexicana de guarda-costas.

MINISTERIO DA GUERRA

Em mais de uma oportunidade, tratando de assuntos que dizem respeito á defesa nacional, tenho acentuado que a preocupação de melhorar o aparelhamento tecnico das forças armadas se acha justificada pelas nossas excepcionais condições geograficas e pela necessidade de fortalecer os vinculos da propria unidade politica da nação.

Pacifistas por tradição, infensos ás imposições da força e do arbitrio para dirimir quaisquer desentendimentos ou conflitos internacionais, pautamos sempre os nossos atos de politica externa dentro de um espirito de inalteravel respeito aos direitos alheios, que não permite presumir intenções agressivas ou de predomínio, principalmente em relação aos povos do Continente, aos quais temos dado inequivocos testemunhos de estima e cordialidade.

E' evidente que a existencia de um exercito, nos moldes em que procuramos organizar o nosso, nenhuma ameaça pode traduzir á tranquilidade continental, ainda mais quando, adstrito a efetivos limitados, poderá atuar apenas como fator indis-

pensavel para a segurança da nossa ordem interna, e nucleo, ao mesmo tempo, de ação civica, educativa e disciplinadora das energias do povo brasileiro.

Cumpre-nos, por conseguinte, empenhar decisivos esforços para que, fieis ás suas tradições de dignidade e dedicação aos mais altos deveres para com a Patria, possam as nossas forças armadas realizar os seus objetivos de aperfeiçoamento profissional, garantindo, simultaneamente, a expansão das nossas atividades, tanto de natureza politica como economica.

DISCIPLINA E POLITICA

Nas altas esferas da administração militar continua a fazer-se sentir a louvavel preocupação de afastar os militares das lutas partidarias, cuja influencia sobre a disciplina e as atividades profissionais evidenciou-se como prejudicial sob todos os aspectos. Mantendo firmemente essa orientação, tem-se permitido apenas aos oficiais o exercicio de mandatos eletivos, de acôrdo com determinação expressa de lei. A conservação das normas disciplinares, com o alheamento da atividade politica, só poderá trazer beneficios á organização das forças armadas, e á manutenção da ordem publica.

As lutuosas occurrencias de novembro do ano findo constituem, a respeito, dura e proveitosa lição. Não fosse a facilidade com que os contumazes agitadores conseguiram insinuar-se junto a alguns oficiais inteiramente divorciados dos sentimentos

da classe, e difficil se tornaria a eclosão de surtos de rebeldia, como os verificados em Pernambuco, Rio Grande do Norte e Distrito Federal.

A reação que se lhes opôs não deixa duvidas, felizmente, quanto á vigorosa repulsa com que as nossas forças armadas receberam essas explosões de indisciplina e desvario, desencadeadas para servir a interesses politicos, impatrioticos e condenaveis, nos seus processos e objetivos, pois que visavam subverter as instituições para implantar no país o regime comunista.

Identificados, desde logo, os cabeças e mentores do movimento, ficou ele circunscrito em suas lamentaveis consequencias, embora acarretando perdas de vidas preciosas e avultados prejuizos materiais.

O perigo ainda não está de todo afastado, apesar do trabalho perseverante e sistematico das autoridades incumbidas de zelar pela segurança da ordem publica. Os atos de repressão continuam a ser postos em pratica e serão completados com a punição rigorosa e inflexivel dos responsaveis.

ORGANIZAÇÃO MILITAR

No decorrer do ultimo bienio, cogitou-se seriamente da reforma da organização militar do país, expedindo-se para isso algumas leis de importancia fundamental, tais como:

Lei do Ensino Militar;

Lei de Organização dos Quadros e Efetivos;

Lei de Organização do Ministerio da Guerra;
Lei de Movimento dos Quadros;
Lei de Promoções.

Como era natural, em reformas dessa natureza, as leis postas em execução evidenciaram, desde logo, falhas que a administração militar procurou remediar, enquanto preparava e submetia ao Poder Legislativo as modificações julgadas indispensaveis pelos órgãos tecnicos e do alto comando. Foram, assim, encaminhados diversos projetos de lei que, por motivos de ordem superior, tiveram o seu andamento retardado, logrando apenas aprovação o que autorizava a modificar os regulamentos e normas de ensino de alguns estabelecimentos militares.

Reiniciados agora os trabalhos legislativos, é de esperar que esses projetos mereçam detido exame e alcancem aprovação definitiva, dentro do mais curto prazo possivel, principalmente os considerados de maior urgencia, entre os quais figuram o que suspende a lei de movimento de quadros até 1939 e o que modifica a lei de organização do Ministerio da Guerra.

APARELHAMENTO MATERIAL

Infelizmente, as condições financeiras do país não permitiram prosseguir, com a celeridade desejada, a obra de modernização do aparelhamento material do Exército, de modo a colocá-lo á altura das nossas necessidades, mesmo elementares, de segurança e defesa.

Os trabalhos iniciados desenvolvem-se regularmente, dentro das possibilidades das dotações orçamentarias, até que as circunstancias permitam elevá-las ao limite indispensavel. Os passos da nossa industria militar continuam lentos, mas seguros, e a preparação de tecnicos vai-se fazendo com rigor e cuidado.

ENSINO E INSTRUÇÃO

Dada a complexidade crescente do ensino militar, desdobrado em numerosas especializações, novas diretrizes foram traçadas, e até aqui seguidas rigorosamente, de modo que é possível anunciar progressos evidentes e compensadores dos esforços feitos. Em todos os setores dessa atividade já se revelam indices do aproveitamento recolhido do estudo da tecnica moderna e dos ensinamentos das organizações militares mais adiantadas do mundo. Para tanto, tem sido mantido no estrangeiro, na França e Estados Unidos particularmente, fazendo estagios de especialização, um grupo selecionado de oficiais; da mesma forma, continuam a prestar serviço os tecnicos contratados em diversos países. Os metodos de ensino vêm merecendo tambem cuidadosa atenção. As Escolas de Armas, consideradas onerosas e menos efficientes, em vista da sua descentralização, foram unificadas num unico instituto — a Escola das Armas — que tem apresentado otimos resultados.

As novas diretrizes dadas ao ensino nos demais estabelecimentos — Escola de Estado-Maior, Escola Militar e Colegios Militares — têm sido igualmente proveitosas.

Pode-se afirmar, portanto, que são verdadeiramente animadores, em todos os seus aspectos, os índices da instrução profissional e de aperfeiçoamento.

A lei n. 189, de 16 de janeiro último, solicitada ao Poder Legislativo no decurso de 1935, serviu para estimular tão promissoras transformações, assimilando a experiência colhida em 15 anos de vida dos estabelecimentos instituídos sob as vistas da missão militar francesa e orientação dos ensinamentos diretamente ministrados pelos seus competentes instrutores.

Em todas as regiões militares observaram-se rigorosamente as instruções expedidas pelo Estado-Maior, realizando-se com resultados excelentes exercícios de guarnição destinados a completar a instrução de 1935.

Ainda é preciso salientar que a educação física melhora cada vez mais, não havendo exagero em dizer-se que a Escola de Educação Física do Exército é hoje uma instituição modelar.

REGIÕES MILITARES

Os trabalhos em todas as regiões militares decorreram normalmente, salvo quanto às 1ª e 7ª Regiões, onde as lamentáveis ocorrências de novembro do ano findo levaram o Governo a extinguir as unidades re-

beladas, que foram o 3º Regimento de Infantaria, os 21º e 29º Batalhões de Caçadores, criando, porém, com pessoal inteiramente novo, o 14º Regimento de Infantaria, e os 30º e 31º Batalhões de Caçadores.

TRABALHOS DE ENGENHARIA

Foi de proveitosa atividade o ano findo para os serviços desse departamento, quer técnicos, quer administrativos. A Diretoria de Engenharia, que, em 1934, passou a superintender todas as obras planejadas e a executá-las, elaborou 123 orçamentos e projetos, que estão em andamento. Destacam-se, pelo seu vulto, a construção dos pavilhões no quartel ora ocupado pelo 14º Regimento de Infantaria, os do 2º Regimento de Infantaria e do Serviço Sanitário da 1ª Região; as obras do forte de Copacabana e fortaleza de Santa Cruz, bem como o abastecimento d'água dos fortes do 1º distrito de Artilharia de Costa; reconstruções da Escola de Estado Maior e da Escola Técnica e Batalhão de Guardas. Foram ainda construídos quarteis para várias unidades nas 3ª, 4ª, 5ª e 7ª Regiões e realizadas obras complementares nas 8ª e 9ª Regiões.

AVIAÇÃO

Verifica-se, com satisfação, que os progressos da aviação militar correspondem aos esforços feitos: A organização que lhe foi dada, em 1933, continua a apresentar excelentes resultados.

O correio aéreo militar, cumprindo regularmente o seu programa, teve as respectivas linhas prolongadas, realizando, assim, uma finalidade superior, não sómente pelo seu aspecto tecnico, como tambem pelo fato de levar a regiões pouco exploradas do país noticias dos nossos mais importantes centros de civilização. Ultimamente, estendeu-se até Assunção, capital da Republica do Paraguai, a rêde aérea militar do Brasil. Essa iniciativa merece especial destaque, por constituir acontecimento de lisongeira repercussão nas nossas relações internacionais.

Durante o ano de 1935, nas diversas rotas aéreas militares, que ligam os pontos principais do nosso vasto territorio, tanto no sentido dos paralelos como dos meridianos, foi coberto o percurso de 1.000.000 de quilometros, aproximadamente cerca de um terço mais do que no ano anterior, perfazendo 5.620 horas de vôo e o transporte total de 19.330 quilos de correspondencia.

Ainda é para salientar que, não obstante a falta de tecnicos de aeronautica em numero suficiente, o esforço do Serviço Tecnico de Aviação foi dos mais notaveis, tendo-se construido um tipo de avião nacional, destinado a treinamento, em condições de substituir os aparelhos de construção estrangeira.

Como se verifica, o Governo não poupa esforços para aumentar a eficiencia da aviação, bem

compreendendo o que representa o seu desenvolvimento em país vasto e de escassas comunicações como o nosso.

SERVIÇO MILITAR

E' animador referir que o serviço militar vem encontrando, nos ultimos anos, melhor aceitação. O fato é bastante significativo, por sabermos que a caserna de hoje não serve apenas como posto de exclusiva preparação militar, tendo sido transformada aos poucos numa verdadeira escola de cultura elementar e educação civica.

A estatistica regista apreciavel declinio no numero de insubmissos, concorrendo para isso não só os fatores já apontados, mas tambem o processo de alistamento que, cada vez mais apurado, dificulta, se não impossibilita, a impunidade dos refratarios ao cumprimento desse dever patriotico.

Atualmente, todo o trabalho referente ao assunto está a cargo da Diretoria de Serviço Militar e da Reserva, criada em virtude do art. 20 da Lei de Organização Geral do Ministerio da Guerra. Essa Diretoria foi organizada com o pessoal do extinto Departamento Central, da 6ª Divisão do Departamento da Guerra e da Diretoria Geral do Tiro de Guerra. O trabalho, a cargo de tres secções, está inteiramente em dia, produzindo resultados satisfatorios, apesar da criação recente desse departamento.

SERVIÇO DE SAUDE

Entre as medidas tomadas no ano findo, com o intuito de melhorar todos os serviços, cumpre referir o reaparelhamento do Serviço Medico de Aviação, que ficou em condições de atender satisfatoriamente ás necessidades que se vinham fazendo sentir desde algum tempo.

Todos os institutos, escolas de saude, hospitais e sanatorios permanecem em regular funcionamento. Apenas os serviços odontologicos e farmaceuticos se ressentem ainda de algumas falhas, que deverão ser corrigidas logo que as circunstancias o permitam.

SERVIÇO DE SUBSISTENCIA

Tem sido util ao Exercito a instituição desse serviço, de cuja execução resultaram economias apreciaveis. Estabelecido a principio apenas nas 1ª e 9ª Regiões, provou de tal modo a sua possibilidade de melhorar o tratamento da tropa, ainda com redução das despesas, que, no ano corrente, foi organizado para as demais Regiões.

SERVIÇO DE FUNDOS

Essa organização nova, criada pelo decreto n. 24.287, de 25 de maio de 1934, que extinguiu a Directoria Geral de Contabilidade, apresenta tambem excelentes provas do seu bom funcionamento. Des-

ligados das Delegacias Fiscais os serviços de pagamento da tropa nas diversas Regiões Militares, pôde ser dada maior celeridade aos processos, por intermédio dos Serviços Regionais de Fundos, que desempenham com presteza as suas funções de repartições pagadoras.

OUTROS SERVIÇOS

Além dos serviços de caráter profissional, inerentes á organização das forças militares, coube ao Exército colaborar na delicada e importante tarefa de demarcação das nossas fronteiras, como se verifica pelo relato das atividades do Ministerio do Exterior, e empreender a construção de varios traçados ferroviarios e de estradas de rodagem, conforme se faz referencia na parte dos trabalhos do Ministerio da Viação. Essas missões, cuja utilidade não é preciso encarecer, devem somar-se ás outras em que o Exército, de forma altamente patriótica, emprega o seu esforço para o fortalecimento dos vinculos da unidade nacional.

MINISTERIO DA MARINHA

Não pode ser considerada injustificável a insistência com que o Governo se refere ás urgentes necessidades do reaparelhamento das nossas forças navais.

Houve, até 1930, completa indiferença a respeito, parecendo de somenos importancia aos detentores do poder publico o grau de inefficiencia a que atingira o material em uso, mesmo o considerado indispensavel ao serviço de simples vigilancia maritima.

Não obstante os esforços empenhados pelo Governo Provisorio, no sentido de modificar tão lamentavel situação, iniciando diversos trabalhos de construção e reparação, a Marinha de Guerra não conseguiu ainda, por motivos de ordem superior, levar a cabo o programa de renovação que se traçou. São evidentes, entretanto, os progressos que vem realizando e para os quais têm concorrido decisivamente a dedicação e competencia da officialidade, secundadas pelo espirito de trabalho e disciplina mantido como tradição de honra pelos marujos brasileiros.

Desde 1932, pelo decreto n. 21.514, dispõe o orçamento da Marinha de um credito anual de

40.000:000\$ para ser empregado na renovação da esquadra. Esse credito não teve ainda aplicação. Em 1934 foi aberta a concorrência, entre estaleiros navais, para a realização do programa estudado e aprovado. Diversas circunstancias, porém, impediram que se desse inicio ás obras projetadas, muito concorrendo para essa dilação involuntaria as dificuldades surgidas quanto ao pagamento em divisas estrangeiras.

Permanece, contudo, persistente e patriótico, o interesse pela renovação do material flutuante. E tanto é assim que, sem abandonar o problema de reconstrução da esquadra, mantido em exame e cada vez mais proximo de solução, diante das novas possibilidades que se apresentam, a administração naval resolveu empreender imediatamente a construção de algumas unidades para a flotilha em serviço nas bacias do Paraná e do Amazonas.

Intensifica-se, para isso, a aparelhagem de algumas das oficinas já prontas e da carreira do novo arsenal, na Ilha das Cobras, de modo a permitir que ainda este ano seja batida a quilha de um monitor e de tres navios mineiros. Deverá iniciar-se, em breve, a mudança do velho arsenal para as instalações do novo. Com o aproveitamento dessas instalações e utilização do cais e dique construídos, tornar-se-á possível empreender trabalhos compensadores do capital ali empregado, além de proporcionar aos engenheiros, mestrança e operarios, ensejo de melhor applicarem a sua atividade profissional.

ENSINO NAVAL

Apezar de ressentir-se de numerosas falhas, que a Diretoria do Ensino Naval procura eliminar, padronizando os metodos adotados, mostraram-se efficientes os estudos no ano findo, com um aproveitamento medio muito animador.

O navio-escola "Almirante Saldanha" vem auxiliando eficazmente a parte pratica dos cursos, mediante viagens de instrução a portos nacionais e estrangeiros.

Os cursos de especialização anteriormente espalhados em varios navios e estabelecimentos, e agora reunidos num só edificio, funcionaram com regularidade.

Tambem demonstraram eficiencia os cursos de aperfeiçoamento e revisão do pessoal subalterno, instalados nas Escolas "Almirante Batista das Neves" e "Almirante Wandenkolk", o mesmo acontecendo com as Escolas de Aprendizes Marinheiros de Belém, Natal, Recife e Florianopolis, cuja matricula total atinge a 600 alunos.

MANOBRAS E EXERCICIOS

Não obstante o desgaste sofrido, ainda puderam os navios da Armada realizar os programas de exercicios fixados pelo Estado Maior e desincumbir-se satisfatoriamente de diversas comissões especiais. Foram efetuados tres periodos de treinamento na

Ilha Grande, com a esquadra completa capitaneada pelo encouraçado *São Paulo*, além de uma visita oficial ao Estado de São Paulo.

Para transportar ao Prata, com o fim de retribuir a visita dos Presidentes da Argentina e do Uruguai, o Presidente da Republica e sua comitiva, foi destacada uma divisão composta do mesmo encouraçado *São Paulo* e dos cruzadores *Rio Grande do Sul* e *Baía*.

A esquadra esteve também representada, por uma das suas unidades, nas festas comemorativas do Centenario Farroupilha, em Porto Alegre.

ARSENAIS

Os trabalhos de construção do novo arsenal, na Ilha das Cobras, tiveram, no decorrer do ano de 1935, andamento normal, que vem seguindo desde o ano de 1930, quando foi reduzido de 21 para 9.000.000\$ a dotação para tal fim consignada em orçamento. O programa de obras estudado e previsto para o exercicio findo foi integralmente realizado e mesmo excedido em certos pontos.

Com a conclusão das obras hidraulicas das carreiras e o aparelhamento, embora parcial, de algumas das oficinas concluidas, está o Ministerio da Marinha tratando, para o ano de 1936, da construção, em seu proprio arsenal, de uma unidade para a esquadra. De acôrdo com a revisão ultimamente feita, mantidos os recursos financeiros necessarios, a con-

clusão das obras, incluído o equipamento de oficinas, deverá verificar-se no decorrer do ano de 1939, quando entrará o novo arsenal em pleno funcionamento.

A orientação técnica seguida, na sucessão das construções constantes do projeto, visa concluir, de preferencia, as obras cujas necessidades para a Marinha são cada vez mais prementes. Contudo, obedece-se ao plano de conjunto, para que a utilização da aparelhagem e das instalações existentes possa reduzir o custo final das obras.

Prosseguem, dentro dos recursos disponíveis, os trabalhos de construção do cais norte e oeste, para atracação de navios até 11 metros de calado, e as obras de prolongamento do dique "Guanabara". O cais norte-oeste, bem como as demais obras concluídas com equipamentos existentes, tais como: grande dique, guindastes elétricos, doca "11 de Junho", edifícios de alojamento, sub-estações, etc., já vêm sendo utilizados normalmente pela esquadra, com grande economia para o erário público e proveito para a Marinha. Em cooperação com a Prefeitura do Distrito Federal, foi projetado e está sendo construído o novo cais em frente ao edifício do Ministério da Marinha, que será entregue, em parte, á utilidade pública, com a praça aberta em virtude da demolição do antigo edifício do Ministério.

A construção dos edifícios e oficinas, concentrada na zona norte da ilha, desenvolveu-se com atividade

no decorrer do ano. Deu-se inicio ao grande edificio da administração do futuro arsenal, prosseguindo-se a construção das cinco oficinas do cais norte.

O fornecimento dagua na ilha foi iniciado com a construção do grande reservatorio de 3.000 metros cubicos, abastecido por gravidade do Mosteiro de São Bento e abastecendo, tambem por gravidade, toda a zona baixa do novo arsenal.

Foi tambem de grande operosidade o ano de 1935 para o antigo arsenal, onde se executaram trabalhos de vulto em numerosos navios da Armada. Entre as obras mais importantes merecem destaque:

1. As de transformação e modernização do encouraçado *Minas Gerais*, prestes a terminar. Tais obras constituem trabalho complexo, pela primeira vez empreendido entre nós, e que muito honra a nossa engenharia naval.

2. Conclusão das grandes obras de reparação do encouraçado *São Paulo*, começadas em 1934. Esse navio, depois de pronto, realizou, com exito, no ano passado, numerosas comissões, demonstrando assim a excelencia dos reparos que recebeu.

3. Reparos nos cruzadores *Baía e Rio Grande do Sul*, merecendo menção especial o empalhetamento da turbina de cruzeiro do *Baía*, serviço esse executado com toda a eficiencia.

4. Reparos em nove contra-torpedeiros, no tender *Ceará*, no N. A. *José Bonifacio*, em uma barca-oficina e em cinco rebocadores.

NOVOS EDIFÍCIOS PARA A ESCOLA NAVAL

Os trabalhos da construção dos novos edifícios para a Escola Naval prosseguiram regularmente durante o ano de 1935, de acôrdo com o contrato e as modificações feitas posteriormente no projeto.

Procedeu-se, para tanto, a uma revisão geral das plantas, sendo reduzido em suas dimensões o edificio do grupo sportivo, para que, dentro da verba do contrato, fossem atendidas outras necessidades no edificio das aulas, dos alojamentos dos alunos, da administração, da guarnição e das oficinas. Elaborou-se, na mesma ocasião, outro projeto para a piscina, de modo a torná-la comunicante com o mar. O abrigo de escaleres, previsto na planta inicial, não poderá ser construído, em consequencia do avanço que teve o aterro do aeroporto, estudando-se, por isso, a exequibilidade de substituí-lo por uma doca que aproveite, como lados, a muralha da ilha e a ponta existente.

Estão em periodo de acabamento os seguintes departamentos:

Corpo Escolar.

Alojamento dos alunos.

Serviços de Saude e Refeitório.

Administração dos Sub-oficiais e Guarnição.

Oficinas e Usina.

Dada a impossibilidade da conclusão total das obras no exercicio de 1935, pelos motivos acima in-

dicados, foi solicitado ao Poder Legislativo o revigoroamento, para o exercicio de 1936, do credito especial aberto pelo decreto n. 22.844, de junho de 1933, destinado a essas obras. Infelizmente, já em 3ª discussão, na sessão de 26 de dezembro, duas emendas obrigaram o respectivo projeto a voltar á Comissão de Finanças, onde permaneceu até o encerramento dos trabalhos. Torna-se indispensavel, portanto, que o saldo do referido credito, na importancia de 1.750:000\$, seja restabelecido na presente sessão legislativa.

AVIAÇÃO NAVAL

Durante o ano ultimo, de intenso e proficuo labor, a Aviação Naval estabeleceu o programa da sua reorganizaçãc administrativa, a cargo da Diretoria de Aeronautica.

Do ponto de vista material foram salientes os melhoramentos conseguidos, sendo principalmente para notar os da base de Aviação do Rio, os da base de Florianopolis e de Santos e a continuação dos serviços da base de Ladario e inicio da construção da base de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

Os trabalhos da Escola de Aviação Naval proseguiram regularmente no novo edificio onde está instalada, havendo sido renovado o material de aprendizagem com aquisição de mais alguns aparelhos.

CORREIO AÉREO NAVAL

Ainda não é satisfatória a situação do correio aéreo naval, por falta do material indispensável ao desempenho de suas atividades. Todavia, o esforço dos nossos pilotos navais conseguiu manter com regularidade o serviço, ligando todo o setor sul do país. Para melhorá-lo, faz-se necessário adquirir novo material de vôo e de radiotelegrafia, o que igualmente contribuirá para os progressos do serviço de aerologia, a cargo da Diretoria de Meteorologia, com a qual já vem colaborando.

Apezar das falhas reconhecidas, as atividades da Aviação Naval atingiram desenvolvimento muito apreciável em 1935, sendo realizados 7.863 vôos, com a duração de 11.768 horas, num percurso de um milhã e meio de quilômetros, aproximadamente.

MARINHA MERCANTE

No cumprimento do decreto n. 24.683, foi mandada levantar a estatística geral do pessoal empregado na Marinha Mercante, estabelecendo-se um registro geral nominal de todos os que nela empregam a sua atividade.

A situação desse pessoal permanece ainda sem o controle desejado, por continuarem suspensas as matrículas e admissões. Nas capitâneas, delegacias de trabalho marítimo e empresas de

navegação, prossegue, entretanto, o trabalho iniciado, que permitirá, em breve, á Diretoria de Marinha Mercante preencher os fins para que foi criada.

SERVIÇO DE SAUDE

Em 3 de maio, foi inaugurado oficialmente o Instituto Naval de Biologia, criado pelo decreto n. 23.854, de 8 de fevereiro de 1934. Anexo ao Instituto passou a funcionar, com a capacidade de 100 leitos, um hospital de doenças infecciosas e parasitarias, sendo para ele transferidos os doentes dessas molestias até então hospitalizados na Enfermaria Auxiliar de Copacabana.

O Hospital Central de Marinha, apesar de sua instalação vetusta e em local improprio, foi dotado de aperfeiçoamentos que lhe permitirão, enquanto se aguarda a construção do novo hospital, atender melhor ás multiplas exigencias dos serviços de saude da Marinha.

O laboratorio de analyses clinicas do hospital foi completamente reformado e se acha em excelentes condições, o mesmo acontecendo com o serviço de radiologia, que teve substituido o aparelho de radiodiagnostico e foi dotado de um aparelho moderno de radioterapia.

Transitaram pelo hospital, em 1935, 4.561 doentes, dos quais faleceram 79.

TRABALHOS HIDROGRAFICOS

Os navios hidrograficos e faroleiros têm estado constantemente trabalhando no levantamento da costa sul e serviços de balisamento e farois. Infelizmente, os materiais e dotações disponiveis não correspondem ainda ás necessidades dos trabalhos a efetuar para ultimação da carta hidrografica nacional.

TRIBUNAL MARITIMO ADMINISTRATIVO

A necessidade de um órgão tecnico, ao qual estivesse afeta a fixação da natureza e importancia dos accidentes de navegação, havia sido compreendida desde muito e do seu reconhecimento resultou a criação dos Tribunais Maritimos Administrativos.

O decreto n. 20.829, de 21 de dezembro de 1931, do Governo Provisorio, regulou-lhes o funcionamento, com jurisdição sobre todo o territorio da Republica, costas e vias navegaveis. Posteriormente, apurada a conveniencia de uma maior autonomia quanto ao processo e andamento dos serviços que lhes foram cometidos, resolveu-se desincorporá-los da Diretoria de Marinha Mercante, o que foi feito com o decreto n. 22.900, de 6 de julho de 1933, que mandou ficassem subordinados diretamente ao Ministro da Marinha.

Outras modificações se seguiram, com o decreto n. 24.585, de 5 de julho de 1934. O Tribunal Mari-

timo Administrativo passou a exercer, desde então, ação plena e de jurisdição própria em toda a extensão das vias navegáveis. Tratando-se, todavia, de uma organização importante, pela soma dos interesses afetos às suas deliberações, é possível que a prática venha aconselhar novas modificações, entre as quais, no momento oportuno, deverá acrescentar-se a faculdade de deliberar também, como órgão de recurso, para decidir em última instância acerca de toda sorte de acidentes marítimos e quaisquer outras pendências originadas de trabalhos inerentes às atividades do mar. Do mesmo modo que a Diretoria de Marinha Mercante é atualmente instância superior para as decisões das capitânicas, no que se refere ao pessoal marítimo e questões de polícia naval, o Tribunal Marítimo Administrativo poderá tornar-se instância final, uma vez estatuído o recurso obrigatório das decisões regionais.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAUDE
PUBLICA

I

Em primeiro lugar, será feito, de modo sumario, o relato das ocorrências que, no ano de 1935, se apresentam mais dignas de nota.

1 — ADMINISTRAÇÃO GERAL

As atividades de administração geral do Ministerio da Educação e Saude Publica decorreram de forma normal e satisfatoria.

A situação do pessoal fixo e variavel, compreendendo trabalhadores e diaristas, foi objeto de detido estudo, que ainda continua a ser feito, tendo em vista verificar as deficiencias existentes quanto á distribuição de funções e disparidade de remuneração.

Exame semelhante se procede quanto ao material, que, sendo complexo e numeroso, apresenta dificuldades de padronização, que deverão ser re-

movidas com vantagens de economia, rapidez e ordem para o serviço.

Procede-se ainda á remodelação dos serviços de contabilidade.

2 — SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

ATIVIDADES DE DIREÇÃO

Segundo a organização vigente, são órgãos diretores dos serviços de educação a Diretoria Nacional de Educação, na Secretaria de Estado; e, no conjunto das repartições ministeriais, a Inspeção Geral do Ensino Superior, a Inspeção Geral do Ensino Secundário, a Inspeção Geral do Ensino Comercial, a Inspeção Geral do Ensino Emendativo e a Superintendência do Ensino Industrial, não se achando ainda instaladas a Inspeção Geral do Ensino Superior e a Inspeção Geral do Ensino Emendativo.

DIRETORIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Criada pelo decreto n. 24.439, de 21 de junho de 1934, a Diretoria Nacional de Educação vem procurando realizar as suas finalidades essenciais, não só no tocante ás investigações e pesquisas dos assuntos técnicos de educação, mas também no que se refere á parte puramente administrativa e de inspeção do ensino.

Duas secções técnicas conseguiram, em menos de um ano de regular funcionamento, focalizar assuntos de relevante importância, tais como:

- a) Realização de um inquerito sobre a situação dos professores do ensino secundário, para servir de base à regulamentação dos contratos a que se refere o art. 53 do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932.
- b) Inquerito sobre a organização do ensino secundário em colaboração com as inspetorias regionais do Distrito Federal.
- c) Inquerito sobre o regime alimentar nos internatos do Distrito Federal.
- d) Lançamento de bases para um inquerito sobre programas do curso secundário fundamental.
- e) Plano de um estudo experimental sobre iluminação e ventilação das salas de aula.
- f) Estatística da distribuição, por sexo e idade, dos alunos do curso secundário.
- g) Estabelecimento das condições materiais e didáticas dos cursos secundários complementares.
- h) Pesquisas sobre a aplicação de 20 % das rendas estaduais nos serviços de educação.
- i) Estudo sobre as condições de eficiência do ensino primário no país.

INSPETORIA GERAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

O ensino secundário continua a ter desenvolvimento compatível com as possibilidades gerais do

país. A partir de 1932, período inicial da reforma elaborada em 1931, o número de educandários reconhecidos pelo Governo Federal foi o seguinte: em 1932, 277; em 1933, 315; em 1934, 382; e, em 1935, 440. Este ano atingirá, provavelmente, a meio milhar. A esse aumento corresponde elevação proporcional do número de matrículas: 52.280, em 1932; 60.427, em 1933; 65.354, em 1934; e 79.835, em 1935.

Indagar-se-á, possivelmente, si a esse progresso de algarismos corresponde melhoria positiva nos métodos de ensino e no rendimento escolar. Seria precipitado responder pela negativa, sem embargo das conhecidas deficiências do ensino secundário, que vem exigindo constante atenção dos poderes públicos. Ampliou-se, certamente, o círculo da cultura média geral, não podendo, entretanto, dizer-se que esta se haja aprofundado e sistematizado. A vida de ginásio afigura-se, ainda, á maioria dos estudantes, estagio forçado e pouco agradável. Domina-os a preocupação de passar o mais depressa possível ao curso superior, onde, infelizmente, só uma restrita minoria consegue obter formação profissional completa e eficiente.

Procurando corrigir os efeitos dessa errônea concepção das finalidades do curso propedéutico, providenciou-se para a instalação das chamadas classes complementares nos estabelecimentos oficiais, equiparados e sob inspeção permanente, e nos cursos anexos ás escolas superiores.

Outras medidas foram e continuam sendo postas em pratica. Ativou-se o registo de professores, mediante mais rigorosa fiscalização de titulos e aptidões. Negou-se inspeção permanente a quasi uma centena de estabelecimentos, por falta do cumprimento de exigencias legais.

INSPETORIA GERAL DO ENSINO COMERCIAL

O numero de escolas de comercio que, em 1926, atingira apenas a 26, com 911 alunos, eleva-se, hoje, a 236, com 24.349 alunos. O ensino tornou-se popular e vem interessando vivamente às classes medias, desejosas de obter melhor preparação tecnica.

Além de exercer ação fiscalizadora sobre os cursos de comercio, a Inspetoria Geral do Ensino Comercial tem procurado sugerir metodos de ensino, promovendo, tambem, inqueritos sobre o resultado da aplicação desses metodos.

SUPERINTENDENCIA DO ENSINO INDUSTRIAL

Esse departamento exerceu proveitosa ação coordenadora sobre as escolas profissionais mantidas pela União, cuidando da sua remodelação material e organizando planos de trabalhos educativos, que muito deverão contribuir para a racionalização desse ramo de ensino.

SERVIÇOS ESCOLARES

ENSINO SUPERIOR.

Universidade do Rio de Janeiro

Os institutos congregados sob o titulo de Universidade do Rio de Janeiro tiveram funcionamento regular.

E' de assinalar que a Faculdade de Medicina passou a contar com amplas e modernas instalações no Hospital Estacio de Sá, onde se localizaram a 3ª cadeira de clinica cirurgica, a 5ª cadeira de clinica medica, a cadeira de propedeutica cirurgica e a cadeira de clinica ginecologica.

Inaugurou-se a Maternidade, em edificio especialmente construido para tal fim. Esse melhoramento veio satisfazer imperiosa necessidade do ensino, pois que permite aos alunos do 6º ano a pratica da clinica obstetrica, de que até então se viam privados. Atende, igualmente, aos reclamos da assistencia social, visto dispôr de mais 120 leitos destinados a parturientes.

Universidade Tecnica Federal

Não foi ainda instalada a Universidade Tecnica Federal, pelo fato de ter o Governo resolvido ampliar o plano relativo a essa parte do ensino superior.

Dentro da definição legal da Universidade Técnica Federal, figuram, presentemente, a Escola Politecnica e a Escola Nacional de Quimica.

A Escola Politecnica teve as suas instalações melhoradas mediante obras de remodelação, que não perturbaram a normalidade dos trabalhos escolares.

Na Escola Nacional de Quimica, tambem se fizeram obras destinadas a assegurar-lhe melhores condições didaticas e mais completo equipamento tecnico.

Faculdade de Direito do Recife e Faculdade de Medicina da Baía

Esses institutos funcionaram normalmente.

A Faculdade de Medicina da Baía foi inspecionada por um engenheiro do Ministerio, que verificou as suas grandes necessidades materiais.

Faculdade de Medicina de Porto Alegre

Este estabelecimento foi incorporado á Universidade de Porto Alegre, mediante acôrdo firmado entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

ENSINO SECUNDARIO

As duas secções do Colegio Pedro II, internato e externato, ministraram instrução, no ano findo, em tres turnos de aulas, a 2.333 alunos. Cursos

facultativos de grego e historia da America foram mantidos paralelamente ao curso fundamental e aos cursos livres de lingua e literatura italiana.

ENSINO PROFISSIONAL

A reorganização material das escolas de aprendizes artifices, mantidas pela União nos Estados, prosseguiu, em 1935, mau grado as restrições financeiras do momento.

E' assim que, em Recife, foi inaugurado um conjunto de seis edificios, em terreno doado pelo governo estadual, com a superficie aproximada de 7.000 metros quadrados. Trata-se de uma construção ampla, confortavel, cobrindo 3.004 metros quadrados de área, e em condições de atender perfeitamente ás exigencias da moderna escola profissional.

No Paraná, levantou-se outro edificio, abrangendo 2.252 dos 5.258 metros quadrados de terreno oferecido pelo governo estadual.

Planejou-se novo predio para o instituto existente no Piauí, sendo logo iniciadas as obras dos pavilhões e corpo central. A construção, dispondo de uma área de 3.158 metros quadrados, oferecida tambem pelo governo do Estado, ficará concluida este ano e cobre 880 metros quadrados.

Nos 19 estabelecimentos dessa natureza existentes no país, matricularam-se 5.596 alunos, mantendo uma média de frequencia de 67 % e produzindo mercadorias no valor de 560.265\$000.

A Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, no Distrito Federal, apresentou uma matrícula de 239 alunos, na maioria pertencentes ao sexo feminino.

ENSINO EMENDATIVO

Instituto Benjamin Constant

Apezar de possuir instalações materiais deficientes, esse estabelecimento desenvolveu útil atividade, difundindo em todo o Brasil milhares de alfabetos pelo sistema Braille, proporcionando trabalho aos cegos e buscando aperfeiçoar-lhes a instrução especializada.

Instituto Nacional de Surdos-Mudos

Novos programas foram aprovados pela congregação, para o ensino de linguagem, constituindo notável avanço prático no domínio da pedagogia dos surdos-mudos, adaptada às peculiaridades do nosso meio.

O cinema educativo passou a exercer papel saliente no ensino, associado a exercícios de redação, que muito contribuíram para o desenvolvimento mental dos alunos.

O ensino profissional foi reorganizado, mantendo-se a orientação já seguida em anos anteriores.

SERVIÇOS EXTRA-ESCOLARES

INSTITUTO OSWALDO CRUZ

Durante cinco exercicios consecutivos, a atividade cientifica da casa fundada por Oswaldo Cruz permaneceu estacionaria pela exiguidade de recursos financeiros e materiais. Dotada agora de maiores possibilidades, a tradicional instituição amplia as suas pesquisas valiosissimas sobre questões de zoologia medica, bacteriologia, protozoologia, histopatologia, fisiologia, quimica e fisica biologicas, etc., interessando particularmente á patologia humana e á animal. Essas pesquisas foram, em boa parte, divulgadas nas *Memorias* do instituto e em jornais e revistas tecnicas, constituindo trabalhos originais, com merecida repercussão nos circulos cientificos especializados.

Para a colheita de material e estudos de patologia regional promoveram-se diversas excursões, no Distrito Federal e nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e mesmo em países visinhos, como a Argentina e o Paraguai, todas com os melhores resultados e sem onus para o Tesouro Nacional, devido á espontanea colaboração de particulares e instituições cientificas nacionais e estrangeiras.

O instituto colaborou ainda, eficientemente, nos trabalhos de outras instituições de ensino e assistencia medica.

E' digno de menção o seu concurso á obra do Centro Internacional de Leprologia, cujos trabalhos se executam, em grande parte, com o auxilio do seu pessoal e nos seus laboratorios, onde continua a exercer a sua atividade um tecnico da Sociedade das Nações, que se dedica, particularmente, a pesquisas sobre a terapeutica da lepra. O Hospital de Doenças Tropicais, do instituto, prestou assistencia gratuita a mais de duas centenas de internados e a milhares de consultantes, prosseguindo, com eficiencia, o curso de applicação do ensino de biologia, que ha vinte e cinco anos vem prestando assinalados serviços. Vinte e dois estagionarios servem-se dos laboratorios do estabelecimento, entre eles estrangeiros vindos de diversos países.

Os serviços industriais apresentaram apreciavel rendimento, atingindo ao valor de 1.608:347\$000.

Como expressão do prestigio internacional do instituto, é oportuno registrar o convite da Real Sociedade de Medicina de Londres a um de seus tecnicos, o Dr. Magarino Torres, para expôr os seus estudos originaes sobre alastrim.

MUSEU NACIONAL

As suas atividades prosseguiram, realizando 13 excursões, publicando algumas monografias e catalogando novos especimes vegetais, cujo numero

já ascende a 29.613. Na secção de geologia foi inaugurada a coleção sistematica de mineralogia geral, a mais completa do Brasil.

MUSEU HISTORICO NACIONAL

Iniciou, no ano ultimo, a sua atividade sobre a conservação dos monumentos nacionais, aplicando em obras dessa natureza, na cidade de Ouro Preto, a verba orçamentaria de 100:000\$ para esse fim consignada.

OBSERVATORIO NACIONAL

Trabalhos de imediata utilidade e outros puramente especulativos foram desempenhados com proficiencia por este estabelecimento, no decorrer do ano findo.

CASA DE RUY BARBOSA

Tem sido preocupação do Governo conservar a Casa de Ruy Barbosa tal como serviu de ambiente á vida do grande brasileiro, preparando-a ao mesmo tempo para ser transformada em museu e centro de estudos. Iniciaram-se os trabalhos relativos á publicação das suas obras completas, continuando a fazer-se, tambem, a catalogação da biblioteca, bem como o inventario e classificação dos manuscritos.

BIBLIOTECA NACIONAL

Aumenta a visitação publica ás valiosas coleções da Biblioteca Nacional, que, no ano findo, atendeu 81.977 leitores, fez aquisição de livros e documentos raros sobre o Brasil, e editou mais tres volumes dos seus *Anais* e dois da coleção *Documentos Historicos*.

ESTATISTICA EDUCACIONAL

Está normalizado o andamento da estatística do ensino, cuja elaboração ficou, pelo convenio de 1931, sob a responsabilidade da União, dos Estados e Distrito Federal. A parte que competia ao Governo Federal vem sendo regularmente levantada desde 1932. Quanto á dos Estados — estatística do ensino primario geral — executada, em começo, com sensíveis imperfeições e grande lentidão, começa a apresentar resultados satisfatorios. O Ministerio da Educação e Saude Publica vem prestando ás administrações estaduais toda a assistencia necessaria, facilitando até aos respectivos funcionarios estagios de aperfeiçoamento, mediante participação direta nos trabalhos que lhe cumpre executar.

3 — SERVIÇOS DE SAUDE

ATIVIDADES DE DIREÇÃO

Os serviços de saude publica e assistencia social foram intensificados, articulando-se com as diretorias estaduais de saude. Nota-se crescente interesse pelo

serviço a cargo dessas organizações, como se conclue do numero de pedidos de admissão para o respectivo curso de aperfeiçoamento da Faculdade de Medicina. Inscreveram-se, este ano, vinte tecnicos de dez Estados. Com a admissão, nos serviços federais, de 11 medicos, diplomados por aquele curso especializado, e que ingressaram de acôrdo com a ordem rigorosa da classificação, conseguiu-se um contingente de novos tecnicos, que se distribuiram pelos diversos serviços, possibilitando-lhes ácentuada melhoria.

A secção tecnica de saude publica prosseguiu na sua tarefa de elaborar instruções, promover inqueritos e pesquisas e fiscalizar serviços, reence tando tambem a publicação dos *Arquivos de Higiene*, em que se inseriram contribuições científicas de valor.

A secção de propaganda prosseguiu na sua tarefa educativa através do cinema, do radio, de conferencias em estabelecimentos de ensino secundario e de cursos destinados a diretoras e professoras de escolas primarias. Distribuiram-se para mais de 800.000 publicações, compreendendo cartazes, folhetos, comunicados avulsos para a imprensa e o publico.

SAUDE PUBLICA

SERVIÇO SANITARIO DO DISTRITO FEDERAL

Os serviços federais de saude publica, no Distrito Federal, se exerceram com um evidente aproveitamento durante o ano de 1935, atendendo

às necessidades do combate e profilaxia de alguns surtos epidemicos de relativa gravidade.

Os trabalhos de saneamento anti-malarico, prosseguindo em Santa Cruz, Campo Grande e Guaratiba, concentraram-se especialmente nos rios e riachos tributarios das lagoas da Tijuca, Camorim e Jacarepaguá, tendo sido tratados 12 deles, numa extensão total de 38 quilometros. Foi organizado, e vai ter rigorosa execução, um plano sistematizado de combate á malaria no Distrito Federal, devendo ser feito entendimento com as autoridades sanitarias do Estado do Rio de Janeiro, para extensão desses serviços ás regiões limitrofes.

A profilaxia da lepra recebeu cuidados especiais da parte das autoridades sanitarias. Esse serviço conta com o concurso do Centro Internacional de Leprologia, organizado com a cooperação da Sociedade das Nações e do Sr. Guilherme Guinle. Além da parte de investigações científicas, que se intensificaram, e da metodização dos meios terapeuticos modernos, que vêm sendo largamente utilizados no hospital-colônia de Curupaití, forneceram-se recursos especiais para a ampliação de diversas e importantes dependencias desse estabelecimento, cuja área ficou aumentada com a aquisição de 83.000 metros quadrados de terreno.

Para o combate á tuberculose, foi aplicada a dotação de 598:000\$, que permitiu desenvolver, sob diversos aspectos, tão importante serviço.

A Inspetoria dos Centros de Saude, a que incumbe a execução mais direta dos serviços de medicina preventiva e de assistência higienica á população do Distrito Federal, manteve em funcionamento todos os centros de saude criados para esse fim.

Sofreu grande reforma o Laboratorio de Saude Publica. Melhor aparelhado, atende atualmente não só aos trabalhos de análise da sua especialidade, como também á preparação de diversas especies de vacinas de imediata e urgente aplicação.

A Inspetoria de Alimentação e a Inspetoria do Exercício Profissional mantiveram-se em constante e proveitosa atividade durante o ano de 1935.

SERVIÇO DE POLICIA SANITARIA DOS PORTOS

A vigilancia sanitaria dos portos, confiada a esse departamento, vem se mantendo de modo satisfatorio. De acôrdo com a nova orientação adotada, foram fechadas, sem prejuizo algum, as sub-inspetorias dos portos de São Francisco, Paranaguá, Florianopolis, Amarração, São Luiz, Cabedelo, Vitoria, Aracajú e Maceió, distribuindo-se o pessoal e o material respectivo pelas estações sanitarias mais proximas.

SERVIÇO DE FEBRE AMARELA

As atividades do Serviço de Febre Amarela foram continuadas com a mesma eficiencia do ano anterior, distribuindo-se por mais de 1.660 localidades do país.

Nos laboratorios do Serviço, prosseguiram as

pesquisas para o aperfeiçoamento de uma vacina capaz de ser largamente aplicada.

Os trabalhos do ano absorveram a atividade de cerca de 3.000 pessoas, entre as quais figuram 80 médicos, custando 12.000:000\$ ao Governo Federal e \$235.000.00 á Fundação Rockefeller, que concorreu ainda com a colaboração de 13 especialistas e médicos estrangeiros.

ASSISTENCIA HOSPITALAR

O Governo procurou aparelhar de forma mais completa os serviços de assistência hospitalar, mantidos no Distrito Federal.

Cabe destacar, entre as iniciativas mais importantes, a instalação do Hospital Estacio de Sá, que, além de contar com acomodações de hospitalização numerosas e modernas, passou a servir a diversas clinicas da Faculdade de Medicina.

Os serviços de assistência a psicopatas executaram, através dos hospitais, ambulatorios e institutos que lhe estão subordinados, trabalhos que muito se recomendam pelos resultados obtidos.

Sendo absolutamente precaria a situação do Hospital Psiquiatrico, resolveu-se transformar a colonia de mulheres Juliano Moreira, de Jacarepaguá, em hospital-colonia para ambos os sexos, dotando-o de instalações modernas. Já estão prontos 11 pavilhões isolados e outras dependencias amplas e bem aparelhadas.

AMPARO Á MATERNIDADE E Á INFANCIA

A Diretoria de Proteção á Maternidade e á Infancia mantém, atualmente, no Distrito Federal, os serviços de lactantes e pre-escolares, o serviço pre-natal, o de oto-rino-laringologia, o de estomatologia e o de raios ultra-violeta. Executaram-se obras de vulto no Hospital Arthur Bernardes. Intensificou-se, por outro lado, a divulgação de noções praticas de puericultura, por meio de cursos populares e ilustrações expostas ao publico, iniciando-se, tambem, inqueritos sobre asilos e instituições de socorro á infancia, alimentação das crianças nas classes proletarias e alimentação infantil.

O apêlo feito aos chefes de governos estaduais, aos prefeitos municipais e ás autoridades eclesiasticas permitiu que se articulassem com o Ministerio 450 municipios e cerca de 500 instituições, das quais mais de 20 criadas por efeito da campanha. Além de publicações especiais, largamente difundidas, conseguiu a Diretoria de Proteção á Maternidade e á Infancia que cerca de 300 jornais do interior instituíssem uma secção de puericultura.

SERVIÇO DE AGUAS E ESGOTOS DO DISTRITO FEDERAL

O problema do reforço do abastecimento de agua para o Distrito Federal foi, afinal, encaminhado para uma proxima e definitiva solução.

Depois de longos estudos, aprovado o projeto de adução do ribeirão das Lages, que a Inspetoria de Aguas e Esgotos organizou, realizou-se, a 2 de maio do ano passado, a concorrência para a execução das obras. Apresentaram-se nove concurrentes: oito, para a construção por conta do Governo e mediante pagamentos á medida do andamento do serviço; e um, para arrendamento da obra, cabendo ao Governo efetuar o pagamento da agua fornecida. Recebido o parecer da comissão encarregada do estudo das propostas, e feito o necessario exame da materia no Ministerio da Educação e Saude Publica e no Ministerio da Fazenda, ficou resolvido aceitar a proposta para arrendamento.

Para atender ás necessidades mais urgentes do fornecimento de agua, já fôra construida, ha dois anos, a usina elevatoria do Acarí, que, além de melhorar consideravelmente as condições de duas grandes linhas adutoras, reduzindo-lhes os accidentes de 50%, determinou o acrescimo de 20.000.000 de litros no suprimento diario da cidade, proveniente de sobras não aproveitadas do Xerém e do Mantiquira.

No tocante a esgotos, iniciou-se o necessario serviço nos bairros de Ipanema e Leblon, por administração direta da Inspetoria de Aguas e Esgotos que, em um mês de trabalho, assentou, no primeiro daqueles bairros, 374 metros de coletores e cinco poços de inspeção.

Acham-se em estudo já adiantado as bases de revigoração do contrato com a The Rio de Janeiro City Improvements Ltd, para a fixação da taxa definitiva, em moeda nacional, por predio esgotado, cumprindo-se, assim, o disposto no art. 137 da Constituição e compondo-se a situação criada pelo decreto n. 23.501, de 27 de novembro de 1933. E' intuito do Governo aproveitar a oportunidade dessa revisão para aliviar o Tesouro Nacional de certos onus resultantes do contrato atual, por forma que o resgate final das obras e a reversão dos serviços á União, em 1947, se façam sem embaraços.

Até bem pouco tempo, a empresa concessionaria só applicava, em suas canalizações, tubos de ferro e material ceramico de procedencia estrangeira, o que se justificava pela falta de similares nacionais de boa qualidade. A baixa cambial, agravando os preços dos artigos de importação, levou-a a cogitar do emprego de material nacional, de preferencia ao estrangeiro. Com esse objectivo, foram primeiramente adotados os tubos de ferro fundido centrifugado e recozido das usinas de Caeté e São Paulo, devendo acontecer o mesmo com as manilhas de barro vidrado de varias marcas, provenientes dos Estados de Minas Gerais e de São Paulo, depois de um periodo de experiencia a que foram submetidas. Com essas medidas se logrará, ao mesmo tempo, reduzir o custo das obras, restringir a importação e estimular a industria nacional.

4 — COOPERAÇÃO FINANCEIRA DA UNIÃO

AUXILIO FEDERAL AOS ESTADOS

Para a educação — Com os serviços de nacionalização do ensino, nas regiões de colonização do sul do país, a União dispendeu, em 1935, a importância de 558:000\$, sendo 342:000\$, para auxílio ao Estado de Santa Catarina, e 216:000\$, para auxílio ao Estado do Paraná.

Em virtude do contrato existente, concedeu-se á Universidade Técnica do Rio Grande do Sul o auxílio de 978:000\$000.

Para a saúde — A varios Estados foram fornecidos auxilios para a luta contra a malária, as helmintoses e a boubá. Para permitir a elaboração de um plano de combate sistemático á peste bubónica no nordeste do país, organizaram-se cinco comissões de estudos, que se distribuíram, respectivamente, pelos seguintes Estados: Maranhão e Piauí; Ceará; Rio Grande do Norte e Paraíba; Pernambuco e Alagôas; Sergipe e Baía. Essas comissões finalizaram os seus trabalhos em 31 de dezembro de 1935, coligindo dados e observações que nortearão a campanha empreendida no corrente ano.

Distribuíram-se a seis Estados, para a campanha contra a lepra, 510:000\$, de auxílio, tendo sido inaugurado, graças á cooperação federal, o hospital-colônia de Itanhenga, no Espirito Santo.

SUBVENÇÃO FEDERAL ÀS INSTITUIÇÕES PARTICULARES

A ação do Governo Federal foi grandemente ampliada, em 1935, em materia de amparo aos serviços de iniciativa privada relativos á educação e á saúde. A população dos Estados, do Distrito Federal e do Territorio do Acre auferiu beneficios da União, que distribuiu 7.888:000\$000 a 571 instituições, pela forma abaixo discriminada:

ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E TERRITORIO DO ACRE	SAUDE	EDUCAÇÃO	TOTAL
Amazonas.....	40 :000\$000	370 :000\$000	410 :000\$000
Pará.....	115 :000\$000	98 :000\$000	215 :000\$000
Maranhão.....	46 :000\$000	66 :000\$000	112 :000\$000
Ceará.....	242 :000\$000	260 :000\$000	502 :000\$000
Piauí.....	38 :000\$000	—	38 :000\$000
Rio Grande do Norte.....	61 :500\$000	7 :500\$000	69 :000\$000
Paraíba.....	3 :000\$000	5 :000\$000	8 :000\$000
Pernambuco.....	195 :000\$000	155 :000\$000	350 :000\$000
Alagoás.....	69 :000\$000	23 :000\$000	92 :000\$000
Sergipe.....	66 :000\$000	18 :000\$000	84 :000\$000
Baía.....	223 :000\$000	186 :000\$000	409 :000\$000
Espirito Santo.....	7 :000\$000	16 :000\$000	23 :000\$000
Rio de Janeiro.....	188 :000\$000	218 :000\$000	406 :000\$000
Distrito Federal.....	993 :000\$000	1.012 :000\$000	2.005 :000\$000
São Paulo.....	589 :000\$000	369 :000\$000	958 :000\$000
Paraná.....	82 :000\$000	270 :000\$000	352 :000\$000
Santa Catarina.....	21 :000\$000	25 :000\$000	46 :000\$000
Rio Grande do Sul.....	179 :000\$000	191 :000\$000	370 :000\$000
Minas Gerais.....	741 :000\$000	407 :000\$000	1.148 :000\$000
Goiaz.....	6 :000\$000	30 :000\$000	36 :000\$000
Mito Grosso.....	132 :000\$000	110 :000\$000	242 :000\$000
Acre.....	15 :000\$000	—	15 :000\$000
	4.051 :500\$000	3.836 :500\$000	7.888 :000\$000

5 — CONSELHOS TECNICOS

No ano de 1935, realizou o Conselho Nacional de Educação 64 sessões, para exame de diversos e importantes assuntos de interesse educacional.

Reuniu-se cinco vezes o Conselho Nacional de Belas Artes, tratando de questões relativas ao desenvolvimento das artes plasticas no país.

O Conselho Nacional de Saude e Assistencia Medico-Social, de que trata o decreto n. 24.438, de 21 de junho de 1934, não foi ainda organizado.

II

Relatado sucintamente o desenvolvimento dos serviços a cargo do Ministerio da Educação e Saude Publica, durante o ano de 1935, cabe agora registrar, tambem de forma resumida, o plano geral das suas atividades, traçado para ter execução continuada, de acôrdo com as possibilidades financeiras do país.

Na mensagem anterior, tive ocasião de acentuar a necessidade de uma reforma geral dos serviços de administração da educação e da saude.

Feitos os estudos indispensaveis, de acôrdo com as atividades a elles relativas, o plano de remodelação transformou-se no projeto apresentado, no ultimo mês do ano de 1935, ao exame e aprovação do Poder Legislativo. Circunstancias, entretanto, de força maior, não permitiram que ele tivesse andamento completo.

E' de esperar que, reabertos os seus trabalhos, o Poder Legislativo retome o projeto, encerrando-o definitivamente, com as modificações que julgar necessarias.

1 — ATIVIDADES DE DIREÇÃO

Segundo o plano de remodelação, constante do projeto já enviado ao Poder Legislativo, a Secretaria de Estado deverá ter uma estruturação racional, de modo que as atividades administrativas de ordem geral, relativas ao pessoal, ao material e á contabilidade, perfeitamente articuladas, se processem com maior rendimento e celeridade. Por outro lado, as atividades administrativas de ordem especial, destinadas a cuidar da educação e da saúde, constituirão dois órgãos fundamentais, a saber: o Departamento Nacional de Educação e o Departamento Nacional de Saúde.

Para regularizar a situação anormal, que se vem agravando, por motivos facilmente compreensíveis, com a dispersão dos órgãos componentes da Secretaria de Estado, ocupando atualmente dez locais diferentes, distantes e mal instalados, deverá construir-se, em breve, o edificio destinado a receber todos os serviços pertencentes a este setor da administração pública.

2 — EDUCAÇÃO

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O plano nacional de educação, mandado organizar pela Constituição de 16 de julho de 1934, mereceu toda a atenção do Poder Executivo, que

está tomando, com segurança, as providencias da sua alçada, afim de apressar a sua execução, tornando-a possivel ainda no corrente ano. Está sendo constituído o Conselho Nacional de Educação, ao qual foi confiado o encargo da elaboração do respectivo projeto. Promove-se, em todo o país, amplo e minucioso inquerito, cujas bases foram largamente publicadas, com o objetivo de recolher, sobre o assunto, elementos seguros de informações, bem como sugestões e ideias de utilidade, ao mesmo tempo, para os trabalhos do Conselho Nacional de Educação e do Poder Legislativo.

Parece superfluo encarecer a importancia e oportunidade dessa iniciativa. Trata-se de reunir, sob uma orientação unica, disciplinada e metodica, todas as atividades educacionais do país, o que constituirá, sem duvida, obra da mais decisiva significação para a vida nacional.

EDUCAÇÃO ESCOLAR

UNIVERSIDADE DO BRASIL

A União incumbe dar a todo o país o padrão do ensino superior. Decorre daí a necessidade de manter estabelecimentos modelares de cada modalidade de curso superior prevista em lei. Até agora essa atividade se restringia aos aspetos imediatamente profissionais, sem acentuada preocupação cultural. Os homens de estudo, no Brasil, tinham

de ser advogados, engenheiros ou medicos. Por outro lado, as escolas que os preparavam permaneciam isoladas e dispersas. Os males resultantes dessa pratica são faceis de compreender. Urgia remediá-los.

Justamente, para isso, resolveu o Governo reunir as escolas superiores que mantém no Distrito Federal, numa entidade unica, intimamente coordenada, que deverá constituir a Universidade do Brasil, cujo projeto, integrando a Universidade do Rio de Janeiro, a Universidade Tecnica Federal e outros estabelecimentos de ensino especializado, vem sendo cuidadosamente organizado desde julho do ano findo.

Para as instalações materiais da Universidade do Brasil estão sendo estudados terrenos apropriados, nas proximidades da Quinta da Boa Vista, no Distrito Federal, com a área total de cerca de 2.000.000 de metros quadrados, capaz de abrigar todas as faculdades e institutos complementares e demais serviços necessarios, e de permitir o posterior desenvolvimento da instituição, que assim se organizará como uma cidade universitaria.

Concedidas as autorizações já solicitadas ao Poder Legislativo, terão inicio, desde logo, as obras consideradas de maior urgencia, a saber: Faculdade de Direito, Faculdade de Filosofia, Ciencias e Letras, Faculdade de Quimica, instalações hospitalares para a Faculdade de Medicina e outras.

COLEGIO PEDRO II

A melhoria de qualidade do ensino secundario impõe-se como necessidade inadiavel. Para conseguí-la não se deverá medir esforços. Sejam, porém, quais forem as normas legais existentes, é fora de duvida que a eficiencia desse ensino depende, em grande parte, das instalações do estabelecimento onde fôr ministrado. O Colegio Pedro II, padrão do ensino secundario nacional, não se pode dizer que preencha rigorosamente as condições que se devem exigir de institutos dessa natureza, pela deficiencia das acomodações destinadas quer ao internato quer ao externato. Cogita-se, por isso, de remodelá-lo, substituindo as suas atuais edificações por outras mais amplas e modernas. As obras de contrução deverão iniciar-se ainda este ano, caso o Governo possa dispôr dos recursos indispensaveis, dependentes de autorização legislativa, já solicitada.

FACULDADES SUPERIORES ISOLADAS

Mantidos, assim, no Distrito Federal, os estabelecimentos padrões do ensino superior e do ensino secundario, obrigação que incumbe á União, caber-lhe-á, ainda, a titulo de ação supletiva, manter, providenciando para melhorá-las, as faculdades superiores que funcionam nos Estados, até que seja possível transferí-las ás administrações locais.

FISCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Incumbindo também á União, no cumprimento de preceito constitucional, fiscalizar os estabelecimentos não federais de ensino superior e secundario, tratar-se-á desde logo de reorganizar esse serviço, atualmente pouco satisfatorio quanto aos resultados que vem apresentando.

Relativamente á fiscalização dos estabelecimentos de ensino comercial, aguarda-se que o Poder Legislativo resolva acerca do que dispõe o art. 150, letra *b*, da Constituição, quando tiver de manifestar-se sobre o plano nacional de educação.

ENSINO PROFISSIONAL

No terreno do ensino profissional, a ação do poder publico ainda não se fez sentir de forma completa e sistematizada. Sabe-se, entretanto, o que ele representa como instrumento de preparação dos trabalhadores urbanos e rurais. Não teremos encarado o problema a serio, enquanto não conseguirmos difundir pelo país escolas profissionais, de todos os tipos e graus. Com os recursos orçamentarios existentes, e outros que venham a ser autorizados, cuidar-se-á, desde já, de uma melhor organização desses institutos, aumentando-lhes o numero e equipando-os convenientemente.

ENSINO PRIMARIO

Ha, finalmente, um setor importante da educação popular, onde a iniciativa federal não se tem feito sentir com a intensidade necessaria: o do ensino primario. Constituindo o primeiro degrau, a base da educação, sua disseminação reveste-se, entre nós, de particular importancia, pelo fato de existir consideravel parcela de população não alfabetizada, á margem, portanto, da vida economica e politica do país. Difundir e melhorar o ensino primario é tarefa premente, a que não pode fugir o poder publico federal, tomando, a respeito, iniciativas proprias para suprir as deficiencias locais, onde se mostrem mais graves, por falta de meios e orientação. O Governo espera poder intervir, imediatamente, nesse terreno, logo que seja autorizado a aplicar, por conta da quota de educação e cultura, os necessarios recursos, já solicitados.

INSTITUTO NACIONAL DE PEDAGOGIA

Não possui, ainda, o nosso país um aparelho central destinado a inqueritos, estudos, pesquisas e demonstrações, sobre os problemas do ensino, nos seus diferentes aspectos. Tais atividades têm sido tentadas, sobretudo nestes ultimos anos, no Distrito Federal e nalguns Estados, mas de modo incompleto e sem a necessaria coordenação. E' evidente a falta

de um órgão dessa natureza, destinado a realizar trabalhos originaes nos varios setores do problema educacional, e, ao mesmo tempo, a recolher, sistematizar e divulgar os trabalhos realizados pelas instituições pedagogicas, publicas ou particulares. Além disso, incumbir-se-á de promover o mais intenso intercambio no terreno das investigações relativas á educação, com as demais nações em que este problema esteja sendo objeto de particular cuidado da parte dos poderes publicos ou das entidades privadas. Para preencher lacuna tão sensível, já se acha em estudo a organização de um instituto especializado, cujo projeto será submetido oportunamente á consideração do Poder Legislativo.

EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR

As instituições escolares não bastam, geralmente, aos fins educacionais que ao Estado cumpre realizar. Suprem, até certo ponto, a inexistencia da escola e concorrem para ampliar os conhecimentos nela ministrados os serviços extra-escolares. Tais serviços podem ser os mais diversos: institutos de pesquisa, museus, bibliotecas, publicações, cinema, radio, teatro, conferencias, exposições.

Incumbe, certamente, á União promover o desenvolvimento dessas instituições educativas extra-escolares, quer indiretamente, por meio de auxilios e subvenções, quer diretamente, mantendo-as e diri-

gindo-as. Torna-se preciso, contudo, fazer prevalecer o principio de que a União não deve ter a seu cargo, de maneira direta, sinão instituições, que se destinem a exercer influencia marcadamente nacional.

Varias dessas instituições já existem e de grande prestigio: o Instituto Oswaldo Cruz, o Observatorio Nacional, o Museu Nacional, o Museu Historico Nacional, a Casa de Ruy Barbosa e a Biblioteca Nacional E', porém, de notar que a maior parte delas está com as suas instalações deficientes ou danificadas, exigindo urgente remodelação. Neste trabalho se empenhará, no correr deste ano, o Poder Executivo, e, para isto, apresentará ao Poder Legislativo, desde logo, um plano, para execução parcelada, na medida dos recursos financeiros existentes.

Igualmente providenciará o Governo no sentido da organização de novos serviços extra-escolares, de grande significação para a cultura do país. Assim, está sendo planejado o Serviço do Patrimonio Historico e Artistico Nacional, que se destina a organizar, zelar e desenvolver o patrimonio historico e artistico nacional. Além dos museus existentes, prepara-se a organização do Museu Nacional de Belas Artes, destinado á guarda e exposição do precioso acervo de obras de arte de propriedade da União, ora em risco de danificação ou extravio pela falta de adequada acomodação. Organiza-se o projeto do Instituto Nacional do Cinema Educativo, para promover e orientar a utilização da cinematografia como

instrumento de educação. Cuidar-se-á, ainda, de pôr em dia todas as publicações, periodicas ou não, dos varios serviços do Ministerio, bem como de publicar grande numero de obras raras e uteis. Entre as ultimas merece destaque a organização de uma *Enciclopedia Brasileira*, que seja ao mesmo tempo repositório de conhecimentos completos sobre assuntos de interesse nacional e obra de vulgarização cultural.

Empenhar-se-á, finalmente, o Governo em outros esforços relativos á educação extra-escolar: serão tomadas medidas diversas para o desenvolvimento do teatro nacional; aplicar-se-á a radiofonia, como instrumento da educação; far-se-ão conferencias em torno dos magnos problemas da educação e da cultura; preparar-se-ão exposições.

ESTATISTICA EDUCACIONAL

Prosseguirão, no corrente ano, os trabalhos relativos ao serviço de estatística educacional, compreendendo os levantamentos concernentes ao ano de 1935 e a publicação dos resultados completos dos anos de 1932, 1933 e 1934.

3 — SAUDE

LEI FEDERAL DE SAUDE

Os serviços publicos relativos á saúde publica e á assistência social não se acham ainda articulados e coordenados, em todo o país. Isso acontece, em grande

parte, por faltar uma lei federal que consubstancie as disposições essenciais que devem presidir, em todo o territorio nacional, á sua organização. Trata-se de uma lei de urgente necessidade, cuja elaboração se impõe em cumprimento da propria Constituição, a qual, além de dar á União competencia concorrente com os Estados para os serviços gerais relativos á saude (arts. 10, n. II, e 138), atribue-lhe privativamente faculdade de legislar sobre normas fundamentais da assistencia social (art. 5, n. XIX, letra c) e lhe confere o encargo de organizar o serviço nacional de combate ás grandes endemias do país (art. 140). Depois dos estudos indispensaveis, que ora se fazem, o respectivo projeto será submetido á consideração do Poder Legislativo.

FUNDO NACIONAL DE SAUDE

Os problemas de proteção á saude exigem, em nosso país, uma ação vigilante e persistente, pela imperiosa necessidade de prevenir e combater endemias e surtos epidemicos que se apresentam frequentemente em epocas e localidades diferentes. Diante das vultosas despesas, que muitas vezes se impõem, e da impossibilidade em que se encontram muitas das administrações locais para atendê-las, a União não pode fugir ao dever de chamar a si a realização de grande parte desses serviços, onde isto se fizer necessario. Desta

maneira, para não permanecer adstrito aos imprevistos, precisa organizar um aparelhamento de prevenção e assistência que possa cuidar normalmente do combate aos males que afligem as nossas populações, melhorando as condições higienicas de sua existencia. Para tanto, é evidente, não bastam os recursos ora consignados no orçamento. Torna-se, sem duvida, necessario instituir, mediante lei que regule a sua aplicação, o fundo nacional de saude, constituido dos recursos especiais já existentes e de outros que forem estabelecidos pelo Poder Legislativo.

SAUDE PUBLICA

INSTITUTO NACIONAL DE SAUDE PUBLICA

A pesquisa é base da boa administração. Para bem se administrar a Saude Publica, é preciso fazer seguros estudos de seus problemas. Daí a necessidade de se instituir um órgão destinado a realizar investigações sobre os nossos problemas sanitarios e a coordenar os resultados das pesquisas realizadas, esparsamente, por todas as instituições existentes no país. E' para preencher tão alta finalidade que se promove atualmente a fundação do Instituto Nacional de Saude Publica, a ser instalado ainda no corrente ano. Fará parte desse órgão um grande laboratorio para pesquisas sobre a febre amarela, organizado em cooperação com a Fundação Rockefeller.

SERVIÇO DE SAÚDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

O serviço de saúde pública do Distrito Federal, a cargo da União, continuará a ser organizado, nas bases da reforma decretada pelo Governo Provisório, em 1934. Cogitar-se-á de dar instalações convenientes aos centros de saúde. Também o curso de enfermagem será ampliado paralelamente, de modo que não falte pessoal habilitado, capaz de atender às necessidades do serviço.

SERVIÇO DE ÁGUAS E ESGOTOS DO DISTRITO FEDERAL

O serviço de águas e esgotos do Distrito Federal será, neste ano, consideravelmente melhorado.

Terão início imediatamente as obras de adução do Ribeirão das Lages. São obras de grande vulto, que virão resolver o problema do abastecimento de água do Rio de Janeiro, pelo período de cerca de 25 anos. O projeto está dividido em três etapas, em cada uma das quais serão aduzidos 150.000.000 de litros diários. Serão ao todo, portanto, 450.000.000, os quais, somados aos 300.000.000 ora existentes, darão o abastecimento total de 750.000.000 de litros diários.

Por outro lado, estão sendo realizados serviços numerosos de revisão, bem como de prolongamento da rede distribuidora, de modo que as canalizações se ramifiquem, cada vez mais, pela cidade.

Será, ainda, ampliado, no corrente ano, o serviço de análise e de cloração da água. Prosseguirá, também, com intensidade, o assentamento de hidrometros, em lugar dos registos de pena d'agua, fazendo-se, ao mesmo tempo, a regularização dos hidrometros existentes.

Quanto a esgotos sanitarios, serão, no corrente ano, concluidas as instalações necessarias aos bairros do Leblon e Ipanema, atingindo as rêsdes projetadas a extensão de 35.523 metros. Em seguida, terão inicio as obras de esgotamento do bairro da Urca.

POLICIA SANITARIA DOS PORTOS

A policia sanitaria dos portos receberá, no ano corrente, diversos melhoramentos. Em lugar das antigas sub-inspetorias e inspetorias, deverão instalar-se estações sanitarias, com aparelhamento completo e capacidade para atender a todas as exigencias do movimento portuario.

COMBATE ÀS GRANDES ENDEMIAS DO PAÍS

E', sem duvida, necessario que se elabore o plano geral de combate ás grandes endemias do país. Este plano deve ser organizado no correr deste ano.

Cumpre, entretanto, enquanto, isto se faz, não interromper a atuação, que deve ser cada vez mais viva, contra as endemias que, entre nós, se revestem

de maior gravidade. Assim, a lepra. O Poder Executivo, com os recursos ora dispensáveis e com os demais já pedidos ao Poder Legislativo, fará, neste ano, a profilaxia daquela doença, com redobrado esforço. No Distrito Federal, será consideravelmente ampliado o hospital-colônia de Curupaití. Em vários Estados, serão feitos leprosários, com a cooperação dos respectivos governos. Cumpre que continue a campanha, nos anos subsequentes, com multiplicada intensidade. Até o ano que vem, deverá estar resolvido o problema de leprosário, na capital da República. E não deve tardar muito que o mesmo aconteça no resto do país.

Outra epidemia que cumpre combater ativamente é a tuberculose. No Distrito Federal, as cifras de mortalidade têm sido alarmantes. É preciso, pois, que, aí, não se dê tregua ao combate: deve ser montado, cada vez com maiores recursos, o armamento anti-tuberculoso. É o que se está fazendo e se continuará a fazer no corrente ano. Nos demais pontos do país, a ação do Governo Federal terá que limitar-se à prestação de auxílios e subvenções, na medida das disponibilidades existentes.

Trabalhos consideráveis que ainda serão feitos neste ano: combate à malária no Distrito Federal e em outras regiões do país; combate à peste nos Estados do Nordeste.

Certamente, os serviços mencionados poderão ter maior desenvolvimento, e muitos outros poderão

ser tentados. Para tanto, porém, é preciso que recursos especiais sejam constituídos.

Finalmente, prosseguirá o Governo Federal na campanha contra a febre amarela, com a cooperação da Fundação Rockefeller, e segundo o contrato vigente, nos varios pontos do país, onde a endemia exista, salvo nos Estados, cujos governos possam, com os proprios recursos, dar-lhe eficiente combate.

EDUCAÇÃO SANITARIA

Outro serviço que, no correr deste ano, pretende o Governo Federal ativar consideravelmente é o da educação sanitaria das populações. Serão utilizados, nesse terreno, todos os recursos que a tecnica da publicidade aconselha: o radio, o cinema, a imprensa, a escola, etc.

ESTATISTICA VITAL

A estatistica vital é uma das atividades fundamentais da saude publica. Sem ela, investigações seguras, neste terreno, não se podem fazer. Ora, entre nós, pouca estatistica vital se tem produzido. Além disto, não ha um serviço nacional de coordenação e sistematização dos trabalhos realizados aqui e ali.

Tal assunto, que está sendo devidamente estudado, terá, neste ano, inicio de satisfatoria solução. O serviço federal de estatistica vital, ora existente

e cuja ação se circunscribe quasi que só ao Distrito Federal, entrará a atuar em todo o país, no sentido de instituir a área de registo e fazê-la progressivamente maior.

ASSISTENCIA HOSPITALAR

A assistencia hospitalar, nos seus varios aspectos, será objeto de cuidadoso estudo no corrente ano. O Governo Federal não poderá manter hospitais comuns de assistencia, nem no Distrito Federal, nem nos Estados. Entrará, todavia, a exercer uma ação cada vez mais intensa, relativamente aos hospitais dessa natureza, existentes em todo o país, não sómente para auxiliá-los, mas ainda para dar-lhes a orientação tecnica de que necessitam para a sua maior eficiencia.

Continuarão as obras, começadas no ano passado, na colonia de Jacarepaguá, e outras na colonia de Engenho de Dentro, destinadas a abrigar todos os psicopatas que ora se acham no velho hospital da Praia Vermelha, no Distrito Federal.

Terá inicio de realização o Instituto Nacional de Psiquiatria, de que trata o projecto de lei apresentado ao Poder Legislativo, em dezembro do ano passado. Anexo a esse instituto, que terá a finalidade de realizar e coordenar pesquisas e de ser

um centro de esclarecimentos e orientações, deverá ficar o Hospital Psiquiatrico, destinado ao tratamento de doentes agudos. Tratar-se-á ainda de dar novas instalações ao Maniconio Judiciario do Distrito Federal.

AMPARO Á MATERNIDADE E Á INFANCIA

Autorizada por lei a aplicação dos recursos já consignados no orçamento vigente, dar-se-á inicio, em todo o país, á execução de um grande programa de amparo á maternidade e á infancia. Serão instituidos, onde se façam necessarios, e com a cooperação das entidades locais publicas e particulares, serviços das varias modalidades, que visem a proteção da saude da criança.

E' este, sem duvida, um empreendimento da mais alta significação para os interesses do país, uma vez que se trata de melhorar as condições de vida daqueles que justamente constituem a sua mais preciosa parcela. Por outro lado, vai-se, com isto, concorrer para debelar um dos mais terriveis flagelos que atormentam as nossas populações, isto é, a mortalidade infantil.

No Distrito Federal, além dos serviços comuns destinados ao amparo á maternidade e á infancia, que se estabelecerão, por toda a cidade, em conjugação com os que instituirem os poderes publicos locais e as entidades particulares, tratará o Governo

da instalação, em bases definitivas, de um órgão de estudos e pesquisas, destinado a orientar, em todo o país, a obra de proteção da saúde da criança.

4 — AÇÃO SUPLETIVA DA UNIÃO

A União tem a sua esfera própria, constituída de serviços que somente a ela cabe realizar. Com relação á educação e á saúde, tais serviços são aqueles que se revestem de um sentido marcadamente nacional.

Fora daí, a União atua supletivamente, ante as deficiencias locais de iniciativa ou de recursos, e o faz, ou por forma direta, mantendo e dirigindo ela propria os serviços, ou por forma indireta, pela concessão do auxilio ou da subvenção federais.

Desta forma, duas leis conviria que se fizessem neste ano: uma, regulando o processo da concessão do auxilio federal aos Estados; outra, dando nova forma ao processo da concessão da subvenção federal ás instituições particulares. Desta o Governo já apresentou um projeto ao Poder Legislativo, em dezembro do ano passado. Daquela está-se estudando o respectivo projeto.

5 — CONSELHOS TECNICOS

Na forma do que a respeito dispõe o art. 103 da Constituição, dois conselhos tecnicos devem ser instituidos no Ministerio da Educação e Saude

Publica: o Conselho Nacional de Educação e o Conselho Nacional de Saúde. O primeiro, organizado em novas bases, dentro em pouco, estará funcionando regularmente; o segundo, cuja organização já foi proposta ao Poder Legislativo, em fins do ano passado, poderá, ainda no corrente ano, entrar em funcionamento.

MINISTERIO DO TRABALHO, INDUSTRIA
E COMERCIO

Os serviços a cargo do Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio crescem dia a dia, registrando-se, no ano de 1935, intensa atividade em todos os seus departamentos.

1 — AÇÃO SOCIAL

As atribuições do poder publico tomam cada vez maior amplitude, em materia de organização do trabalho. Nenhum país de governo estruturado nos moldes democraticos pode alhear-se, hoje, dos problemas dessa natureza, tanto eles influem na estabilidade da ordem politica e no progresso das atividades economicas.

Por isso mesmo, o Governo persiste na orientação traçada desde 1930, procurando, através de medidas oportunas, elevar a consciencia do trabalhador nacional: protegendo-o, primeiro, contra a concurrencia do braço estrangeiro, que entre nós demanda colocação mais facil e bem remunerada; poupando-o, logo, á fadiga, pela regulamentação das horas de trabalho; e dando-lhe, finalmente,

tranquilidade, com o amparo contra os riscos profissionais, e assistência, nas molestias, velhice e invalidez.

Podemos afirmar que a noção cristã do trabalho e da justiça preside e norteia a nossa legislação trabalhista. Os fatos já se incumbiram de provar o acerto dessa orientação. Basta lembrar as condições em que se produziram os acontecimentos de novembro ultimo. Embora se tratasse de uma tentativa de subversão das instituições em vigor, para implantar o regime comunista, o operariado nacional alheou-se direta ou indiretamente das responsabilidades na trama e deflagração dos levantes verificados, mostrando, com essa atitude, que as suas reivindicações de classe não podem servir de pretexto a semelhantes explosões de anarquia e brutalidade, pela circunstancia muito simples de já constituirem garantias legais dentro da ordem politica existente.

A chamada questão social não tem, no Brasil, os aspectos agudos que apresenta nos países superpovoados e de grande industrialização. Isso não autoriza a negar, entretanto, a sua existencia, evidente por si e explicavel nas suas origens, si atentarmos para o surto crescente das nossas atividades industriais. Talvez por se mostrarem ainda predominantes, em nossa vida economica, os fatores agro-pecuarios, aparecem imperceptiveis á observação superficial as modificações operadas, nesse

setor da vida nacional, durante e após os anos de guerra de 1914-1918.

Pelo efeito conjugado das oscilações de valor monetario, da politica tarifaria e do entrelaçamento dos mercados interiores, constituiu-se, desde então, dentro do país agrícola, e vem crescendo notavelmente, um parque industrial bem apreciavel, pelo volume e variedade da sua produção. Pode-se avaliar as proporções desse surto manufatureiro pelos dados do capitulo proprio, que adiante se encontrará. Basta, entretanto, notar o salto brusco operado de 1889 a 1935: existiam, no país, naquele ano, apenas 626 empresas industriais, enquanto, no ano ultimo, representavam um total de 30.000. Esse desenvolvimento, em menos de meio seculo, concentrando o trabalho, criando novas formas de vida, alterando a composição das camadas sociais, fixando as populações nas cidades e aumentando-as, alterou, e nem podia deixar de fazê-lo, a estrutura social. Por outro lado, as nossas fabricas, devido a condições de transporte, estabeleceram-se, de preferencia, nas capitais, acelerando o desenvolvimento urbano, a tal ponto que já se impõe ás cogitações da administração publica o problema da redistribuição das populações.

As agitações das ideologias de direita e esquerda refletem de certo modo, através de deformações doutrinarias e de deficiencias culturais, o fenomeno da industrialização e do crescimento

da vida nacional. Erradas, falhas e perigosas nas suas conclusões e métodos, essas ideologias determinam, por isso mesmo, a ação dos governos e das elites culturais, que devem defender-se contra a sua influencia dissolvente, adotando medidas de reação e profilaxia social que evitem e tornem impossível a sua nefasta propagação. Não fossem as classes operarias e patronais articuladas pelo Estado através da atual organização sindical, composta de órgãos com funções publicas definidas, e os extremismos encontrariam certamente campo aberto para a desordem e a anarquia.

2 — PREVIDENCIA E ECONOMIA

Os institutos de previdencia e economia, em funcionamento no país, estão destinados a exercer larga influencia, quer social, como já o vêm fazendo, quer economica, mobilizando os valores pelo desenvolvimento e acumulação das reservas.

O patrimonio das caixas de pensões e aposentadorias atingiu, em 31 de dezembro de 1934, a 348.926:315\$300, sendo 238.743:850\$600 aplicados em titulos da divida publica federal, 28.933:567\$300 na carteira de emprestimos e 5.732:166\$100 de imoveis (carteira predial).

O saldo a aplicar do balanço geral apurado em 31 de dezembro de 1934 é de 61.136:822\$500. Si se acrescentar áquela soma o saldo da receita do Instituto dos Comerciaris, na importancia de

50.000:000\$, e do Instituto Nacional de Previdencia na de 90.000:000\$, verificamos que o capital acumulado nas nossas caixas de seguro social já atinge a meio milhão de contos.

INVERSÃO DE FUNDOS

De acôrdo com a legislação em vigor, as reservas dos institutos são aplicadas em titulos da divida publica federal, imoveis urbanos e emprestimos aos associados. Parece aconselhavel, entretanto, a mudança de semelhante orientação. Resguardadas as condições de maxima garantia e igualmente de maxima utilidade coletiva, torna-se necessario examinar a possibilidade de um emprego mais produtivo desses avultados fundos, por forma a fazê-los voltar ao meio circulante e incrementar diretamente a riqueza geral.

O exemplo de numerosos países estrangeiros induz, todavia, á multiplicidade de applicações, primando as que proporcionem maior numero de vantagens sociais, a par de perfeita segurança.

Entre essas, podem ser mencionadas:

- a) inversões de capital destinadas a compensar a desvalorização da moeda;
- b) empregos destinados a atender ás funções sociais dos institutos;
- c) utilizações para o barateamento e racionalização dos seguros sociais;
- d) applicações para simples obtenção de rendas.

Qualquer das soluções apontadas, requerendo exame acurado, não exclue, entretanto, outra medida, que é primaria, e urge ser tomada: é a da constituição de um órgão tecnico centralizador, que coordene as aplicações dessas reservas, utilizando-as pelo modo mais consentaneo com os interesses em jogo.

A organização de um banco ou de outro aparelho apropriado para manejar as disponibilidades dos 6 institutos de formação profissional e das 144 caixas de aposentadorias atualmente existentes, virá dar-lhes a unidade e orientação de que carecem, evitando, por outro lado, os onus das administrações autonomas, cuja dispersão, algumas vezes, pode ser prejudicial ao patrimonio social.

ASSOCIADOS E BENEFICIARIOS

O numero atual de associados em todos os institutos de que se fez menção atinge a 400.000, incluindo os trabalhadores maritimos e os comerciaros, havendo, até 31 de dezembro de 1934, um total de 25.932 beneficiarios, a saber: 12.763 aposentados e 13.169 pensionistas.

Os beneficios concedidos, pelas caixas e institutos existentes, no referido ano de 1934, atingiram ao total de 59.209:376\$200, sendo 28.379:441\$800 em aposentadorias ordinarias, 11.611:509\$ em aposentadorias por invalidez, 10.237:285\$ de pensões

a orfãos e viúvas e 8.830:596\$200 para serviços médicos e hospitalares.

O Instituto dos Bancários dispendeu, no ano findo, a quantia de 679:139\$850 em assistência médica, maternidade, aposentadoria por invalidez e pensões, e o Instituto dos Marítimos assegurou benefícios no valor de 365:061\$, e concedeu empréstimos na importância de 845:800\$000.

No mesmo ano, o Instituto Nacional de Previdência distribuiu 7.044:527\$135, atingindo com essa parcela o total de 34.239:701\$104, pagos em pecúlios desde a sua fundação. Na verba de pensões, o dispendio foi, em 1935, de 549:889\$221, e a rubrica de empréstimos atingiu a 28.285:905\$800 no Distrito Federal e nos Estados, além de 344 cartas de fiança, no valor de 72:597\$000, que forneceu aos seus associados. Quanto aos empréstimos hipotecários, ascenderam a 9.958:000\$, garantidos por imóveis avaliados em 14.782:532\$710.

A carteira predial desse instituto recebeu nova orientação, mais acôrde com as finalidades sociais a que se destina, ampliando-se as suas operações e modificando-se o sistema de aquisição de imóveis residenciais. Ao modo antigo de operar, na base de hipoteca do terreno adquirido, substituiu-se outro mais eficiente, consistindo na venda do imóvel com reserva de domínio e por um prazo bastante para o serviço de amortização e juros.

SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO

O seguro privado continua a ser explorado por empresas particulares, existindo 80 sociedades, 34 estrangeiras e 46 nacionais.

Em 31 de dezembro de 1933, havia em vigor 87.000 apolices de seguro de vida, representando um capital segurado que se elevava aproximadamente a 1.400.000:000\$000.

Registrou-se, então, a média de uma apolice para cada grupo de 500 habitantes, calculada a população do país em 44.000.000, sendo o valor medio de cada apolice de 16:000\$000. Já em 31 de dezembro de 1934, o numero de apolices em vigor era de 93.500, representando o capital segurado cerca de 1.600.000:000\$000.

Verifica-se, nessa data, a vigencia de uma apolice de seguro para um grupo de 500 habitantes, estimada a população em 46.000.000, valendo cada apolice o capital segurado medio de 17:000\$000.

Observa-se, pois, que no periodo de um ano não houve o aumento da média de seguro de vida por habitante, e apenas uma pequena elevação do valor medio do capital segurado por apolice.

Varios fatores atuam para a lenta difusão do seguro, no Brasil.

Destacam-se, entre outros, a ausencia da propaganda necessaria para estimular o espirito de previdencia e economia do nosso povo, as tarifas elevadas,

os premios anuais, quando deveriam ser fracionados, a desconfiança nas companhias e a falta de riquezas.

A Constituição estabeleceu, no art. 17, a nacionalização das empresas de seguros, em todas as suas modalidades. Esse dispositivo ainda não foi regulamentado pelo Poder Legislativo. Apesar disso, nenhuma companhia estrangeira foi autorizada a operar, no país, negando-se, ás que já funcionam, licença para realizar novas especies de seguro.

OPERAÇÕES DE SEGURO

A receita de premio dos contratos de seguros de vida efetuados no Brasil foi, em 1934, de 85.000:000\$, apurando-se para as reservas matematicas de tais contratos a soma de 290.000:000\$000. Dessa receita, coube apenas ás sociedades estrangeiras pouco mais de 5.000:000\$000.

Foram emitidas pelas sociedades nacionais mais de 19.500 apolices de seguro de vida, representando o capital segurado de 331.000:000\$, ao passo que, pelas estrangeiras, foram emitidas apenas 2.700 apolices, sendo o valor do capital segurado de 57.000:000\$000. O valor medio das apolices emitidas no mesmo ano, pelas sociedades estrangeiras, foi de 21:000\$, enquanto o das emitidas pelas sociedades nacionais foi de 17:000\$000.

Verifica-se, assim, que as sociedades estrangeiras, no tocante a seguros de vida, diminuem cada vez mais as suas operações no Brasil.

Os seguros componentes do grupo A, dos quais se soblevam, entre nós, os de fogo, transportes, automoveis e accidentes pessoais, produziram, em 1934, a receita em premio de 126.500:000\$, dos quais 78.500:000\$ couberam ás sociedades nacionais e 48.000:000\$ ás estrangeiras.

Os estudos realizados pelos órgãos competentes da administração, sobre a materia em apreço, indicam a necessidade de uma reforma completa na legislação vigente. Na parte especial, entre as medidas de carater urgente que o Poder Executivo aconselha, está a criação de órgãos novos de controle, capazes de evitar os prejuizos até aqui sofridos pela economia nacional, em consecuencia dos defeitos da legislação de seguros, que já não corresponde ás necessidades.

APLICAÇÃO DE FUNDOS

Os fundos das sociedades de seguros foram applicados, em grande parte, em titulos da divida publica federal, 81.000:000\$, e da estadual e municipal, 13.000:000\$, existindo elevadas somas depositadas nos bancos, em conta corrente e a prazo.

As sociedades nacionais adquiriram imoveis, no valor de 38.900:000\$, titulos da divida publica federal, na importancia de 27.000:000\$, e applicaram em emprestimos hipotecarios, 17.800:000\$, ficando em caixa e em bancos, 23.500:000\$000.

As sociedades estrangeiras inverteram as suas disponibilidades em titulos da divida publica, especialmente da divida externa, na importancia de 54.300:000\$, conservando depositados, em caixa e bancos, 19.400:000\$000.

Por esses dados se demonstra quanto é urgente a reforma da nossa legislação, no sentido de dar ás reservas dos seguros, quer privados, quer sociais, uma aplicação mais economica e mais proveitosa á coletividade.

IMPOSTOS SOBRE OS PREMIOS DE SEGUROS

O imposto sobre os premios de seguros elevou-se, em 1934, a 13.000:000\$, sendo 9.500:000\$ referentes ao grupo de seguros A, e 3.500:000\$ aos de vida.

Não se pode determinar quanto rendeu esse imposto, em 1935, porque ainda não terminou o prazo legal para o pagamento dos premios recebidos em outubro. Mas, o apurado em relação á receita de premios, até setembro, orça em 10.600:000\$000.

O imposto de apolices de seguro de vida sorteadas, e que incide, tambem, sobre os valores dos titulos de capitalização sorteados, alcançou, em 1935, 909:930\$000.

A arrecadação do imposto de selo sobre contrato de seguro e de capitalização produziu réis 9.000:000\$000. Assim, as operações de seguro, como as de capitalização, proporcionaram ao Tesouro Nacional uma receita aproximada de 23.500:000\$000.

OPERAÇÕES DE SEGUROS DE ACIDENTES
DO TRABALHO

O decreto n. 24.637, de 10 de julho de 1934, reformou o regime do seguro de acidentes, e foi regulamentado pelo decreto n. 85, de 14 de março de 1935.

A reforma encontrou, de início, grandes dificuldades e obstáculos á sua execução, os quais, mercê da intelligencia e espirito de cooperação dos empregadores, já estão vencidos.

Instalou-se a Primeira Camara da Comissão Permanente de Tarifas, constituída de representantes das sociedades seguradoras e de tecnicos do Ministerio do Trabalho, que estudou todas as reclamações sobre as novas tarifas, alterando as taxas de premios relativas a 30 classes de riscos.

Além das seis sociedades anônimas e de uma cooperativa, que já exploravam esse ramo de seguros, foi concedida autorização, em 1935, a duas sociedades anônimas, as quais neste exercicio deverão iniciar as suas operações.

A lei atual, si impôs aos empregadores o onus de garantir aos empregados, por meio do seguro ou do deposito, a prestação da assistencia medica e das indenizações decorrentes dos accidentes do trabalho, procurou, entretanto, atenuar esse onus, permitindo que os sindicatos profissionais organizem cooperativas para a responsabilidade de tais riscos.

Compreendidas essas vantagens por parte dos empregadores, acentuou-se um movimento de organização bastante animador, já tendo 11 sindicatos profissionais solicitado o arbitramento e depósito do capital mínimo, exigido para fundação de cooperativas, nos termos do decreto n. 164, de 5 de maio de 1935.

RECEITA DOS PREMIOS DE SEGUROS CONTRA ACIDENTES

Em 1934, a receita total dos prêmios líquidos dos seguros de acidentes foi de 16.500:000\$ aproximadamente, tendo as sociedades dispendido cerca de 9.700:000\$ em indenizações, inclusive assistência médica e farmacêutica.

Apezar de serem as despesas totais das sociedades inferiores a 40 % dos prêmios líquidos, percentagem permitida atualmente, o custo do risco foi além de 60% dos mesmos prêmios.

OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO

As operações de capitalização iniciaram-se no Brasil em 1929, e estão sendo exploradas apenas por quatro sociedades.

O capital realizado dessas sociedades é de 5.850:000\$, e a receita proveniente das contribuições dos títulos em vigor atingiu a 42.400:000\$000.

O pagamento por liquidação de títulos, quer antecipado por sorteio, quer pelo resgate, elevou-se a 10.400:000\$000. As reservas matematicas, que eram em 1933 de 40.500:000\$, alcançam hoje 61.900:000\$000.

SERVIÇO TECNICO ATUARIAL

O Conselho Atuarial constitue, hoje, um dos órgãos tecnicos de maior eficiencia do Ministerio do Trabalho. Cabe-lhe a função de assistir e orientar, na parte atuarial, os serviços de seguro social, a cargo dos institutos e caixas, assim como os de seguros privados e capitalização. Entre os trabalhos mais importantes até agora realizados, deve ser mencionado o da regulamentação das operações de seguro contra accidentes, com as respectivas tabelas de calculo. Ainda no que se refere á lei de indenizações sobre accidentes, o trabalho do Conselho tem sido proveitoso, não só no seio da comissão de tarifas, como fora dela, estimulando e presidindo á organização das caixas de accidentes, entre as quais devemos mencionar, como padrão, a dos trabalhadores em estiva do Rio de Janeiro.

Compete, tambem, ao mesmo Conselho a apuração do custo do risco dos seguros contra accidentes realizados pelas companhias e cooperativas, para o fim de orientar a revisão anual das tarifas de premios.

3 — ORGANIZAÇÃO E DEFESA DO TRABALHO

Apresenta, até aqui, os melhores resultados a obra iniciada com o advento da revolução de 1930, no sentido de organizar e defender o trabalho nacional. No setor industrial, o movimento associativo crescente, as numerosas caixas de aposentadorias e pensões e o socorro medico justificam de sobra, como se verá adiante, todos os esforços que se fizeram e os que continuam sendo feitos.

O mesmo não acontece, infelizmente, quanto às atividades agrarias. Seja pela disseminação dessas atividades através de um vasto territorio não articulado por completo, ou em consequencia das formas muito variadas da organização agraria, ou por outras causas ainda não elucidadas, a verdade é que se mostram aquém dos esforços empreendidos os efeitos das providencias tomadas pelo poder publico.

Já se transformou em crença generalizada o preconceito da incapacidade de fixação e de progresso do nosso trabalhador rural. Não parece demais afirmar que as causas autenticas desse pressuposto derivam da falta de organização do trabalho, no campo. Desorganizado, o trabalhador rural procura defender-se pelo nomadismo e a instabilidade, demonstrando, em relação ao ambiente da sua existencia e aos assuntos da sua atividade, desinteresse flagrante e acentuado.

O reflexo imediato dessa suposta inaptidão atinge mesmo outras camadas da nossa população agraria. Si no simples trabalhador observamos tal displicencia e falta de encorajamento para progredir, os pequenos lavradores, desamparados do credito agricola, não se mostram menos rotineiros, aferrando-se a velhos habitos de cultura e sem vontade para aumentar e melhorar a produção.

De qualquer forma, examinados uns e outros fatores, a conclusão que se impõe, afinal, é sempre esta: a existencia de uma massa estimada em 9.000.000 de brasileiros, que, embora afeita aos trabalhos agricolas, não cessa de se deslocar, á procura de outras occupações, afluindo geralmente para os centros urbanos, onde se proletariza em condições economicas ainda mais precarias.

MOVIMENTO SINDICAL

A Constituição de 16 de julho, em varios dispositivos, alterou a legislação social decretada pelo Governo Provisorio.

A base dessa legislação era o sindicato, como órgão de disciplina das classes, controlado e dirigido pelo Estado. A nova lei fundamental, entretanto, no art. 120, § 1º, estabeleceu a pluralidade sindical e a sua completa autonomia.

Em face disso, teve o Governo de desenvolver uma ação doutrinaria sistematizada e intensa, man-

tendo-se o Ministerio do Trabalho em contacto direto com as associações de classe, aproximando patrões e empregados e resolvendo todos os dissídios, sem choques, nem alteração da ordem.

A politica sindical, desta forma orientada, desfez as desconfianças que provocavam animosidades entre patrões e empregados, integrando os sindicatos como forças do Estado, coordenadoras dos fatos sociais. Circunstancia digna de assinalar é que num total de 685 sindicatos de empregados, apenas em 15 se verificou infiltração de celulas extremistas.

O desenvolvimento sindical assume de ano para ano as mais animadoras proporções, registando-se, em 1935, um aumento de 56,98 sobre o ano anterior, quanto a empregados e de 37,35 no que diz respeito aos empregadores. Existem atualmente 449 sindicatos patronais e 685 sindicatos operarios. Considerando-se o valor economico das forças sindicalizadas — produção e trabalho — verifica-se que elas se equilibram pela associação.

Outro fato que merece ser mencionado é o ambiente de concordia e confiança que se verifica entre os sindicatos de empregados e os de empregadores, cooperando uns e outros para o cumprimento das leis sociais. Indice animador, a esse respeito, é o que nos oferece o numero de convenções e acordos realizados no ano de 1935, em todo o país, sendo que só no Distrito Federal esses acordos e convenções subiram a 7.648.

No que se refere á lei dos dois terços, atendendo á dificuldade que vinha surgindo para a sua eficiente fiscalização, o Ministerio do Trabalho solicitou o concurso dos sindicatos patronais, que promoveram eles proprios o recebimento das relações de nacionalidade dos empregados, exigida pelo decreto n. 20.291, de agosto de 1931, atingindo, nesta capital, a 20.000 as relações assim obtidas, contra 16.000 do ano anterior.

Dessarte vão sendo desfeitos os mal-entendidos, e vencidas resistencias que a legislação trabalhista encontrou nos seus primeiros tempos, o que revela o espirito de associação e de ordem das classes que estructuram a nossa organização social.

IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

O Serviço de Identificação Profissional, criado pelo decreto n. 23.513, de 28 de novembro de 1933, compreende o serviço da carteira profissional, o registo de livros e o de fichas de matricula de anotações para o transporte, a que se refere o decreto n. 23.766, de 19 de janeiro de 1934, e a Portaria de 30 de agosto de 1935.

Esse serviço vem apresentando apreciavel rendimento, o que mostra como está sendo compreendida a importancia de que se reveste, assegurando ao trabalhador em geral, pela carteira e registo do livro para seus assentamentos, direitos e garantias

na defesa dos salarios, das férias e da sua propria estabilidade no emprego.

Desde a sua fundação até o ano de 1935, o Serviço de Identificação Profissional expediu 458.980 carteiras, sendo que em 1935 se expediram mais 68.200 carteiras do que em 1934. No que diz respeito aos livros de assentamento, foram registados 10.695, em 1935. O Serviço de Identificação arrecadou o ano passado a importancia de 1.294:389\$500.

JUSTIÇA

A Constituição Federal, no art. 122, instituiu a Justiça do Trabalho, para dirimir questões entre empregadores e empregados, regidas pela legislação social.

A organização dos Tribunais do Trabalho e das Comissões de Conciliação e Julgamento ficou subordinada, de acôrdo com o paragrafo unico daquele artigo, ao principio de elegibilidade de seus membros: "metade pelas associações representativas dos empregados e metade pelas dos empregadores, sendo o presidente de livre nomeação do Governo, escolhido dentre pessoas de experiencia e notoria capacidade moral e intelectual".

E' fora de duvida, pois, que a Carta de 16 de julho criou uma jurisdição especial para resolver os dissidios do trabalho, adotando, na composição dos tribunais, o principio paritario.

A LEGISLAÇÃO VIGENTE

O Governo Provisorio já tinha instituído uma jurisdição para as questões do trabalho com os decretos ns. 21.396, de 12 de maio de 1932, e 22.132, de 25 de novembro do mesmo ano, que criaram as Comissões Mixtas de Conciliação e, as Juntas de Conciliação e Julgamento, destinadas estas a dirimir os dissídios individuais, e aquelas os coletivos.

A estabilidade dos empregados e outras questões resultantes da aplicação das leis de previdência social continuaram afetas ao Conselho Nacional do Trabalho, reformado pelo decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, que lhe atribuiu mais a competência para "decidir, funcionando como tribunal arbitral e irrecorrível, os dissídios entre empregados e empregadores, quando houver falhado o recurso legal da conciliação". Essa competência, entretanto, não pode ser exercida pelo Conselho Nacional do Trabalho por não ser este constituído de forma paritária, de acôrdo com o art. 122, paragrafo unico, da Constituição.

As decisões das Juntas de Conciliação e Julgamento, como as do Conselho Nacional do Trabalho, e as multas impostas administrativamente, na fiscalização das leis sociais, são executadas na justiça ordinaria. O sistema atual é assim complexo, e se caracteriza por duas jurisdições: uma, especial, de julgamento, e outra, ordinaria, que é a de execução.

Ocorre, ainda, para agravar o sistema em vigor, a circunstancia de ter deixado a nossa legislação outras questões, como a de férias, sob a jurisdição administrativa.

CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM

Os decretos ns. 21.396 e 22.132 estabelecem a conciliação como preliminar. Nos dissídios individuais, não sendo possível acôrdo, as Juntas proferem o julgamento. Mas, nos dissídios coletivos, não sendo aceita a proposta conciliatoria, e recusado o juízo arbitral por uma das partes, encerra-se a instancia, ficando o conflito sem decisão. É a arbitragem facultativa, apesar da competencia concedida ao Ministro, no art. 15 do decreto n. 21.396, de nomear, quando houver recusa do Juízo arbitral, uma comissão "que, sobre o dissídio, proferirá o seu laudo".

A experiencia autoriza-nos a afirmar que a arbitragem facultativa torna as Comissões Mixtas de Conciliação, na maioria dos casos, inoperantes.

As Juntas de Conciliação e Julgamento dos dissídios individuais, não obstante o esforço de fazê-las funcionar pela falta de remuneração de seus membros, têm dado resultados apreciaveis. Entretanto, a execução de suas decisões no juízo ordinario se processa com tamanhos entraves e de-longas, que desencoraja as partes e torna ineficientes os seus julgamentos.

JUSTIÇA DO TRABALHO

Na fase de experiência ou de ensaio da legislação social, o Governo Provisório não podia organizar a Justiça do Trabalho, nem seguir critério diverso do que adotou.

As Comissões Mixtas e as Juntas representam considerável esforço para disciplinar os conflitos, aproximando empregadores e empregados e criando um ambiente de serenidade propício às soluções conciliatórias.

A Justiça do Trabalho, noutros países onde as questões sociais assumem aspectos muito mais complexos do que entre nós, ainda é rudimentar e não passou de sua primeira fase, que é a arbitragem facultativa.

Temos, porém, que avançar, porque adotamos uma legislação social de base sindicalista, que exige disciplina e tribunais de justiça de procedimento rápido e eficaz.

No Brasil, o Estado organizou o sindicato e deu-lhe estrutura e função pública.

A necessidade de se fazer, sem demora, a Justiça do Trabalho decorre, como se vê, das próprias condições do nosso meio social.

A arbitragem obrigatória, na impossibilidade de acôrdo, justifica-se não só pela necessidade de harmonizar os interesses em luta, como em defesa da autoridade do Estado, que não pode ser neutro,

nem abstencionista; diante das perturbações coletivas, deixando as forças sociais entregues aos próprios impulsos.

A instancia conciliatoria oferece ás partes amplos meios para um entendimento, constituindo a arbitragem coercitiva instancia subsidiaria e ultima, visto não ser possível deixar os conflitos sem solução. Tendo os litigantes a certeza de que, si não transigirem na instancia preliminar, ficarão sujeitos á arbitragem; hão de preferir entender-se mediante concessões reciprocas.

A execução dos julgados da Justiça do Trabalho em outro juizo aberra de todos os principios de organização judiciaria, originando complicações processuais e delongas insuperaveis.

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO

Acham-se instaladas, nos Estados e no Distrito Federal, 38 Comissões Mixtas de Conciliação para a solução dos dissídios coletivos entre empregadores e empregados, e 66 Juntas de Conciliação e Julgamento, incumbidas de dirimir os litígios individuais de trabalho.

As Comissões Mixtas de Conciliação, por ser a arbitragem facultativa, não têm dado, na pratica, os resultados que seriam de esperar.

Já com as Juntas de Conciliação e Julgamento, o que se verifica é um apreciavel rendimento de suas atividades, e isso porque, não sendo preliminarmente

conseguida a conciliação, elas resolvem compulsoriamente o dissídio.

As duas Juntas existentes no Distrito Federal realizaram, durante o ano de 1935, 172 audiências, proferindo julgamentos na importância de 681.553\$842. Foram solucionados, por conciliação, 254 casos. As duas Juntas instaladas em Recife efetuaram, durante o mesmo período, 44 audiências, proferindo julgamentos na importância de réis 278.372\$568. A que foi instalada em São Paulo realizou 33 audiências, nas quais julgou 54 processos, na importância de 91.000\$000.

As indenizações pagas, em virtude das decisões das Juntas de Conciliação, atingiram a cerca de 2.000.000\$000.

DELEGACIAS DO TRABALHO MARÍTIMO

As Delegacias do Trabalho Marítimo, organizadas de acordo com a lei n. 24.743, de 14 de julho de 1934, incumbem-se da inspeção, disciplina e policiamento do trabalho dos portos.

Foram instaladas, durante o ano de 1935, 11 delegacias, atingindo, com as existentes, um total de 21, distribuídas pelos portos nacionais.

Anexas às delegacias, funcionam as Juntas de Conciliação e Julgamento, instituídas nos moldes previstos pelo decreto n. 22.132, de 25 de novembro de 1932, com atribuições de resolverem os dissídios individuais e coletivos do trabalho marítimo. Esses

serviços, que são superintendidos pelos capitães de portos, vêm correspondendo plenamente á expectativa da administração publica e representam um aparelhamento indispensavel á segurança e ordem do trabalho no mar.

PROCURADORIA DO TRABALHO

A Procuradoria Geral do Trabalho funciona na Capital da Republica como um dos órgãos do Departamento Nacional do Trabalho, restringindo-se, porém, a sua ação ao Distrito Federal.

Orgão de atuação direta e rápida, recebe as reclamações que lhe são apresentadas, quer no tocante aos dissídios individuais como aos coletivos, e procura resolvê-los por entendimento pessoal entre empregados e empregadores. Não sendo conseguida por esta forma a solução, a Procuradoria encaminhará o processo á respectiva Junta de Conciliação e Julgamento. Grande, entretanto, é o numero de casos que a Procuradoria consegue resolver a contento das duas partes, bastando acentuar que só durante o ano de 1935 recebeu 4.249 reclamações, das quais apenas 1.421 tiveram de ser encaminhadas á Junta de Conciliação.

Foram solucionadas 453 reclamações por dispensa sem aviso prévio e falta de pagamento de salarios devidos, no total de 25.030\$482,90, reclamações de dispensa sem justa causa e falta de paga-

mento de salarios, no total de 46:598\$900; 96 reclamações de salarios atrasados, na importancia de 57:180\$673, e 288 reclamações de ferias, na importancia de 56:544\$600, perfazendo ao todo réis 185:354\$655. Do numero de reclamações reduzidas a termo, houve 43 readmissões e 193 desistencias; 102 foram julgadas improcedentes, 124 se encontram em andamento e 1.055 aguardam defesa, contestação e prazo para cumprimento integral de acordos.

Apreciaram-se, ainda, 104 casos de conflitos coletivos, dos quais 51 foram satisfatoriamente decididos e nove remetidos ás Comissões Mixtas, achando-se os demais em andamento.

Os casos resolvidos pela Procuradoria aproveitaram a mais de 50.000 operarios; ascendendo as importancias pagas, seja de vencimentos, ou de aumento de salarios e ferias, a mais de 1.000.000\$000.

FISCALIZAÇÃO DAS LEIS SOCIAIS

A execução das leis sociais está a cargo da Superintendencia do Trabalho, no Distrito Federal, e das Superintencias Regionais, nos Estados.

A dificuldade mais premente, para que a fiscalização se faça sentir com a eficiencia desejada, é a falta de pessoal. Mesmo assim, o que se vem conseguindo apresenta um esforço consideravel, não só no Rio de Janeiro como nas capitais dos Estados.

A fiscalização não se estendeu, ainda, pela ausencia de verbas orçamentarias, ao interior do país.

como se faz necessario, limitada que está sendo aos centros urbanos de maior concentração.

O Ministerio do Trabalho, procurando suprir essa deficiencia, tomou a iniciativa de apelar para os sindicatos que, em numero avultado, se têm formado nos lugares de atividade industrial, os quais vão zelando pelos interesses e direitos de seus associados, entendendo-se, na impossibilidade de acôrdo direto, com as Inspetorias Regionais e o proprio Ministerio.

E' indispensavel prover cada Inspetoria Regional com uma Procuradoria do Trabalho, buscando na inteligencia da lei estabelecer a conciliação, que é a base da nossa ordem social.

No regime atual, a execução das multas está a cargo dos Procuradores da Republica, nos Estados, sendo a ação deles restrita ás capitais. Ocorre, ainda, que, sendo órgãos auxiliares da justiça ordinaria, estão normalmente absorvidos nas funções peculiares de seu cargo.

O serviço de fiscalização foi reformado em um sentido pratico, dando-se aos seus misteres uma orientação racional, de acôrdo com o meio e as suas necessidades. Tirou-se ao fiscal a função mecanica de autuar, a que estava adstrito, dando-se-lhe a incumbencia de instruir antes de punir. Por essa maneira, a ação repressiva só se fará sentir sobre aqueles que, já uma vez advertidos, persistem em seu proposito de burlar a lei.

Adotou-se o sistema de fichas comprobatorias da atividade fiscal, as quais constituem, ao mesmo tempo, um prontuario das firmas e estabelecimentos industriais. Não obstante tal orientação, foram ainda lavrados, no ano passado, no Distrito Federal, 4.451 autos de infração, o que evidencia a vigilância da fiscalização.

POVOAMENTO E IMIGRAÇÃO

Não obstante o desenvolvimento das nossas atividades industriais, continuamos a ser ainda um país de economia agrícola, dispondo de vasto território por povoar e necessitado, portanto, da colaboração do braço estrangeiro.

A Constituição de 16 de julho traçou os rumos da política migratoria, subordinando-a aos interesses da nossa formação racial, por meio de largo plano de seleção, distribuição, localização e assimilação do imigrante.

Fixadas provisoriamente as quotas de entradas, de acôrdo com o preceito constitucional, orientou o Governo a imigração, no sentido das necessidades das nossas atividades agrícolas, dando preferencia ao imigrante agricultor. Suprindo o *deficit* de braços resultante da limitação, o Ministerio do Trabalho, em entendimento com os governos dos Estados interessados, fez transportar para o Estado de São Paulo e outras regiões do sul do Brasil cerca de 23.000 trabalhadores nacionais.

Dentro do limite das quotas estabelecidas, entraram em nosso país, durante o ano de 1935, 29.585 imigrantes.

Já está elaborado o projeto de lei de imigração regulando as condições do imigrante, as quotas de entrada e sua determinação, as cartas de chamada e a concentração e assimilação dos alienígenas.

Institue o projeto o Conselho Nacional de Imigração, incumbindo-lhe:

- a) determinar as quotas anuais de admissão de estrangeiros imigrantes;
- b) propôr ao Governo as medidas que forem necessárias para promover a assimilação e evitar a concentração de imigrantes, em qualquer ponto do território nacional;
- c) estudar os problemas relativos à seleção imigratória, à antropologia étnica e social, à biologia racial e à eugenia;
- d) propôr ao Governo, quando necessario, a proibição total da imigração ou da entrada de imigrantes em razão da sua procedencia;
- e) estudar os fenomenos da imigração nas diferentes zonas do país, como a permuta interestadual dos trabalhadores rurais.

Com essas funções relevantes, e constituido por pessoas de reconhecida idoneidade moral e capacidade técnica, o Conselho Nacional de Imigração será um órgão indispensavel para estabelecer a continuidade de orientação e realizar uma

politica imigratoria sistematizada e racional. O projeto consagra, tambem, disposições salutaes sobre a concentração e assimilação dos imigrantes.

Na vigencia da Constituição de 1891 e das leis anteriores sobre imigração e colonização, as preocupações administrativas se restringiam ao problema do imigrante necessario ao trabalho, sem nenhuma atenção á sua qualidade como elemento de integração etnica. O problema da imigração vinculava-se sómente a dois aspectos—o braço trabalhador e o povoamento. Entre esses dois extremos oscilavam as diretrizes da nossa politica imigratoria. A seleção etnica, a absorção do colono como elemento plastico e constitutivo da nacionalidade, para identificá-lo com os ideais e tendencias da nossa civilização, eram condições relegadas a segundo plano.

Assim orientada, a nossa legislação, em vez de estimular o imigrante a integrar-se na nova patria, a esquecer as suas ligações com a terra mater, estimulava a permanencia dos seus sentimentos nativos, chegando a assegurar, de acôrdo com o artigo 253 do decreto n. 9.081, de 1911, um premio de viagem ao país de origem.

Não será mais permitida, por outro lado, a formação de colonias homogeneas, determinando o referido projeto que em cada nucleo ou centro agricola, oficial ou particular, seja mantido um minimo de 30% de colonos nacionais. O elemento

nacional atuará, assim, como agente de aglutinação e assimilação, corrigindo e evitando os enquistamentos raciais. Estabelecido o principio de heterogeneidade obrigatoria, é necessario ainda promover a nacionalização dos elementos exóticos que, embora em miscigenação ou em condições de aculturação, não deixam por isto de ser exóticos.

Nenhuma escola nas colonias, primaria ou secundaria, poderá ser regida por professores que não sejam brasileiros natos, como nenhuma criança, até 12 anos, poderá ser ensinada em outra lingua, sinão a portuguesa.

O projeto define igualmente o imigrante desejavel e só permite a entrada em territorio nacional de imigrantes que sejam agricultores, operarios agricolas e tecnicos especializados em industrias rurais. Abriu margem, entretanto, a um pequeno coeficiente, que não poderá exceder a 10%, para artifices de profissões uteis, de officios manuais ou tecnicos em qualquer especialidade.

4 — INDUSTRIA E COMERCIO

Pelas proprias circunstancias do seu crescimento economico, formação historica e determinantes geograficas, estava o Brasil naturalmente encaminhado para as atividades industriais. A influencia dominante dos fatores externos, secundada pela falta de diretrizes, fez, porém, que o seu desenvolvimento se processasse de modo dispersivo.

Infelizmente, a ação do poder público em nada concorreu, até bem pouco, para disciplinar os esforços da iniciativa privada. O estudo, mesmo rápido, da evolução do direito fiscal, as marchas e contra marchas da política tarifária, pautada sempre pelas conveniências ocasionais e subordinada às necessidades de arrecadação das rendas, patenteiam claramente essa conduta desnorteante, que se define, ora por um completo alheamento, ora por um excesso protecionista de todo condenável.

Já era tempo de abandonar, como se está fazendo, esse empirismo administrativo, que consistia em jungir o regime fiscal aduaneiro às necessidades orçamentárias, fora de quaisquer outras preocupações.

O sistema tarifário deve, em circunstâncias como as nossas, servir a uma dupla finalidade: auxiliar a integração completa dos mercados internos, estanques, isolados, até bem pouco; defender, por uma aplicação de tarifas consequentes, as indústrias e o seu crescimento, segundo o critério da sua importância para a vida econômica do país.

As indústrias que merecem amparo, por parte do Estado, devem ser as que levam ao aproveitamento das matérias primas que produzimos e das que podemos produzir. Por essa forma, a ampliação do nosso parque mecanofatureiro atenderá precipuamente ao desenvolvimento da capacidade de

consumo do nosso mercado interno, promovendo indiretamente o das atividades gerais.

Em tal sentido se orientou, sempre, o Governo Provisorio. As principais medidas postas em pratica, desde 1930, no campo economico, visaram esse reajustamento, imprescindivel, porque evita as chamadas crises industriais, com as suas repercussões na vida comercial, no credito e no proprio equilibrio social.

MOVIMENTO DAS INDÚSTRIAS

Confrontando-se os dados estatísticos do inquerito industrial realizado em 1920 e o que está sendo levado a efeito pelo Departamento de Estatística e Publicidade, do Ministerio do Trabalho, o desenvolvimento das nossas industrias, no periodo de 1920 a 1935, se expressa pelos seguintes indices:

	%
Alagôas.....	116
Amazonas.....	80
Ceará.....	537
Distrito Federal.....	26
Goiáz.....	3.225
Maranhão.....	388
Mato Grosso.....	785
Minas Gerais.....	610
Pará.....	124
Pernambuco.....	84
Piauí.....	211
Rio de Janeiro.....	99
Rio Grande do Norte.....	112
Santa Catarina.....	125
São Paulo.....	109
Territorio do Acre.....	20

Não houve aumento de empresas industriais nos seguintes Estados: Baía, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul, Paraíba e Sergipe.

Em 1920 existiam 13.305 empresas industriais e, em 1935, 30.000, ou sejam, 120% a mais, distribuídas por todo o território nacional e localizadas nas cidades e portos servidos por estradas de ferro. Por essa distribuição se vê que as indústrias vão se formando de acordo com as necessidades do consumo das nossas diferentes regiões, predominando nelas o tipo médio, característico das formações incipientes.

Índice desse crescimento é o aumento das empresas de eletricidade, que, em 1920, eram, apenas, 306, com a potência de 475.632 H. P. e em 1934 atingiram a 952, com a potência de 1.010.546 H. P., ou seja um aumento de 212%.

As fábricas de tecidos, que constituem, em organização e aparelhamento técnico, uma das nossas maiores riquezas industriais, eram, de acordo com o censo organizado pelo Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão do Rio de Janeiro, em 1924 — 244 e, em 1932 — 355, com 2.695.639 fusos e 83.312 teares. O consumo de algodão foi de 82.217.254 quilos no ano de 1932, cifra só ultrapassada nos anos de 1925, 1926 e 1927. Por aquele mesmo censo verifica-se que o número de operários, que trabalham em fábrica de tecidos, se eleva a 115.550.

O valor total da nossa produção industrial é estimado em 6.000.000:000\$, concorrendo a de tecidos com 1.400.000:000\$000.

A industria textil, cujo capital, em 1932, era de 670.000:000\$, tem sido assistida pelo Governo, que, na conformidade do decreto n. 23.486, a declarou em super-produção, vedando as importações de maquinismos, que permitissem o estabelecimento de novas fabricas ou viessem aumentar a capacidade de produção das existentes. Dessa providencia resultaram grandes vantagens de ordem economica, proporcionando o ajustamento da produção ao consumo e salvando a industria de tecidos da crise em que vinha se debatendo desde 1929. Assim é que podemos hoje assinalar a fase de animação e prosperidade dessa industria, que mantém todas as suas fabricas em franca atividade, precisando a maioria delas trabalhar em dois turnos para atender ás solicitações dos seus clientes.

A industria metalurgica continua a desenvolver-se, existindo além das fabricas de aço e ferro guza, localizadas no Estado de Minas Gerais, grande numero de oficinas e fundições distribuidas pelo territorio nacional, principalmente Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Sul. Utilizando o ferro e o aço fabricados no país e o importado, em forma de vergalhões, barras, folhas, etc., as nossas grandes oficinas metalurgicas fabricam artefatos de toda

especie. A produção anual de ferro guza é de cerca de 64.350 toneladas.

A nossa industria extrativa de metais mantém-se restrita ao ferro e ao ouro, explorando-se ainda o níquel, em proporções muito pequenas. Daí, termos necessidade de importar o chumbo, o cobre, o zinco, o aluminio e o estanho, materias primas indispensaveis, principalmente ás industrias de eletricidade.

De elevada expressão economica é a industria de papel no Brasil, que tem 27 fabricas em funcionamento, distribuidas pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Distrito Federal. A sua produção anual é de 100.000 toneladas, e nelas trabalham cerca de 20.000 operarios. As fabricas de papel ainda importam a celulose, do Canadá, dos países escandinavos e da Finlandia. O desenvolvimento da industria, porém, despertou, entre nós, interesse pelo estudo da materia prima, que já é extraída de vegetais indigenas em condições favoraveis. Varias fabricas empregam em larga escala, exclusivamente, especies vegetais ~~nossas~~, como o lirio do brejo, capim jaraguá, palha de arroz, pinho do Paraná e bambú, sendo de notar que outras constituirão, dentro de pouco tempo, grandes reservas de aproveitamento.

Uma das nossas mais antigas industrias, e que se vai renovando de maneira digna de registo, é a farmaceutica. No Distrito Federal e em São Paulo

contam-se estabelecimentos que honram a nossa cultura científica. Grande numero de materias primas para a industria quimico-farmacêutica é de origem nacional, fazendo-se atualmente experiencias para fabricar sais de bismuto com minerio procedente de Minas Gerais. A produção nacional de especialidades farmacêuticas é calculada em 100.000.000\$000.

Outra industria que se vai organizando, com resultados promissores, é a de artefatos de borracha. Existem atualmente 44 fabricas, distribuidas da seguinte maneira: São Paulo, vinte e nove, Distrito Federal, oito, Pará, tres, Rio Grande do Sul, tres, e Amazonas, uma. As fabricas do sul, com exceção do pneu e camara de ar, produzem toda e qualquer especie de artefato de borracha de consumo no país. A manufatura do pneu e camara de ar absorve, no entanto, 70% da atividade das fabricas do norte. O valor da produção anual é estimado em 35.000.000\$000.

A produção nacional do cimento tem aumentado consideravelmente, durante o quinquenio de 1930 a 1935, e dentro em pouco, com as instalações que se projetam, suprirá as exigencias do nosso consumo. As fabricas de cimento existentes no país estão localizadas em São Paulo, Estado do Rio, Espirito Santo e Paraíba.

O Brasil importava, em 1929, 535.276 toneladas de cimento. A importação, em 1934, foi de

125.702 toneladas. A produção nacional de cimento que era, em 1928, de 87.964 toneladas, no valor de 12.674:000\$, atingiu, em 1934, a 310.480 toneladas, no valor de 65.821:000\$000.

A industria de combustiveis nacionais vai vencendo, mercê da assistencia oficial, as dificuldades de ordem comercial que tem encontrado. As jazidas do sul continuam em franca atividade, aumentando cada vez mais o consumo da sua produção, que atingiu, em 1934, a 612.158 toneladas. Estão sendo tomadas providencias de natureza tecnica para adaptação das fornalhas e caldeiras ao uso desse combustivel, iniciativa que virá baratear os nossos transportes maritimos e ferroviarios.

A industria de alcool anhidro, após o decreto n. 19.717, de 20 de fevereiro de 1931, começou a se desenvolver, tendo a sua produção atingido, em 1935, a 4.000.000 de litros, que tiveram rapido consumo. Com a instalação das distilarias de Campos e de Pernambuco, tendo cada uma a capacidade diaria de 60.000 litros de alcool absoluto, a produção será elevada ao dobro, concorrendo para diminuir a importação de combustiveis estrangeiros e amparar a industria açucareira.

A juta é a materia prima mais importante para a embalagem dos nossos produtos agricolas, tendo a sua importação atingido, em 1935, a mais de 31.000:000\$000. O estudo das fibras nacionais, capazes de substituirem a juta e outras que ainda

importamos, reveste-se de grande relevancia. O Instituto Nacional de Tecnologia tem realizado experiencias e pesquisas sobre fibras indigenas, que vão despertando grande interesse nos meios industriais. Pelos trabalhos científicos e experimentais levados a efeito, chegou-se á conclusão de que a papoula de São Francisco, a juta paulista, a guaxima e o paco-paco são as fibras em condições de substituir a juta indiana, diminuindo, em parte, a sua importação. Já no ano proximo passado a produção paulista de juta e papoula do São Francisco alcançou a cifra de 2.000 toneladas. Esta quantidade, acrescida da uacima da Amazonia e do paco-paco do Ceará, atinge a 5.000 toneladas, o que corresponde a 30 % da juta bruta importada. As fabricas existentes no país e que trabalham com a juta, em numero de 12, produziram cerca de 51.000.000 de metros de tecidos de aniagem para o fabrico de sacaria.

Outra industria, cuja materia prima está tambem sendo estudada, com resultados satisfatorios, é a da cordoalha. A guaxima e o caroá são fibras que substituem o canhamo, não sendo ainda a sua produção suficiente para o consumo dessa industria. Tem o Governo estimulado a iniciativa de industriais, que procuram desenvolver a cultura racional daquelas fibras, já existindo, em Pernambuco, uma usina moderna para o aproveitamento do caroá, com uma pequena produção diaria.

Tambem os oleos vegetais vão apresentando indices animadores. sendo possivel esperar, em futuro proximo, a substituição das importações pelos sucedaneos nacionais. Uma nova semente, que tem tido enorme procura, é a oiticica. encontrada principalmente no nordeste. cujo oleo é considerado excelente sucedaneo do oleo de "tung".

A exportação de nossas sementes oleaginosas, que foi, em 1933, de 48.000:000\$, atingiu, em 1934, a 70.000:000\$, e, em 1935, a 100.000:000\$000. A industria de oleos vegetais tem se desenvolvido extraordinariamente, sobretudo a de caroço de algodão, cujo aperfeiçoamento é notavel. Apesar disto, ainda importamos o oleo de oliva para alimentação. Os sub-produtos da industria de oleos vegetais — as tortas e farelos — vão igualmente se desenvolvendo. Os maiores centros industriais de oleo do país são Pernambuco e São Paulo.

Foram concedidas, em 1935, 812 patentes de invenção. A estatistica feita no Departamento Nacional da Propriedade Industrial do movimento de patentes, durante o periodo de 1924 a 1930, assinala o registo, no Brasil, de 4.747, verificando-se que 72,5 % foram de origem estrangeira e apenas 27,5 % pertencentes a nacionais. Essa circunstancia traduz a necessidade de ser estimulado o engenho inventivo nacional e, isso, até certo ponto, pode ser conseguido pela revisão da lei atual, no sentido de ampliar os direitos dos inventores, restringindo-lhes os onus,

principalmente quanto a exigencias regulamentares e quanto a prazos.

O registo de marcas teve extraordinario movimento. Foram registadas, em 1935, 3.418 marcas contra 1.937 no ano anterior. A renda oriunda da arrecadação dos emolumentos desse registo subiu, em 1935, a 905.644\$, quando em 1934 produzira 766.058\$000.

O Ministerio do Trabalho, através do seu orgão tecnico, o Instituto Nacional de Tecnologia, estuda a economia industrial, sob todos os aspectos, desenvolvendo, intensamente, as pesquisas e experiencias sobre as materias primas existentes no país. Realiza, tambem, por intermedio do seu Departamento de Estatistica e Publicidade, um largo inquerito sobre as condições industriais do Brasil. Os dados tecnicos obtidos serão apresentados a um congresso de industriais, que o Governo cogita de realizar este ano, para estabelecer um plano de organização, desde o estudo de padronização das materias primas até o credito industrial e um sistema de proteção, por meio de premios e tarifas, tudo coordenado com as necessidades do consumo nacional.

COMERCIO

Apezar dos embaraços criados no exterior á maior expansão mercantil do país, em face do regime de quotas de importação, restrições cambiais e tantos outros entraves, a exportação dos pro-

duto nacionais, para mercados estrangeiros, apresenta, nos cinco ultimos anos, um movimento ascencional, atingindo no ano findo a 2.761.762 toneladas, na importancia de 4.104.000:000\$, cifra maxima a que remontou o nosso comercio durante o quinquenio em apreço.

Os principais artigos de nossa exportação foram: café, algodão, cacau, couros, fumo, herba-mate, arroz, laranjas, carnes congeladas, peles, cera de carnauba, baga de mamona, açúcar, carne em conserva, castanhas com casca e borracha.

A importação de mercadorias estrangeiras, realizada pelos portos nacionais, em 1935, foi igualmente a maior do quinquenio, representada por 4.295.392 toneladas, no valor de 3.855.981:000\$, peso e valor não alcançados em nenhum dos anos de 1931 a 1935. Esta aquisição de produtos no exterior, em soma tão elevada, reduz o saldo da balança de comercio a 248.087:000\$ que, convertidos em ouro, produziram apenas 5.580.707 esterlinos, em virtude da forte pressão sob que se encontra a moeda nacional nos mercados monetarios.

Não dispondo de outra fonte de ouro a não ser a que nos proporciona a venda anual de produtos basicos, o problema mais instante do momento, cuja solução se impõe, é, ao lado da valorização do mil-réis, alargar ainda mais as correntes da exportação para os mercados exteriores. Nessa diretriz tem sido orientada a politica do Governo, procurando

pelas convenções e acôrdos com os países importadores, afastar os obstaculos que se opõem a uma maior expansão do comercio nacional.

E' mistér produzir economicamente, produzir muito e de bôa qualidade para vencer, pela excellencia do produto e pelo preço da venda, nos mercados de importação e consumo, os similares estrangeiros. Uma das condições de maior exito é a feição uniforme e agradavel dos generos oferecidos aos importadores, no confronto com o de outras procedencias. Atingido esse objetivo, pela padronização, tudo o mais dependerá da propaganda habilmente desenvolvida, tanto mais quanto, relativamente a determinadas materias primas, já conseguimos firmar preferencia nos grandes centros industriais. Depende, no entanto, a realização da propaganda util no exterior por parte de quem tenha de promovê-la, do conhecimento exato das condições dos mercados internos exportadores, quanto á capacidade de produção, valor negociavel do produto, condições normais dos negocios, sem esquecer sobretudo a acessibilidade dos centros de consumo.

Resolveu, por isso, o Governo, a criação de escritorios de propaganda do Brasil no estrangeiro, em Nova York, Buenos Aires, Paris e Berlim, já se tendo realizado a instalação do de Buenos Aires, sortido de farto mostruario e material necessario para o bom desempenho da missão de que está investido.

Os escritorios, de par com a preocupação constante de manter os laços de franca cordialidade entre o nosso país e aqueles onde se acham funcionando, terão, principalmente, a de cuidar do duplo aspecto da economia brasileira, já promovendo a saída dos nossos principais produtos e materias primas, já procurando atrair nos centros financeiros capitais e recursos que venham ativar o desenvolvimento da industria indigena e a exploração nacional da terra.

Não terão, todavia, os escritorios apenas esse fim, incumbindo-lhes, tambem, o de incrementar o turismo, que encontra em nossas belezas naturais seguro elemento de atração, e o de divulgar os valores científicos e artisticos das nossas coisas e dos nossos homens, despertando a curiosidade e a atenção dos estrangeiros para o nosso país, não só como excepcional mercado de materias primas, mas, tambem, como grande reserva de energias e forças civilizadoras, nesta parte do Continente.

Promovendo a criação dos escritorios de propaganda nos países onde mais proveitosa possa ser a atividade dos seus representantes, é empenho do Governo dar-lhes organização pratica e eficiente, para que atuem como agencias permanentes do comercio, aproximando, por intermedio do Ministerio do Trabalho e associações de classes interessadas, os produtores nacionais dos compradores estrangeiros.

O nosso comercio interno vai tambem se desenvolvendo em circunstancias expressivamente ani-

madoras, notando-se que, de ano para ano, aumenta o volume da tonelagem em movimento e acresce o valor correspondente em moeda nacional.

O comercio de cabotagem que, em 1930, abrangeu 1.560.032 toneladas, no valor de 2.058.446:000\$, alcançou, em 1934, 2.087.375 toneladas, no valor de 2.782.036:000\$000. Os indices do ultimo quinquenio são bem expressivos, tendo subido de 82, em 1930, a 85, em 1931, a 90, em 1932, a 98, em 1933 e a 109, em 1934.

Segundo as ultimas estatisticas, pelas estradas de ferro, em trafego no territorio nacional, foram transportadas, 23.037.567 toneladas de mercadorias diversas, e 148.823.310 passageiros, em 1933. A cifra de animais transportados foi de 2.729.421. A receita geral do trafego atingiu a 816.585:668\$021.

Outro ponto, que merece ainda ser assinalado, é o aumento constante das transações mercantis em nosso país. Assim, por exemplo, na Bolsa do Rio de Janeiro, o movimento geral dos titulos negociados foi, em 1934, de 319.150:000\$, contra 258.951:000\$, em 1929. O indice que era, então, de 92, passou, em 1934, a 114.

5 — ESTATISTICA E PUBLICIDADE

Ao Departamento de Estatistica e Publicidade foi impressa uma orientação tecnica, eminentemente pratica, visando facultar-lhe o desenvolvimento da

ação que permita alcançar com rapidez e eficiência as finalidades a que se destina. Cabe-lhe, de início, exercer duas funções precipuas: promover, conforme o caso, a organização ou a sistematização geral de todas as estatísticas concernentes á assistência ao trabalho, e as que se relacionarem com os demais objetivos abrangidos no programa deste Ministerio, e, paralelamente, efetuar a respectiva divulgação, levando um conhecimento real e oportuno, quer aos círculos nacionais, quer aos centros estrangeiros.

Posto a operar, obedecendo a uma forma racionalizada de funcionamento, já oferece resultados que, fortalecendo uma expectativa favorável, deverão naturalmente avolumar-se em futuro proximo.

Teve começo a elaboração do cadastro geral que, representado atualmente por quasi 100.000 fichas, marca o ponto de partida para os posteriores trabalhos de especialização. Algumas partes estão concluídas, achando-se devidamente relacionadas as associações comerciais e industriais que existem no país, assim como os Sindicatos e os Institutos ou Caixas de Aposentadorias e Pensões. Um inquerito industrial que presentemente se realiza, assinalando um empreendimento de maior envergadura, permitirá verificar até que medida se ajusta á realidade o conjunto dos estabelecimentos manufatores que logrou arrolar. A coleta, por sua vez, transcorre nas melhores condições, prenunciando um encerramento animador.

As estatísticas serão distribuídas por assuntos e atividades. Avultam, naturalmente, as estatísticas profissionais, dando o número total de trabalhadores, classificados pelas profissões em que se repartam, categorias dentro de cada uma das profissões, sexo, idade e outros característicos específicos.

Nesse propósito, procurou, sem demora, mediante o concurso do Conselho Atuarial, realizar, atenuando a ausência do recenseamento geral, uma estimativa para 1935, obtendo os seguintes totais para o quadro atual dos trabalhadores brasileiros:

Agricultura, pecuária e indústrias rurais	8.860.000
Comércio, compreendendo o comércio propriamente dito, hotéis, restaurantes, casas de diversões, bancos, empresas de seguros, penhores, câmbio e operações financeiras.	752.000
Transportes.	365.000
Profissões liberais.	240.000
Indústria têxtil.	210.000
Construções em geral.	200.000
Metalurgia.	160.000
Indústria da madeira.	100.000
Vestuário e tocador.	100.000
Couros, cortumes e artefatos, inclusive calçados.	60.000
Mineração.	40.000
Cerâmica e vidraria.	36.000
Energia elétrica.	30.000
Produtos químicos.	25.000
Não especificados.	700.000
Total.	<u>11.888.000</u>

A estatística dos acidentes no trabalho, fixando a natureza de suas causas, frequência e gravidade, oferece dados para o estudo e adoção de providências sobre a incapacidade resultante e a sua indenização.

Outras estatísticas interessantes e uteis são as relativas ao trabalho das mulheres e menores, dos salários e do desemprego, dos conflitos de trabalho e das convenções coletivas, acrescentando notar que, relativamente às duas últimas, o Departamento de Estatística e Publicidade, encaminhando-as para a devida execução, atacou as medidas preliminares, seja pelo entendimento com as Inspetorias Regionais, seja pela iniciativa em que apurou os resultados dos dissídios individuais submetidos às Juntas de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal.

Também se encontra em andamento, apresentando, porém, um progresso mais sensível, a estatística das organizações profissionais, abrangendo os sindicatos, as associações comerciais e industriais e as sociedades profissionais de caráter civil. Alargando-a, pesquisou diretamente a massa operaria do Distrito Federal, encontrando um efetivo de 161.554 assalariados.

Finalmente, apresentam-se as estatísticas, relativas aos seguros privados e ao seguro social, esta tripartida pelas instituições de aposentadoria e pensões, instituições de previdência do funcionalismo público e instituições de seguro contra acidentes e

molestias profissionais, aquelas divididas pelos ramos em que operam as companhias nacionais e estrangeiras, arrolando grupos e discriminando transações.

Quanto á publicidade, mantém o *Boletim do Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio*, que constitue hoje um repositório de informações uteis. Além desse boletim, são entregues á circulação diversas separatas e comunicados, perfazendo o conjunto anual uma quantidade distribuida não inferior a 130.000 unidades.

6 — O BRASIL NAS CONFERENCIAS DE GENEVRA E SANTIAGO

O Brasil compareceu a duas conferencias internacionais: á XIX Sessão da Conferencia Internacional do Trabalho, reunida em Genebra, de 4 a 25 de junho do ano passado, e á Conferencia do Trabalho dos Estados Americanos, que se realizou a 2 de janeiro ultimo, em Santiago. Em ambas, as nossas delegações eram compostas de representantes do governo, delegados das classes trabalhadoras e patronais, por elas mesmas escolhidos e indicados a este Ministerio, e delegadas femininas para os assuntos especiais relativos á atividade das mulheres.

Os Estados americanos, que são produtores de artigos de alimentação e de materias primas para a transformação industrial, têm interesse, para a propria defesa de sua economia, em fazer parte da Organização Internacional do Trabalho, afim de que

possam influir nas decisões do Conselho de Administração, e atuar com eficiencia pratica no rumo da politica e nas deliberações da Conferencia. A ação dos países de nosso continente, inclusive o Brasil, tem de ser conduzida com objetivos claros, entre os quais sobreleva notar o que diz respeito á applicação das leis de amparo ao trabalho nos centros de produção similar á nossa e que são partes integrantes de imperios coloniais.

A applicação de leis de proteção ao trabalho e de previdencia social, na sua primeira fase, determina uma serie de onus que refletem sobre o custo da produção, elevando-o.

Na ultima reunião de Genebra, os assuntos tratados foram, todos eles, de natureza continental européia, interessando, entretanto, pela comparação e dando oportunidade de registrar que a atividade desenvolvida pelo Governo brasileiro, em materia de legislação social, nos ultimos cinco anos transcorridos, coloca-nos rigorosamente em dia com o que ha, hoje, de mais avançado no mundo a este respeito.

Quanto á Conferencia de Santiago, o seu principal objetivo foi conhecer as causas que têm dificultado, nos países americanos, a applicação das convenções do trabalho votadas em Genebra. Varias nações do nosso continente, com efeito, têm ratificado os projetos de convenção sem, entretanto, transformá-los em lei.

A Conferencia de Santiago foi uma oportuna iniciativa, servindo não só para um exame, em conjunto, das questões de trabalho no continente americano, mas, também, para um verdadeiro balanço sobre o que já têm feito os países da America, em materia de legislação social. Por outro lado constituiu, ainda, uma excelente ocasião para que os delegados e observadores europeus verificassem, mais de perto, os fatores de diferenciação que influem no estudo e solução dos problemas do trabalho nos países americanos e europeus.

Nossos representantes tiveram nessa conferencia uma parte destacada, tendo figurado em algumas de suas comissões mais importantes e apresentado estudos que foram lidos com apreço.

MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

Prescinde de comentarios a importancia do problema das comunicações, num país vasto e novo como é o Brasil. As grandes distancias entre os centros de produção e consumo exigem esforços continuados no sentido de aproximá-los, imprimindo a maior celeridade possível ao processo das trocas mercantis. Por isso mesmo, o poder publico mostra o maximo empenho em manter, na medida dos recursos disponiveis, o justo equilibrio entre as necessidades da produção e os meios de transporte, afim de que este se faça regularmente e em condições economicas.

E' dentro dessas normas que o Governo Federal orienta a sua atividade administrativa, promovendo o aparelhamento de alguns portos, construindo rodovias e ferrovias ou melhorando as existentes.

No ano ultimo, as iniciativas desse genero foram tão numerosas quanto o permitiu a situação da nossa moeda, que, no momento, é o fator preponderante para novos empreendimentos relativos

ao transporte. Dependendo da importação a quasi totalidade do material necessario, tornam-se cada dia crescentes as dificuldades a remover para a construção de estradas, equipamentos portuarios e desobstrução das vias fluviais.

O Poder Executivo tem mostrado o maximo cuidado ao iniciar, apenas, as obras inadiaveis, de execução possivel, afim de evitar os desperdicios decorrentes das interrupções e paralizações dos serviços.

Passemos, agora, a dar conta dos empreendimentos e applicações de recursos feitos pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas.

RECURSOS FINANCEIROS EXTRACORDINARIOS

As dotações orçamentarias de 1935, para os serviços de viação e obras publicas, foram insuficientes, devido a causas imprevisiveis, avultando as que se relacionam com as aquisições em moeda estrangeira.

Este fato levou á necessidade de abrir creditos extraordinarios, em numero de 15, num total de 98.578:115\$676, conforme a discriminação que se segue:

APLICAÇÃO	DECRETO DE ABERTURA	IMPORTANCIA
Construção de um aeroporto no Rio de Janeiro.....	24.069,31-3-934, art.2º	8.405 :100\$000
Aquisição de material rodante e de tração....	24.756,14- 7-934	1.740 :000\$000
Solução dos transportes na zona salineira fluminense.....	24.779,14- 7-934	10.000 :000\$000
Pagamento da imp. apurada, contratos — E. F. Paracatú.....	22.022,27-10-932	15.561 :617\$394
Despesas de conservação e reparação estrada Rio-Petropolis, etc.....	88,18- 3-935	3.000 :000\$000
Liquidar compromissos de estradas no Paraná e Santa Catarina.....	452,25-11-935	10.000 :000\$000
Atender a varios serviços.....	543,26-12-935	2.198 :000\$000
E. F. Jaguarí, S. Tiago-São Borja.....	553,30-12-935	3.000 :000\$000
Combustivel no 1º semestre de 1936.....	551,30-12-935	24.000 :000\$000
Pagamento de abono provisorio, dec.n.8,3-8-934	—	5.600 :000\$000
Reajustar pessoal jornalheiro, etc.....	572,31-12-935	1.900 :000\$000
Regularizar despesas feitas com oleo combustivel.....	327, 6- 9-935	1.300 :000\$000
Suplementos à Verba 9ª, Cons. III, sub-consignação 10.....	260, 2- 8-935	6.867 :068\$282
Varias obras em consequencia de temporais — E. Baía.....	499,13-12-935	5.000 :000\$000
Desapropriações de imoveis.....	—	6 :370\$000
		98.578 :155\$676

Cabe, entretanto, observar que só para pagamento de diferença de preços de combustiveis, resultantes da depressão cambial, foi mistér dispendir, em carvão e oleo, na Central do Brasil, além do previsto, 25.300:000\$000.

Si a essa parcela adicionarmos a de réis 15.561:617\$394, proveniente da liquidação do custo de aquisição da E. F. de Paracatú, consequente do contrato de arrendamento da Rêde Mineira de

Viação, e as de 5.600:000\$ e 1.900:000\$ para o pagamento de abono provisorio e reajustamento de pessoal jornalheiro do Departamento dos Correios e Telegrafos e da Estrada de Ferro Central do Brasil, e a de 10.000:000\$ para liquidar compromissos anteriores da construção de estradas de rodagem nos Estados de Santa Catarina e Paraná, verificaremos que, só para atender a essas despesas, foram necessarios mais de 58.361:000\$, o que vale dizer que, no total acima referido de 98.578:000\$, apenas as menores parcelas, que somam menos da metade daquela importancia, se destinaram a obras novas e melhoramentos.

NOVO EDIFICIO PARA A SECRETARIA DE ESTADO

A precariedade e insuficiencia das instalações do velho edificio da Secretaria de Estado estavam a exigir urgentes serviços de remodelação que, além de custo elevado, muito pouco melhorariam as acomodações atuais. Julgou-se, por isso, mais acertado construir um predio novo, em que se aproveitassem integralmente as áreas desperdiçadas, aumentando-se o numero de pavimentos e fazendo todas as instalações julgadas indispensaveis ao serviço.

O projeto respectivo, orçado em 2.580:924\$500, teve a sua aprovação pelo decreto n. 120, de 26 de outubro de 1934. Os trabalhos foram iniciados nos

ultimos dias de dezembro do mesmo ano e as novas obras em junho de 1935, devendo estar concluidas em junho do corrente ano.

ESTRADAS DE FERRO

A situação cambial, a agravação sempre crescente do valor aquisitivo dos materiais de consumo e de conservação da via permanente e do material circulante das estradas de ferro, a constrição de despesas imposta e aconselhada pelas circunstancias, tudo incide em cheio sobre as estradas, perturbando-lhes o regime, diminuindo-lhes as possibilidades, com os mais sensíveis prejuizos para a sua propria economia e com os maiores entraves para a livre circulação da produção nacional.

Desse aspecto são frisantes exemplos a Estrada de Ferro Central do Brasil, a rêde Paraná-Santa Catarina, a Viação Federal do Leste Brasileiro e outras. A escassez de material circulante, as deficiencias da via permanente, em todas elas, têm reduzido do modo mais sensível a capacidade do transporte. De tal natureza são as dificuldades a enfrentar, que urge corrigir imediatamente a situação criada.

Em todos os países, ao acrescimo do preço de custeio, se vai gradativamente applicando uma taxação maior das unidades de transporte, mas de modo equitativo e justo, sem comprometer os limites

do valor venal das mercadorias. Isto, entretanto, não será possível, si não forem adotadas medidas de defesa das ferrovias e suas rendas. Entre outras, poderia ser apontada a regularização do trafego nas rodovias, principalmente nas de traçados paralelos ás linhas ferroviarias, que, na verdade, gozam de situação bem mais comoda, pois aos seus exploradores incumbe apenas o custeio dos veículos, correndo o onus de conservação por conta exclusiva do poder publico.

ELETRIFICAÇÃO DOS TRANSPORTES FERROVIARIOS

Apezar das circunstancias já referidas, que, presentemente, atuam sobre a economia e desenvolvimento das estradas de ferro, o Governo resolveu atacar seria e definitivamente o problema, tantas vezes adiado, da eletrificação da nossa principal ferrovia. As razões que militam em favor da urgencia dessa iniciativa são varias, tanto de ordem transitoria como de carater permanente. Das primeiras, as mais relevantes, referem-se ao preço de custeio, elevadissimo em consequencia da depressão da moeda, sujeitando as aquisições de material a calculos sempre incertos, e resultando em *deficits* crescentes. A Estrada de Ferro Central do Brasil vinha aumentando, progressiva e assustadoramente, as suas despesas, e, apesar de acrescido o trafego, não conseguia equilibrar as suas rendas.

Era necessaria e oportuna a realização desse empreendimento, cujos beneficios são por demais evidentes.

Sendo o país sabidamente pobre em carvão e oleos minerais, tanto quanto é rico em energia hidraulica, cabe ao Governo dirigir no sentido dessa ultima aplicação os seus esforços, com o fim de libertar a economia nacional das grandes sangrias de ouro, que representam as aquisições de combustivel para as ferrovias e frota mercante. Ensaio outros já têm sido feitos por companhias particulares para resolver esse problema. Os resultados animadores, em qualquer sentido, indicam rumo identico ás estradas federais, propiciando, ao mesmo tempo, a criação da industria de maquinas e utensilios eletricos, que já conta com vasto mercado, mas é ainda incipiente em nosso país.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

A extensão total das linhas em trafego da Central do Brasil, a 31 de dezembro de 1935, era de 3.135^{km},475, sendo 1.194^{km},98 na bitola larga (1^m,60) e o restante na de 1^m,00, havendo 45^{km},554 de bitola mixta.

Nessa extensão foi incluído o novo trecho do ramal de Santa Barbara, desta localidade á de Monlevade, com 57 quilometros ultimamente inaugurados.

RESULTADO DO TRAFEGO DA ESTRADA

Reccita propria.....	176.547:892\$800
Custeio industrial.....	217.015:015\$900
<i>Deficit</i>	40.467:123\$100

Foram, ainda, dispendidos 8.317:068\$ com a execução de obras novas e melhoramentos e réis 1.427:358\$900 no pagamento de contas de exercicios anteriores. Força é acentuar que para o *deficit* concorreram varias causas. Entre estas, a preponderante foi o encarecimento dos combustiveis, carvão e oleo, e dos diversos materiais de importação estrangeira, cousa a que já aludimos em outro topico desta mensagem.

MOVIMENTO DA ESTRADA

O percurso total dos trens em ambas as bitolas foi de 19.120.146 quilometros contra 18.424.934, no ano de 1934, tendo havido, portanto, um acrescimo de movimento do material de 3,6 %, com um aproveitamento da capacidade dos vagões de 38,96 % na bitola larga e 40,28 % na bitola estreita.

Ramal de Santa Barbara — O ramal de Santa Barbara, com 170^{km},289 de Sabará a Monlevade, empreendimento importante, permitindo a exploração industrial da grande bacia do Rio Doce e facilitando a exportação de minerio de ferro, bem como as comunicações de Minas Gerais com um

porto no Espírito Santo, havia sido iniciado na presidência Afonso Pena, parализando-se os trabalhos em agosto de 1912, no governo Hermes da Fonseca, com a inauguração de 76 quilômetros até a estação de Sabará.

Reiniciada a construção em março de 1926, em dezembro desse ano era novamente paralizada, só prosseguindo em fevereiro de 1930, para interromper-se, outra vez, em junho de 1931.

Recomeçados os serviços, em maio de 1932, prosseguiram até sua conclusão, em 1935, com o trecho Monlevade aos 752^{km},592, próximos a S. José da Lagoa, ficando ligadas as duas estradas, Central do Brasil e Vitória-Minas.

OUTROS SERVIÇOS

Outros serviços atacados foram: duplicação do ramal de Santa Cruz, além de Bangú, na extensão de 24 quilômetros; ampliação e remodelação da estação do Norte, em São Paulo; construção do ramal de 7^{km},500 para o matadouro modelo da Prefeitura de Belo Horizonte, que permitirão á Central atender ao reparo e construção de seus vagões; construção do ramal de 2^{km},647 da estação de Santa Cruz ao aeroporto para dirigíveis no campo de São José; viaduto de São Cristovão, iniciado em novembro de 1933, e inaugurado em maio de 1935, ligando a avenida Maracanã com a avenida Bartolomeu de Gusmão, ao lado da Quinta da Boa

Vista, fechando, assim, aquela estação, com a passagem superior para pedestres na estação de Mangueira, ligando as ruas Oito de Dezembro e Visconde de Niteroi.

MATERIAL FIXO DE TRAÇÃO E RODANTE

Em 31 de dezembro de 1935 existiam 688 locomotivas, sendo 431 de bitola larga, achando-se em bom estado apenas 318 desta bitola e 170 das de bitola estreita.

Quanto ao material rodante, compunha-se de 702 carros e 4.992 vagões de bitola larga e 375 carros e 2.038 vagões de bitola estreita, estando fora do tráfego na bitola larga 1.040 vagões, ou sejam 20,83 % do total acima.

Essa restrição no numero de veículos e a baixa de 400, de carga, totalizaram os 1.040 fora do tráfego, o que explica a desproporção entre a capacidade exigida pelas necessidades do tráfego e o que ha disponível.

ELETRIFICAÇÃO

Reguladas pelos decretos ns. 24.238 e 24.614, respectivamente, de 14 de maio e 7 de julho de 1934, as condições gerais a serem observadas no contrato para eletrificação das linhas do Rio de Janeiro a Barra do Piraí e Santa Cruz, foi esse, após a concorrência a que compareceram varios proponentes, assinado em 14 de março de 1935 com a firma inglesa Metropolitan Vickers Electrical

Export Co. Ltd., tendo sido registado pelo Tribunal de Contas em sessão de 1º de abril seguinte.

Os serviços contratados, sob o orçamento total de 180.217.980\$, compreendem duas etapas: a primeira, avaliada em 91.873.780\$, compreende a eletrificação do trecho suburbano de D. Pedro II a Nova Iguassú e Bangú; a segunda, orçada em 88.344.200\$, compreende a eletrificação de Nova Iguassú a Barra do Piraí, ramal de Paracambí, Bangú a Santa Cruz e estação Maritima.

A execução da primeira parte dos serviços, que atenderá a cerca de 93 % do transporte suburbano das linhas de bitola larga, será feita, para maior facilidade na passagem da tração a vapor para a elétrica, em tres periodos:

- a) entre Pedro II e Engenho de Dentro, em 20 meses;
- b) prosseguimento até Deodoro, mais quatro meses;
- c) idem até Nova Iguassú e Bangú, mais seis meses.

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA

Quanto ao fornecimento de energia, o Governo resolverá, de acôrdo com as disponibilidades financeiras e as indicações da experiencia, a construção de usina propria ou a aquisição de energia a particular.

Para construção da usina hidro-eletrica, na Cachoeira do Salto, de propriedade da Central, foi

aberta concorrência pública e, entre as três propostas apresentadas, escolheram os técnicos a do Consórcio Italiano de Eletrificação e E. Kemnitz & Cia. Ltd.

A construção da usina de reserva, termoelétrica, no Engenho de Dentro, foi entregue à firma R. Petersen & Cia. Ltd., representante da Maschinen Fabrik Augsburg Nuremberg A. G., que apresentou proposta julgada em melhores condições.

OBRAS COMPLEMENTARES DE ELETRIFICAÇÃO

A eletrificação dos trechos referidos exige diversas obras complementares, entre as quais se contam a remodelação da estação inicial de D. Pedro II, cujo plano de conjunto, com autorização para as desapropriações necessárias, já foi de aprovado pelo decreto n. 363, de 4 de outubro 1935. Outras obras indispensáveis de modificação de estações e patcos, construção de novas linhas e ligações de linhas da bitola estreita, conduzindo-as a outra estação inicial, em Francisco de Sá, compreenderão os seguintes trabalhos:

Alargamento da bitola de Alfredo Maia a São Mateus.....	984:934\$508
Construção de duas linhas de bitola estreita entre Francisco Sá e Del Castilho.....	1.155:150\$000
Construção de duas linhas de bitola larga entre Honorio Gurgel e Deodoro.....	335:603\$000
A transportar	<u>2.475:687\$508</u>

Transporte.....	2.475:687\$508
Transformação da bitola estreita dupla em bitola mixta dupla de São Mateus a Pavuna.....	267:054\$788
Construção de mais uma linha de bitola estreita entre Del Cas- tilho e Belfort Roxo.....	630:000\$000
Construção de uma linha de Herédia de Sá ao Cais do Porto, inclu- sive uma passagem superior sobre a Leopoldina e Rio-Petro- polis.....	1.191:100\$000
Construção de uma estação inicial para Linha Auxiliar Rio d'Ouro e Teresopolis.....	1.261:040\$000
Construção de uma estação de carga no Cais do Porto e Ponta do Cajú.....	412:000\$000
Alargamento do Viaduto de Lauro Müller, inclusive desapropria- ções.....	3.744:000\$000
	9.980:882\$296
	9.980:882\$296

D. Pedro II:

Construção do edificio, modificação das plataformas e pateo.....	2.315:020\$000
---	----------------

Lauro Müller:

● Construção da passagem inferior e fechamento completo do pateo....	345:760\$000
--	--------------

Mangueira:

Construção da passagem superior e fechamento do pateo.....	412:905\$000
---	--------------

Silva Freire:

Modificação do pateo.....	158:760\$000
A transportar	3.232:445\$000
	3.232:445\$000

Transporte.....	3.232:445\$000
<i>Encantado:</i>	
Modificações de linha e mudança da plataforma.....	263:550\$000
<i>Madureira:</i>	
Construção de plataformas, remo- delação do pateo e aumento da passagem existente, ..	581:260\$000
<i>Deodoro:</i>	
Remodelação do pateo, construção de passagem superior para veí- culos, construção de plataformas, construção do ramal para o Campo dos Afonsos.....	1.220:980\$000
<i>Maritima:</i>	
Construção de um armazem para ba- gagens e encomendas e do desvio para atender ao serviço de São Diogo.....	253:880\$000
<i>São Diogo:</i>	
Construção de abrigo para carros, construção do posto de desin- feção, modificação do pateo....	220:880\$000
<i>Campinho:</i>	
Modificação da linha, construção de plataformas.....	209:840\$000
<i>Pedreira da Providencia:</i>	
Extração de pedras para obras de alargamento da faixa da estrada.	496:080\$000
A transportar	6.478:915\$000

Transporte..... 6.478:915\$000

*Vila Militar, Magalhães Bastos,
Realengo e Bangú:*

Construção de chaves, modificações
de plataformas e construção da
estação de Magalhães Bastos.... 516:200\$000

*Deodoro, Vila Militar, Magalhães
Bastos, Realengo e Bangú:*

Fechamento da linha de Deodoro a
Bangú; construção de passagens
para pedestres e uma para veí-
culos em Realengo..... 927:650\$000

Duplicação do Ramal de Santa Cruz. 811:768\$825

Construção de linhas telegraficas e
da 2ª linha do Seletivo, pela Li-
nha Auxiliar, partindo do quilo-
metro 5,500, entre as estações
de Mangueira, São Francisco até
Belém..... 286:062\$500

Pessoal extraordinario necessario para
atender ás mudanças e retiradas
de aparelhamentos..... 207:780\$000

9.228:376\$325

OUTRAS OBRAS IMPORTANTES

O progresso da grande região do Brasil medio, servida pela Central do Brasil, está a exigir a ampliação de sua rede ferroviaria, articulando-a com outras estradas, de modo a atingir pontos do territorio que precisam de transporte e comunicações mais rapidas e eficientes.

Em tais condições; devem ser mencionados como trabalhos necessarios: o ramal de Mogí das

Cruzes a São Sebastião, orçado em 308.000\$, aproximadamente, obra complementar á construção daquele porto pelo Estado de São Paulo; a ligação da Central com a Sorocabana e Osasco; a ligação das estradas do Rio d'Ouro e Teresopolis e o prolongamento da linha do Centro, até entroncar com a rêde ferroviaria, do Leste Brasileiro, em Tremedal, o que representará a articulação das estradas do centro e sul ás do norte.

MOVIMENTO FERROVIARIO

Completando as informações anteriores, relativas á Estrada de Ferro Central do Brasil, destacaremos, a seguir, os indices do movimento ferroviario no país, em 1935, registando a quilometragem, a receita e despesa de todas as rêdes ferroviarias em exploração.

Viação Ferrea do Rio Grande do Sul:

	Km.
Extensão em trafego.....	3.024,059
> > construção.....	559,690

Resultados financeiros do trafego:

Reccita.....	72.829:189\$820
Despesa de custeio.....	60.650:647\$320
Saldo.....	<u>12.178:542\$500</u>

Estrada de Ferro D. Teresa Cristina — Extensão em trafego, 243^{km},858.

Resultados financeiros:

Receita propria do trafego.....	1.936:923\$435
Despesa de custeio.....	2.032:604\$160
Deficit.....	<u>95:680\$725</u>

Rêde de Viação Ferrea Paraná-Santa Catarina
(E. F. São Paulo-Rio Grande):

	Km.
Extensão em trafego.....	2.006,239
Em construção.....	82,232

Resultados financeiros do trafego:

Receita.....	45.284:107\$400
Despesa de custeio.....	40.021:222\$000
Saldo.....	<u>5.262:885\$400</u>

Estrada de Ferro Santa Catarina:

	Km.
Extensão em trafego.....	107,300
» » construção.....	56,693

Resultados financeiros do trafego:

Receita propria.....	1.174:000\$800
Despesa de custeio.....	1.110:750\$729
Saldo.....	<u>63:250\$071</u>

Estrada de Ferro Sorocabana — Extensão total das linhas em trafego 2.091^{km},811.

Resultados financeiros nos ramais de concessão federal:

a) Ramal de Itararé, com 249^{km},665:

Receita.....	10.049:049\$950
Despesa de custeio.....	8.371:775\$502
Saldo.....	<u>1.677:274\$448</u>

b) Ramal de Tibagi, com 587^{km},250:

Receita.....	27.754:552\$080
Despesa.....	21.303:335\$770
Saldo.....	<u>6.451:216\$310</u>

Companhia Mogiana de Estradas de Ferro — Extensão total das linhas: 1.958^{km},311.

Os trechos federais totalizam 873^{km},016, assim distribuídos:

	Km.
a) linha de Rio Grande e Caldas.....	265,938
b) » » Catalão.....	280,386
c) » » Igarapava a Uberaba.....	48,043
d) » » Tuiuti a Passos e ramal de Biguatinga.....	278,649

Os resultados financeiros do trafego nas linhas de concessão federal foram:

Receita.....	9.830:410\$200
Despesa de custeio.....	11.585:478\$948
Deficit.....	<u>1.755:068\$748</u>

São Paulo Railway Company — Extensão das linhas em trafego:

	Km.
Concessão federal (bitola 1 ^m ,60).....	139,466
» estadual (» 1 ^m ,00).....	108,000

Resultados financeiros:

Receita propria do trafego.....	106.725:741\$150
Despesa de custeio.....	76.169:000\$000
Saldo.....	<u>30.556:741\$150</u>

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil — Extensão total das linhas em trafego 1.366^{km},431, sendo 1.272^{km},236 da linha tronco de Baurú a Porto

Esperança, 10 quilômetros do ramal de Pirajuí e 84^{km},155, da variante de Araçatuba a Jupiá, cuja construção prossegue.

Essa variante, que terá, quando concluída, o desenvolvimento de 178^{km},545, está sendo construída pela "Sociedade Melhoramentos Estradas de Ferro Noroeste do Brasil", constituída na forma do contrato lavrado com o Governo Federal, pelas estradas de Ferro Paulista, Sorocabana e Noroeste.

Resultado financeiro do trafego:

Receita.....	21.106:076\$700
Despesa (ainda não completamente apurada).....	24.000:000\$000
	<hr/>
Deficit (aproximado).....	2.893:923\$300

Estrada de Ferro Goiaz:

	Km.
Extensão em trafego.....	438,170
» » construção.....	2,00

Resultados financeiros:

Receita do trafego.....	3.605:464\$900
Despesa de custeio.....	3.029:979\$946
	<hr/>
Saldo.....	575:484\$954

Rêde Mineira de Viação — O desenvolvimento total da Rêde Mineira é de 3.689^{km},869, assim distribuídos:

	Km.
Oeste de Minas (bitola de 1 ^m ,00)..	1.724,357
» » (» » 0 ^m ,76)..	733,543
Sul de Minas (» » 1 ^m ,00)..	1.231,969

Acham-se em construção, na Oeste de Minas, na bitola de 1^m,00, 183^{km},185.

Resultados financeiros do trafego:

Receita.....	37.737:652\$714
Despesa de custeio.....	46.980:546\$437
Deficit.....	9.242:893\$723

Leopoldina Railway Company:

	Km.
Extensão em trafego.....	3.086,388
Desse total são de concessão federal	1.205,909

Resultados financeiros:

Receita.....	80.616:937\$000
Despesa de custeio.....	68.077:036\$000
Saldo.....	12.539:901\$000

Estrada de Ferro Corcovado — Extensão 3^{km},813.

Resultados financeiros:

Receita.....	344:151\$000
Despesa.....	257:879\$000
Saldo.....	86:272\$000

Estrada de Ferro Vitoria a Minas — Desenvolvimento das linhas, 561^{km},594.

Receita.....	6.126:613\$200
Despesa.....	7.075:311\$500
Deficit.....	948:698\$300

Viação Ferrea Federal do Leste Brasileiro — Apresenta um desenvolvimento total de 2.335^{km},600, compreendendo as estradas de ferro de São Francisco,

Central da Baía e Baía e Minas, com as extensões quilometricas de:

	Km.
E. F. São Francisco e Central da Baía	1.799,086
» » Baía e Minas.....	536,514

Os resultados financeiros foram:

Estrada de Ferro São Francisco e Central da Baía:

Receita propria do trafego.....	15.754:685\$483
Despesa de custeio.....	14.255:083\$565
Saldo.....	<u>1.499:601\$918</u>

Estrada de Ferro Baía e Minas:

Receita propria do trafego.....	3.048:722\$256
Despesa de custeio.....	2.754:722\$229
Saldo.....	<u>294:000\$027</u>

Resultados gerais de toda a rêde ferroviaria baiana:

Receita propria do trafego.....	18.803:407\$739
Despesa de custeio.....	17.009:805\$794
Saldo.....	<u>1.793:601\$945</u>

Por decreto n. 24.321, de 1 de junho de 1934, o Governo Provisorio, tendo em consideração o não cumprimento, pela Cia. Ferroviaria Este Brasileiro, do contrato autorizado pelo decreto n. 14.068, de 19 de fevereiro de 1920 e celebrado em 3 de abril do mesmo ano, e, especialmente, a situação deficitaria das estradas componentes da Rêde Baía-Sergipe e

Norte de Minas, a restrição de construções e da contribuição pecuniaria da Companhia, a inaceitabilidade da proposta de revisão e o clamor contra a irregularidade dos serviços, rescindiu o aludido contrato, para evitar maiores males, e dispôs sobre a ocupação da rêde, a sua administração e a apuração das contas de debito e credito entre o Governo e a Companhia, no intuito de ficarem definidas as responsabilidades derivadas da inexecução do contrato, inclusive as referentes ao deposito de 40.000:000\$ na "Caisse Commerciale et Industrielle de Paris".

Em execução desse decreto, o Governo, por atos de 11 e 12 de março de 1935, tornou efetiva a ocupação e nomeou administrador áquele proprio nacional.

A ex-arrendataria recorreu ao Poder Judiciario, mas o ato do Governo foi mantido pela Suprema Côrte.

A despeito dessa superior decisão e das reiteradas notificações, de acôrdo com as portarias ns. 265 e 434, respectivamente de 2 de abril e 4 de junho de 1935, a referida ex-arrendataria ainda não indicou pessoas que a representem na liquidação da sua situação perante o Governo, que, parece, será forçado a promover em juizo a regularização do assunto.

The Great Western of Brazil Railway Co. Ltd.
— Extensão:

	Km.
Linhas em trafego.....	1.741,537
» » construção.....	16,670

Resultado financeiro:

Receita do trafego.....	34.813:890\$810
Despesa de custeio.....	24.557:662\$670
Saldo.....	10.256:228\$140

Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte — Extensão:

	Km.
Linhas em trafego.....	221,120
» » construção.....	40,651

Resultados financeiros:

Receita.....	1.652:778\$800
Despesa de custeio.....	1.429:741\$527
Saldo.....	223:037\$273

Estrada de Ferro Mossoró — Extensão em trafego, 121^{km},173.

Resultados financeiros:

Receita propria do trafego.....	946:101\$550
Despesa de custeio.....	467:496\$617
Saldo.....	478:604\$933

Estrada de Ferro Petrolina a Teresina:

	Km
Extensão em trafego.....	164,300
» » construção.....	39,850

Resultados financeiros:

Receita de trafego.....	86:082\$000
Despesa de custeio.....	532:972\$500
Deficit.....	446:890\$500

Rêde de Viação Cearense — Extensão total em tráfego, 1.356^{km},561, compreendendo:

	Km.
E. F. Baturité (linha tronco e ramais).....	962,168
E. F. Sobral (Camocim a Oiticica)..	394,393
Linhas em construção.....	174,266

Resultados financeiros do tráfego:

Baturité.....	9.881:354\$900
Sobral.....	1.524:386\$850
	<hr/>
	11.405:741\$750

Despesa de custeio:

Baturité.....	7.627:473\$500
Sobral.....	1.555:131\$600
	<hr/>
	9.182:605\$100

Resultados:

Baturité (saldo).....	2.253:881\$400
Sobral (<i>deficit</i>).....	30:744\$750
	<hr/>
Toda a R. V. C. (saldo).	2.223:136\$650

Estrada de Ferro Central do Piauí:

	Km.
Extensão em tráfego.....	147,578
> > construção.....	43,400

Resultados financeiros do tráfego:

Receita propria.....	303:533\$700
Despesa de custeio.....	846:612\$300
	<hr/>
<i>Deficit</i>	543:078\$600

Estrada de Ferro São Luiz a Teresina — Extensão em tráfego, 450^{km},652.

Resultados financeiros:

Receita do tráfego.....	1.734:650\$700
Despesa de custeio.....	2.623:936\$400
	<hr/>
<i>Deficit</i>	889:285\$700

Estrada de Ferro de Bragança — Extensão em tráfego, 291^{km},870.

Resultados financeiros:

Receita do tráfego.....	1.761 :498\$000
Despesa de custeio.....	2.083 :470\$000
<i>Deficit</i>	<u>321 :972\$000</u>

Estrada de Ferro Tocantins — Extensão em tráfego, 67^{km},000.

Resultados financeiros:

Receita propria.....	9 :943\$450
Despesa de custeio.....	147 :593\$800
<i>Deficit</i>	<u>137 :650\$350</u>

Estrada de Ferro Madeira-Mamoré — Extensão em tráfego, 366^{km},485.

Resultados financeiros:

Receita propria.....	1.458 :048\$000
Despesa de custeio.....	1.627 :883\$500
<i>Deficit</i>	<u>169 :835\$500</u>

Estrada de Ferro Maricá:

Extensão total em tráfego.....	Km. 130
» em construção.....	24

Resultados financeiros:

Receita.....	1.207 :533\$900
Despesa.....	1.880 :513\$866
<i>Deficit</i>	<u>672 :979\$966</u>

Apurada a situação financeira das estradas de ferro, verifica-se que continuam deficitarias 12, e 13

outras apresentam saldos, em maioria aumentado, como se vê pelos quadros anexos:

**RESULTADOS FINANCEIROS DAS ESTRADAS DE FERRO
NO BIENIO 1934-1935**

ESTRADAS	1934	
	SALDOS	"DEFICITS"
V. F. Rio Grande do Sul.....	9.593 :941\$090	—
E. F. Teresa Cristina.....	40 :081\$083	—
E. F. Santa Catarina.....	13 :380\$761	—
R. V. F. Paraná-Santa Catarina.....	660 :084\$500	—
E. F. Sorocabana (linhas federais).....	6.745 :294\$058	—
São Paulo Railway.....	23.623 :622\$570	—
E. F. de Goiás.....	449 :296\$647	—
Leopoldina Railway.....	18.259 :470\$130	—
E. F. Corcovado.....	51 :365\$700	—
Great Western of Brazil Railway.....	8.044 :299\$430	—
E. F. Mossoró.....	596 :860\$820	—
E. F. C. Rio Grande do Norte.....	181 :385\$300	—
Rêde de Viação Cearense.....	1.419 :721\$850	—
E. F. Noroeste do Brasil.....	—	1.148 :284\$200
Cia. Mogiana.....	—	1.015 :190\$780
Rêde Mineira de Viação.....	—	7.531 :236\$216
E. F. Vitoria a Minas.....	—	308 :729\$650
E. F. de Bragança.....	—	142 :573\$158
E. F. Tocantins.....	—	128 :780\$350
E. F. Madeira-Mamoré.....	—	94 :861\$800
E. F. São Luiz-Teresina.....	—	1.466 :646\$578
E. F. Central do Piauí.....	—	422 :312\$212
E. F. Petrolina-Teresina.....	—	536 :829\$300
E. F. Central do Brasil.....	—	30.159 :940\$200
E. F. Maricá.....	—	585 :062\$100

ESTRADAS	1935	
	SALDOS	"DEFICITS"
V. F. Rio Grande do Sul.....	12.178 :542\$500	—
E. F. Santa Catarina.....	63 :250\$071	—
R. V. F. Paraná-Santa Catarina.....	5.262 :885\$400	—
E. F. Sorocabana (linhas federais).....	8.128 :490\$758	—
São Paulo Railway.....	30.556 :741\$150	—
E. F. de Goiaz.....	575 :484\$954	—
Leopoldina Railway.....	12.539 :901\$000	—
E. F. Corcovado.....	86 :272\$000	—
Great Western of Brazil Railway.....	10.256 :228\$140	—
E. F. Mossoró.....	478 :604\$933	—
E. F. C. Rio Grande do Norte.....	223 :037\$273	—
Rêde de Viação Cearense.....	2.223 :136\$650	—
E. F. Teresa Cristina.....	—	95 :680\$725
E. F. Noroeste do Brasil.....	—	2.893 :923\$300
Cia. Mogiana.....	—	1.755 :068\$748
Rêde Mineira de Viação.....	—	9.242 :993\$723
E. F. Vitoria a Minas.....	—	948 :698\$300
E. F. de Bragança.....	—	321 :972\$000
E. F. Tocantins.....	—	137 :650\$350
E. F. Madeira-Mamoré.....	—	167 :835\$500
E. F. São Luiz-Teresina.....	—	889 :285\$700
E. F. Central do Piauí.....	—	543 :078\$600
E. F. Petrolina-Teresina.....	—	446 :890\$500
E. F. Central do Brasil.....	—	40.467 :123\$100
E. F. Maricó.....	—	672 :979\$966

ESTRADAS DE RODAGEM

Os serviços a cargo da Comissão de Estradas de Rodagem Federais foram os seguintes:

1. *Rio-Petropolis* — Reparação geral e obras.
As chuvas de 31 de janeiro de 1935, mais fortes que

as de 10 de janeiro do ano anterior, danificaram varios pontos da estrada, levando na avalanche o viaduto do 48^{km},700, que ainda não havia sido recebido pela Comissão, em virtude dos defeitos que apresentava. Houve desmoronamentos de barreiras, o que se verificou novamente em 4 de março, com a queda de grande barreira, de cerca de 30.000 metros cubicos. Tiveram que ser feitos, por isso, trabalhos de desobstrução do leito, de restabelecimento da terraplenagem anterior, construção de dois viadutos, alargamento do 37^{km},700, construção de nove muros de arrimo, medindo 216^m,69 de extensão, de tres boeiros de alvenaria e, finalmente, de 13.363 peças de concreto especiais para aplicação do processo de sustentação de terras, denominado "cribb-Walls", que pela primeira vez é adotado no Brasil, com resultados animadores pela economia e facilidade de construção.

2. *Rio-São Paulo* — Suportou bem a usura do trafego e das intemperies. A pavimentação vem sendo melhorada e o revestimento, com a mistura artificial de material silico-argiloso, tem dado otimo resultado. Os principais melhoramentos realizados foram: abertura de sargetas, de saídas de agua no trecho coberto a concreto, boeiros, muros de proteção em alvenaria de pedra e boeiros marginaes, de pedra seca.

3. *União e Industria* — Foram feitos trabalhos de conservação e reparação da estrada, compreen-

dendo: asfaltamento superficial em 23.012 metros quadrados; reconstrução do macadam hidraulico em 81.000 metros quadrados; construção de 15 boeiros e reparação de muros de arrimo; retificação do Rio Piabanha, no quilometro 33, e construção de uma barragem com 55 metros de extensão.

4. *Itaipava-Teresopolis* — Cuidou-se da conservação do primeiro trecho, entre os quilometros 0 e 7.

5. *Estrada da Estrela* — Sua conservação e reparação tem sido feita, visando atender alguma interrupção eventual da Rio-Petropolis, no trecho da serra. Justifica-se tambem como incentivo ao turismo, dadas as belezas naturais descortinadas ao longo de seu percurso.

6. *Estrada da Presidencia* — Com a extensão aproximada de 1^{km},700, destinando-se ao acesso do local onde se acha aquartelado o 1º B. C., essa estrada foi drenada, calçada a paralelepipedos sobre base de areia, em uma área de 10.140 metros quadrados.

7. *Estrada Rio-Baía* — Para fixar o traçado dessa importante rodovia de entroncamento, que ligará as rêdes rodoviarías do centro e sul do país ás do norte e nordeste, foram realizados estudos de campo, que prosseguem normalmente.

ESTATISTICA DO TRAFEGO DAS ESTRADAS DE RODAGEM

O movimento de veículos nas estradas-tronco Rio-São Paulo e Rio-Belo Horizonte, nos trechos sob administração federal, foi o que se verifica na pagina seguinte.

ESTRADAS	AUTO- MOVEIS DE PASSAGEIROS	AUTO- CAMINHÕES	NUMERO TOTAL DE VEÍCULOS
<i>Rio-Petropolis:</i>			
Posto estatístico de Quitandinha.....	137.605	72.635	210.240
<i>União e Industria:</i>			
Posto de Cascatinha.....	128.480	69.715	198.195
<i>Rio-São Paulo:</i>			
Posto de Campo Grande.....	93.805	100.740	194.545

**MOVIMENTO FINANCEIRO DA COMISSÃO DE ESTRADAS
DE RODAGEM FEDERAIS**

Verba para 1935.....	7.000 :000\$000
Credito suplementar.....	2.198 :000\$000
Importancia total recebida.....	9.198 :000\$000
Despesas efetuadas.....	9.146 :084\$700
Saldo.....	51 :915\$300

As despesas foram distribuidas pelos diversos trabalhos, do modo que se demonstra:

Administração Central.....	391 :209\$500
Estrada Rio-São Paulo.....	851 :734\$200
Estrada Rio-Petropolis.....	1.821 :160\$750
Estrada da Estrela.....	81 :960\$100
Estrada da Presidencia.....	103 :567\$900
Estrada União e Industria.....	847 :881\$600
Estrada Itaipava-Teresopolis.....	282 :509\$800
Estrada Rio-Baía (estudo).....	18 :728\$500
Transportes diversos.....	925 :618\$600
Materiais adquiridos e despesas de pronto pagamento.....	3.069 :174\$550
Comissão Central de Compras.....	751 :029\$500
Despesas encaminhadas ao Tesouro Nacional.....	1 :509\$700
Total.....	9.146 :084\$700

PORTOS, TRAFEGO MARITIMO E NAVEGAÇÃO

Tendo-se em consideração quanto é vasto o litoral brasileiro, e que as condições e acidentes geograficos, em grande faixa dele, exigem constante cuidado para a conservação da praticabilidade e hacias de evolução dos seus portos,urgia manter um serviço, com carater permanente, que pudesse remediar as dificuldades, garantindo acesso franco das embarcações. Ocorre todavia que sendo de alto custo as maquinas e utensilios desse ramo da engenharia hidraulica, não é possivel, no momento de restrições financeiras que atravessamos, dispender importancias tão grandes quanto as necessidades indicavam. A aquisição da draga "Baía" veio, porém, remediar, em parte, essa deficiencia de aparelhamento. Não obstante, numerosos portos, principalmente da região litoranea norte-oriental, reclamam providencias que os tornem capazes de atender ao escoamento da produção. Mesmo os grandes portos já se ressentem da falta de dragagens.

Diante desses fatos, que cada vez mais se accentuam, já não pode a Administração, sem embaraçar a vida economica do país, deixar de tomar providencias urgentes e apropriadas. Para tanto, precisa o Governo das autorizações necessarias do Poder Legislativo, facilitando-lhe os meios e proporcionando-lhe os elementos necessarios.

TRAFEGO MARITIMO

O movimento financeiro e comercial do portos fluviais e maritimos, aparelhados e em franca exploração de trafego, foi o seguinte:

1 -- MANAUS

Movimento financeiro:

Verbas distribuidas.....	186 :098\$000
Despesas realizadas.....	143 :696\$500
Saldo.....	<u>42 :401\$500</u>

Movimento de mercadorias:

		Toneladas metricas
Importação estrangeira.....	6.206	
> de cabotagem.....	<u>99.696</u>	105.902
Exportação estrangeira.....	35.430	
> de cabotagem.....	<u>25.504</u>	60.934
Total.....	—	<u>166.836</u>

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	907	264.612
> estrangeiros.....	<u>47</u>	197.076
Totais.....	954	<u>461.688</u>

Fundos decorrente de obrigações contratuais e legais:

Capital reconhecido da Manaus Harbour Ltd.....	19.676 :765\$387
Renda bruta total, proveniente das taxas portuarias.....	2.834 :593\$876
Renda da taxa adicional de 10% papel.....	252 :299\$450

Informes complementares:

A Manaus Harbour Ltd. executou, durante o exercicio, obras de conservação, na importancia de 266:052\$269.

2 — PARÁ

Movimento financeiro:

Verbas distribuidas.....	278 :226\$000
Despesas realizadas.....	262 :174\$100
Saldo.....	16 :051\$900

Movimento de mercadorias:

		Toneladas metricas
Importação estrangeira.....	56.306	
» de cabotagem.....	227.460	283.766
Exportação estrangeira.....	81.118	
» de cabotagem.....	108.485	189.603
Total.....	—	473.369

Movimento de embarcações:

		Toneladas do registro
Navios nacionais.....	1.006	653.613
» estrangeiros.....	218	608.756
Totais.....	1.224	1.262.369

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Capital reconhecido, até 30 de junho de 1933, ouro.....	58.743 :508\$773
Aprovado pelo Aviso 174, de 23/1/36:	
Renda bruta total, proveniente das taxas portuarias.....	4.053 :599\$800
Renda da taxa adicional de 10%, papel.....	921 :693\$600

3 — SÃO LUIZ DO MARANHÃO

Movimento financeiro:

Verba distribuída.....	190.068\$000
Despesas realizadas.....	174.048\$600
Saldo.....	16.019\$400

Movimento de mercadorias:

		Toneladas métricas
Importação estrangeira.....	7.594	
> de cabotagem.....	56.992	64.586
Exportação estrangeira.....	16.594	
> de cabotagem.....	21.159	37.753
Total.....	—	102.339

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	488	615.374
> estrangeiros.....	75	207.294
Totais.....	563	822.668

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Renda da taxa adicional de 10% papel.....	283.944\$820
--	--------------

4 — TUTÓIA

Movimento de mercadorias:

		Toneladas métricas
Importação estrangeira.....	3.005	
> de cabotagem.....	9.475	12.480
Exportação estrangeira.....	19.201	
> de cabotagem.....	7.480	26.681
Total.....	—	39.161

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	67	80.867
> estrangeiros.....	55	149.791
Totais.....	122	230.658

Fundos decorrentes de obrigações legais:

Renda da taxa adicional de 10% papel.....		98 :043\$900
--	--	--------------

5 — AMARRAÇÃO

Movimento financeiro:

Verba distribuída.....		22 :000\$000
Despesas realizadas.....		19 :479\$500
Saldo.....		2 :520\$500

Movimento de mercadorias:

		Toneladas métricas
Importação estrangeira.....	435	
> de cabotagem.....	1.422	1.857
Exportação estrangeira.....	961	
> de cabotagem.....	1.796	2.757
Total.....	—	4.614

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	11	12.991
> estrangeiros.....	3	8.333
Totais	14	21.324

Fundos decorrentes de obrigações legais:

Renda da taxa adicional de 10% papel.....		11 :028\$100
--	--	--------------

6 — PORTOS DO CEARÁ

Movimento financeiro:

Verbas distribuidas.....	312.892\$000
Despesas realizadas.....	293.728\$100
Saldo.....	19.163\$900

a) **Camocim***Movimento de mercadorias:*

		Toneladas métricas
Importação de cabotagem.....	6.247	6.247
Exportação estrangeira.....	18.708	
> de cabotagem.....	6.751	25.459
Total.....	—	31.706

Movimento de embarcações:

		Tonelada de registro
Navios nacionais.....	143	29.059
> estrangeiros.....	33	90.974
Totais.....	176	120.033

Informes complementares:

O serviço de fixação de dunas tem continuado a ser feito com regularidade.

b) **Fortaleza***Movimento de mercadorias:*

		Toneladas métricas
Importação estrangeira.....	24.832	
> de cabotagem.....	55.862	80.694
Exportação estrangeira.....	51.630	
> de cabotagem.....	13.650	65.280
Total.....	—	145.974

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registos
Navios nacionais.....	456	848.782
» estrangeiros.....	95	260.706
Totais.....	551	1.109.488

Informes complementares:

A lei n. 155, de 23 de dezembro de 1935, revigora, pelo prazo de quatro anos, o credito especial de 25.055:805\$700, destinado a atender á restituição devida ao Governo do Estado do Ceará, da taxa de 2%, ouro.

c) Aracati*Movimento de mercadorias:*

		Toneladas metricas
Importação de cabotagem.....	2.467	2.467
Exportação estrangeira.....	3.626	
» de cabotagem.....	810	4.436
Total.....	—	6.903

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	44	31.119
» estrangeiros.....	4	11.800
Totais.....	48	42.919

Informes complementares:

O Estado do Ceará é o arrendatario do Porto de Fortaleza, já tendo aberto concorrência publica para a execução das obras. Até 31 de dezembro não havia o Estado submettido á aprovação do Governo Federal o respectivo contrato.

7 — NATAL

Movimento financeiro:

Verbas distribuídas.....	1.300 :212\$000
Despesas realizadas.....	1.232 :241\$200
Saldo.....	<u>67 :970\$800</u>

Movimento de mercadorias:

		Toneladas métricas
Importação estrangeira.....	18.546	
> de cabotagem.....	50.989	69.535
Exportação estrangeira.....	34.186	
> de cabotagem.....	11.757	45.943
Total.....	—	<u>115.478</u>

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	375	982.319
> estrangeiros.....	79	369.809
Totais.....	454	<u>1.352.128</u>

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Renda bruta total proveniente das taxas portuárias.....	471 :972\$900
Renda da taxa adicional de 10%, papel.....	330 :105\$800

Informes complementares:

O Porto de Natal é administrado diretamente pelo Governo. Foram nele executadas, durante o ano de 1935, as seguintes obras: cobertura de duas grandes áreas situadas na extremidade dos armazens

que se destinam ao abrigo de materiais pesados; revestimento das dunas; reparo e conservação do cais, das linhas ferreas, dos guindastes e das embarcações.

8 — CABEDELLO

Movimento financeiro:

Verbas distribuidas.....	393 :572\$000
Despesas realizadas.....	339 :375\$800
Saldo.....	<u>54 :196\$200</u>

Movimento de mercadorias:

		Toneladas metricas
Importação estrangeira.....	20.610	
> de cabotagem.....	<u>38.684</u>	59.294
Exportação estrangeira.....	56.228	
> de cabotagem.....	<u>27.124</u>	83.352
Total.....	—	<u>142.646</u>

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registo
Navios nacionais.....	324	619.750
> estrangeiros.....	<u>117</u>	<u>315.210</u>
Totais.....	441	934.960

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Renda bruta total proveniente das taxas portuarias.....	330 :210\$800
Renda da taxa adicional de 10%, papel.....	752 :023\$000

Informes complementares:

Por não se haver ultimado a tomada de contas ao Estado da Paraíba, que é o arrendatario do

porto de Cabedelo, não está ainda apurado o capital reconhecido. A exploração provisória do porto foi inaugurada a 23 de janeiro e a definitiva em 15 de dezembro de 1935.

9 — RECIFE

Movimento financeiro:

Verbas distribuidas.....	1.147 :040\$400
Despesas realizadas.....	1.118 :430\$600
Saldo.....	<u>28 :609\$800</u>

Movimento de mercadorias:

		Toneladas métricas
Importação estrangeira.....	325.540	
> de cabotagem.....	<u>140.569</u>	466.109
Exportação estrangeira.....	121.866	
> de cabotagem.....	<u>278.232</u>	400.098
Totais.....	—	<u>866.207</u>

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registo
Navios nacionais.....	687	1.509.358
> estrangeiros.....	<u>501</u>	2.398.463
Totais.....	1.188	<u>3.907.821</u>

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Renda bruta total proveniente das taxas portuárias.....	5.443 :580\$800
Renda da taxa adicional de 10% papcl.....	4.486 :106\$400

Informes complementares:

E' concessionario do porto de Recife o Estado de Pernambuco.

A ultima tomada de contas feita, relativa aos anos de 1931 e 1932, foi aprovada em meiado de dezembro de 1935, com o reconhecimento do capital, na importancia de 14.925:468\$458, dispendido pelo Estado em custeio, conservação do porto e obras complementares nos referidos anos, sob a vigencia do contrato de 1920. O novo contrato foi aprovado pelo decreto n. 23.141, de 15 de setembro de 1933, não se tendo procedido á tomada de contas, porque só agora foram iniciadas as obras nele previstas.

O decreto n. 196, de 21 de junho de 1935, aprovou o novo orçamento para as obras complementares, no total de 31.813:256\$500.

10 — MACEIÓ

A lei n. 120, de 27 de novembro de 1935, autoriza o Poder Executivo a abrir o credito especial de 2.308:650\$, ouro, para atender á restituição, ao Governo do Estado de Alagôas, da taxa de 2%, ouro, arrecadada pela Alfandega de Maceió.

O Estado realizou o processo de concorrência publica, contratando a construção do porto com a Companhia Geobra, depois da devida aprovação do Governo Federal.

11 — BAÍA

Movimento financeiro:

Verbas distribuídas.....	1.888 :300\$000
Despesas realizadas.....	1.549 :958\$200
Saldo.....	338 :341\$800

Movimento de mercadorias:

		Toneladas métricas
Importação estrangeira.....	71.340	
» de cabotagem.....	194.232	265.572
Exportação estrangeira.....	165.415	
» de cabotagem.....	77.489	242.904
Total.....	—	508.476

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	832	1.485.919
» estrangeiros.....	499	2.175.891
Totais.....	1.331	3.661.810

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Renda bruta total proveniente das taxas portuárias.....	5.654 :263\$320
Renda da taxa adicional de 10% papéis.....	2.229 :513\$300
Capital reconhecido até 26 de no- vembro de 1933.....	25.164 :636\$591

Informes complementares:

Foram executadas, durante o ano, as seguintes obras, pela Companhia Cessionaria:

Dragagem (m ³).....	158.267
Cortina de estacas Larssen (ml).....	73
Canalização para águas pluviais (ml)..	613

Bocas de lobo, assentadas.....	4
Guindastes.....	4
Pavimentação a paralelepípedos (m ²)...	7.448
Meio fio (ml).....	327
Canaletes (ml).....	250
Linha ferrea para guindastes (ml).....	319
Linhas ferreas (ml).....	273
Grades (ml).....	353
Armazens (m ²).....	3.000

Pela Fiscalização do Porto, foram executadas, por tarefa, as seguintes:

Santo Amaro — Conclusão do Trapiche e ponte de concreto armado, no Conde; muralha de sustentação e obras complementares.

Itaparica — Reconstrução de 56 metros de muralha do cais, em alvenaria de pedra com argamassa de cimento.

Mar Grande — Construção de 199 metros de ponte, de concreto armado, para atracação de navios.

Belmonte — Construção de 670 estacas-pranchas de concreto armado, nas obras de proteção da margem direita do rio Jequitinhonha, em frente á cidade.

●
Por administração:

São Francisco — 1.046 metros de diques e espigões; derrocamento de 286 metros cubicos de rochas no canal, dragagem de 6.750 metros cubicos de seixos rolados; levantamento de 112 quilometros do rio.

Avenida Jequitiaia — O decreto n. 417, de 8 de novembro de 1935, aprovou o novo orçamento,

na importancia de 5.430:204\$, para o prosseguimento das obras da Avenida Jequitiaia.

12 — ILHEUS

Movimento de mercadorias:

		Toneladas metricas
Importação de cabotagem.....	—	31.196
Exportação estrangeira.....	29.469	
> de cabotagem.....	48.237	77.706
Total.....	—	108.902

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	500	104.525
> estrangeiros.....	22	21.201
Totais.....	522	125.726

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Renda bruta total proveniente das taxas portuarias.....	1.325 :209\$694
Capital reconhecido da Companhia Industrial de Ilheus.....	3.684 :948\$984

Informes complementares:

O porto sofreu as consequencias de um grande assoreamento na barra, fato que perturbou, durante meses, o movimento comercial. Com os trabalhos realizados pela draga de sucção e arrasto, adquirida pelo Governo, ficou a situação normalizada. Desobstruida a barra, com a remoção de 100.000 metros cubicos de terra, a navegação se restabeleceu franca, os serviços comerciais se des-

afogaram e os compromissos do commercio de exportação vão sendo satisfeitos com a necessaria regularidade.

Por decreto n. 166, de 15 de maio de 1935, foi autorizada a revisão do contrato celebrado com a Companhia Industrial de Ilheus, em virtude do que preceitua o decreto n. 18.908, de 20 de setembro de 1920, para construção, uso e gozo das obras de melhoramento do porto. O termo de revisão foi assinado em 13 de junho de 1935 e registado pelo Tribunal de Contas, em sessão ordinaria de 10 de julho do mesmo ano.

13 — CARAVELAS

O decreto n. 80, de 11 de março de 1935, concedeu a José Nunes da Silva, ou sociedade anonima por ele organizada, autorização para a execução, uso e gozo das obras e aparelhamento do porto de Caravelas, no Estado da Baía. O termo de contrato foi assinado a 7 de novembro desse mesmo ano.

14 — ARACAJÚ

Movimento de mercadorias:

		Toneladas metricas
Importação estrangeira.....	1.793	
' de cabotagem.....	16.025	17.818
Exportação estrangeira.....	258	
' de cabotagem.....	66.065	66.323
Total.....	—	84.141

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais e estrangeiros.....	342	213.260

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Renda da taxa adicional de 10 %, papel.	70	:092\$200
---	----	-----------

Informes complementares:

A sua barra se encontra assoreada por bancos de areia, dificultando, sobremodo, o acesso até a navios de pequeno calado.

Para remover essas dificuldades, que têm originado uma serie interminavel de justissimas reclamações, determinou o Ministerio da Viação a partida imediata da draga "Baía", para executar os referidos serviços.

15 — VITORIA

Movimento financeiro:

Verbas distribuidas.....	167	:332\$000
Despesas realizadas.....	109	:544\$098
Saldo.....	57	:787\$902

Movimento de mercadorias:

		Toneladas metricas
Importação estrangeira.....	3.516	
» de cabotagem.....	60.809	64.325
Exportação estrangeira.....	81.421	
» de cabotagem.....	29.642	111.063
Total.....	—	175.388

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	1.127	676.357
» estrangeiros.....	273	854.280
Totais.....	1.400	1.530.637

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Capital reconhecido.....	13.598 :346\$776
Renda da taxa adicional de 10 % papel.....	163 :903\$200

Informes complementares:

O Estado concessionario executou obras complementares na importancia de 220:103\$700.

16 — PORTOS DO RIO DE JANEIRO

a) Niteroi

Movimento financeiro:

Verbas distribuidas.....	254 :440\$000
Despesas realizadas.....	220 :850\$700
Saldo.....	33 :589\$300

Movimento de mercadorias:

		Toneladas metricas
Importação de cabotagem.....	—	8.581
Exportação estrangeira.....	2.743	
» de cabotagem.....	599	3.342
Total.....	—	11.723

Movimento de embarcações:

Navios nacionais.....	12
Embarcações pequenas.....	310

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Capital reconhecido.....	20.857.159\$239
Renda bruta total das taxas portuarias.....	594.066\$200

Informes complementares:

As obras do porto permanecem paralizadas desde o ano de 1930.

b) Angra dos Reis

Movimento de mercadorias:

		Toneladas metricas
Importação estrangeira.....	27.916	
» de cabotagem.....	11.247	39.163
Exportação estrangeira.....	6.645	
» de cabotagem.....	1.106	7.751
Total.....	—	46.914

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	107	37.087
» estrangeiros.....	69	198.950
Totais.....	176	236.037

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Renda bruta total proveniente das taxas portuarias.....	214.090\$502
Renda da taxa adicional de 10 % papel.....	157.170\$700

Informes complementares:

O Governo do Estado do Rio de Janeiro iniciou a exploração comercial do porto em outubro de 1934.

c) Forno

Movimento de mercadorias:

	Toneladas métricas
Exportação de cabotagem.....	7.631

Movimento de embarcações:

Navios nacionais.....	24
-----------------------	----

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Renda bruta proveniente de taxas portuárias.....	19 :343\$680
--	--------------

17 — RIO DE JANEIRO

Movimento financeiro:

Verba distribuída.....	1.612.600\$000
Despesas realizadas.....	1.548 :448\$500
Saldo.....	64 :151\$500

Movimento de mercadorias:

	Toneladas métricas
Importação estrangeira.....	1.368.314
» de cabotagem.....	640.596
	2.008.910
Exportação estrangeira.....	409.613
» de cabotagem.....	344.149
Total.....	2.762.672

Movimento de embarcações:

	Toneladas de registro
Navios nacionais.....	1.881
» estrangeiros.....	1.680
Totais.....	3.561
	10.412.113

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Renda bruta total das taxas portuárias.....	19.316 :068\$100
Renda da taxa adicional de 10 % papel.....	35.769 :559\$500

Informes complementares:

A exploração do porto do Rio de Janeiro continuou sendo feita com a maxima regularidade sob a administração direta do Governo da União.

Uma comissão, especialmente designada, examinou o estado dos bens entregues ao Governo Federal pela Companhia Brasileira de Portos, em virtude da rescisão do contrato de concessão do porto. No cais novo foi calçada uma área de 4.000m²,00 tendo sido dispendidos nessa obra 102.800\$000.

A lei n. 190, de 16 de janeiro de 1936, deu organização autonoma, especial, aos serviços de exploração do Porto do Rio de Janeiro. Pelo decreto n. 621, de 1 de fevereiro, foi aprovada a regulamentação da lei, e, em 19, do mesmo mês, empossou-se o conselho diretor, composto de dois representantes dos armadores, um dos industriais, um do commercio e dois do Ministerio da Viação.

18 — SANTOS*Movimento financeiro:*

Verbas distribuidas.....	194.920\$000
Despesas realizadas.....	167.205\$000
Saldo.....	27.715\$000

Movimento de mercadorias:

		Toneladas metricas
Importação estrangeira.....	1.464.320	
» de cabotagem.....	440.533	1.904.853
Exportação estrangeira.....	1.099.832	
» de cabotagem.....	144.529	1.244.361
Total.....	—	3.149.214

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	1.251	1.779.384
» estrangeiros.....	1.701	8.415.377
Totais.....	2.952	10.194.761

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Capital reconhecido até 31 de dezembro de 1932.....	185.406.969\$899
Capital a ser acrescido em 1933....	4.535.296\$119
Capital a ser acrescido em 1934, dependente de aprovação da tomada de contas.....	10.366.398\$436
Renda bruta total das taxas portuárias.....	46.512.085\$330
Renda da taxa adicional de 10 %, papel.....	39.639.172\$200

Informes complementares:

O decreto n. 421, de 8 de novembro de 1935, prorrogou até 26 de abril de 1936 o prazo fixado para o início da execução das obras e do aparelhamento do porto de São Sebastião, no Estado de São Paulo, de acôrdo com o disposto na clausula 8ª, § 2º, do contrato celebrado com esse Estado, em virtude dos decretos ns. 24.599 e 24.729, respectivamente de 6 e 13 de julho de 1934.

19 — PARANAGUÁ*Movimento financeiro:*

Verbas distribuídas.....	234.166\$000
Despesas realizadas.....	208.516\$400
Saldo.....	25.649\$600

Movimento de mercadorias:

		Toneladas métricas
Importação estrangeira.....	9.942	
> de cabotagem.....	18.694	28.636
Exportação estrangeira.....	34.655	
> de cabotagem.....	28.239	62.894
Total.....	—	91.530

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	515	415.578
> estrangeiros.....	116	291.389
Totais.....	631	706.967

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Renda bruta proveniente das taxas portuárias nos meses de julho a dezembro	221 :120\$400
Renda da taxa adicional de 10 % (Paranaguá).....	450 :174\$100
Renda da taxa adicional de 10 % (Antonina).....	175 :668\$800

Informes complementares:

O decreto n. 418, de 8 de novembro de 1935, aprovou o orçamento relativo á construção do cais, aterro, armazens e demais obras complementares no porto de Paranaguá, na importancia total de 19.848:220\$, em substituição aos que foram aprovados pelo decreto n. 22.412, de 27 de janeiro de 1934.

O Estado do Paraná, seu concessionario, inaugurou a exploração desse porto, na parte relativa á cabotagem, em fevereiro de 1935, e a definitiva,

nos últimos dias de dezembro, em virtude da autorização constante do decreto n. 419, de 8 de novembro desse mesmo anno.

SERVIÇOS DO RIO IGUASSÚ

Movimento financeiro:

Verbas distribuidas.....	118:000\$000
Despesas realizadas.....	94:270\$100
Saldo.....	<u>23:729\$900</u>

20 — PORTOS DE SANTA CATARINA

Movimento financeiro:

Verbas distribuidas.....	3.576:190\$000
Despesas realizadas.....	3.534:483\$000
Saldo.....	<u>41:707\$000</u>

a) Florianopolis

Movimento de mercadorias:

		Toneladas metricas
Importação estrangeira.....	9.095	
> de cabotagem.....	<u>17.691</u>	26.786
Exportação estrangeira.....	1.397	
> de cabotagem.....	<u>11.860</u>	13.257
Total.....	—	<u>40.043</u>

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	879	233.195
> estrangeiros.....	39	108.250
Totais.....	<u>918</u>	<u>341.445</u>

b) Laguna

Movimento de mercadorias:

		Toneladas métricas
Importação de cabotagem.....	8.765	8.765
Exportação estrangeira.....	747	
> de cabotagem.....	12.710	13.457
Total.....	—	22.222

		Toneladas de registo
Navios nacionais.....	167	19.684

c) São Francisco

Movimento de mercadorias:

		Toneladas métricas
Importação estrangeira.....	7.969	
> de cabotagem.....	19.285	27.254
Exportação estrangeira.....	90.651	
> de cabotagem.....	72.828	163.479
Total.....	—	190.733

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registo
Navios nacionais.....	567	281.882
> estrangeiros.....	131	447.848
Total.....	698	729.730

d) Itajaí

Movimento de mercadorias:

		Toneladas métricas
Importação estrangeira.....	3.142	
> de cabotagem.....	17.736	20.878
Exportação estrangeira.....	196	
> de cabotagem.....	45.644	45.840
Total.....	—	66.718

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	493	145.690

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Renda da taxa adicional de 10 %, papel:

Florianopolis.....	352 :824\$600
Itajaí.....	97 :585\$900
São Francisco.....	314 :108\$000
Total.....	764 :518\$500

Informes complementares:

Com as obras em execução em Itajaí e Laguna, foram dispendidas as seguintes importâncias:

Itajaí.....	42.994:900	698 :374\$600
Laguna.....	56.173:589	892 :880\$000
Aparelhamento.....	—	789 :058\$200
Reparação, conservação e aparelhagem.....	—	583 :047\$400
Total.....	—	2.963 :360\$200

21 — RIO GRANDE DO SUL*Movimento financeiro:*

Verba distribuída.....	468 :580\$000
Despesas realizadas.....	350 :059\$500
Saldo.....	118 :520\$500

*Movimento de mercadorias (correspondente ao 1º semestre):***Porto Novo**

		Toneladas métricas
Importação estrangeira.....	30.947	
> de cabotagem.....	74.263	105.210
Exportação estrangeira.....	26.438	
> de cabotagem.....	50.830	77.268
Total.....	—	182.478

Porto Velho

		Toneladas metricas
Importação de cabotagem.....	18.676	18.676
Exportação de cabotagem.....	11.216	11.216
Total.....	—	29.892

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	971	1.381.063
» estrangeiros.....	362	1.471.125
Totais.....	1.333	2.852.188

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Renda bruta proveniente de taxas portuarias (Porto Novo).....	2.503 :883\$900	
Renda bruta proveniente de taxas portuarias (Porto Velho).....	205 :655\$700	
Renda da taxa adicional de 10 %, papel, arrecadada pela alfandega do Rio Grande.....	1.441 :524\$300	
Idem, idem, idem, idem, arrecadada pela Alfandega de Pelotas.....	272 :322\$500	
Idem, idem, idem, idem, arrecadada pela Alfandega de Porto Alegre.	3.211 :817\$000	

Informes complementares:

Não foram feitas obras neste porto, sendo os serviços unicamente de conservação da Barra.

22 — PORTO ALEGRE

A situação deste porto não está ainda regularizada; prosseguem, entretanto, os trabalhos com esse fim.